

## Pela paz, não à guerra imperialista!

O Partido Comunista do Brasil denuncia o caráter imperialista da agressão dos Estados Unidos ao Afeganistão e propõe amplas mobilizações em defesa da paz. Depois de ter condenado veementemente os atentados ocorridos nos EUA em 11 de setembro, os comunistas pronunciaram-se pela punição de seus autores respeitando-se as normas de convivência internacional, com o respaldo da ONU.

Após os ataques ao Afeganistão, "a luta pela PAZ passa para o primeiro plano na ação política dos comunistas e demais forças progressistas em nosso país".

Nesta edição, pronunciamentos do PCdoB e do PC dos Estados Unidos, análise da ofensiva estadunidense e britânica e um texto de Engels, de 1858, sobre aspectos históricos do Afeganistão.

Leia nas páginas 4, 7, 8 e 9



Comunistas participam de ato contra a guerra em Brasília

### A vitalidade do PCdoB em ritmo de Congresso

A última edição da Tribuna de Debates do 10º Congresso traz quase 50 artigos de comunistas de todo o país. O Partido entra na fase das conferências estaduais com novas adesões, inclusive dos pernambucanos Nelson Pereira, deputado estadual, e Jorge Rubens, prefeito de Mirandiba.

No Amazonas, as reuniões de organizações de base ocorrem envolvendo comunidades indígenas. Em Atalia do Norte, interior do Estado, o índio Darcy Marubo, vereador, e a deputada federal Vanessa Grazziotin participaram de várias reuniões preparatórias da Conferência Estadual.

No Rio de Janeiro, a meta de 4 mil mobilizados na base foi superada.

A Comissão Política Nacio-



Vanessa (ao fundo) na oca do vereador comunista Darcy Marubo

nal aprovou nova proporção para a eleição de delegados à plenária final do Congresso.

Encarte especial

### Fortalecer o Partido na classe operária

O crescimento da influência e da organização do PCdoB no proletariado exige trabalho, dedicação e planejamento por parte das direções e da militância. A compreensão teórica do papel político central do proletariado em nossa sociedade tem de se traduzir em iniciativas práticas de mobilização e organização da classe.

No Rio de Janeiro, o processo de realização do 10º Congresso deu especial atenção à classe operária, com a mobilização de 250 metalúrgicos na capital. Delegados para a Conferência Estadual foram eleitos nas portas de fábricas e aumentou o número de organizações de base nas empresas.

Leia na página 5

### Não dar tréguas à política antipovo de FHC

JOÃO AMAZONAS\*

Os Estados Unidos declararam guerra aos países do chamado Terceiro Mundo. De imediato, atacam o Afeganistão, mas as coisas não vão parar por aí. Podem bombardear também a Síria e o Iraque, em breve. Nos próprios Estados Unidos, a situação é de pânico, com o medo generalizado de novos ataques, agora também através de produtos químicos. Ninguém quer receber carta, com medo de enfermidades. E o governo de George W. Bush anunciou que realizará uma guerra de longa duração, que irá se ampliar. O imperialismo entra em nova fase de guerra e não podemos nos iludir: trata-se de uma guerra contra os povos. Nossa resposta exige a mobilização de amplas massas contra a guerra. A luta pela paz assume um caráter revolucionário no mundo de hoje. Até as festas religiosas assumem um aspecto de manifestação pela paz, e isso é positivo. Esse movimento precisa ganhar força, a ponto de fazer cessarem os bombardeios protagonizados pelos EUA e pela Grã Bretanha. Os ataques ao Afeganistão devem ser duramente condenados – e não simplesmente "lamentados".

A gravidade da situação mundial – de guerra e de dificuldades econômicas – se reflete no Brasil. O presidente Fernando Henrique aproveita o momento para tentar enganar o povo com a proposta de uma união nacional – mas não há união nacional possível em torno de uma política de desnacionalização, de exclusão social, cerceamento democrático e fortalecimento da dependência externa

do país, como é a orientação neoliberal do atual governo.

Em tais circunstâncias, as forças opositoras devem ter firmeza nas suas proposições de um novo rumo para o país, que contemple desenvolvimento, geração de empregos e ampliação da democracia. Nada justifica uma viragem para a direita. Qualquer partido opositorista que pense que ganhará a eleição atraindo o apoio das classes dominantes e do imperialismo estará cometendo grave erro. A soberania do nosso país deve ser defendida, assim como um caminho próprio para o nosso desenvolvimento. Não será elogiando as políticas econômicas dos países imperialistas que apontaremos o caminho que pretendemos para o Brasil.

Ganhar a simpatia e a neutralidade das classes dominantes para as propostas da oposição é um equívoco. O resultado pode ser o contrário do pretendido: perder o apoio e a confiança do povo. Estamos caminhando para eleições presidenciais e a situação do país está se agravando. Não é o momento de abrir mão da luta. Não é o momento de uma viragem para a direita. Essa é a velha política da social-democracia, que quando chega ao poder não é para resolver os problemas do povo, mas para manter a situação e quebrar o ímpeto da luta popular. A política que interessa ao proletariado e ao povo é outra, não é essa. Temos de criticar essa orientação e nos diferenciarmos, perante as massas, da política social-democrata

\*presidente do PCdoB



No Rio de Janeiro, o Partido cresceu 130%

# Mens@gens

**Elio B:** Se eu morrer, o culpado é FHC. Ora, se o atraso de minha necessária cirurgia provocar meu óbito, culpem FHC. Pois, é inadmissível que um País deste porte dependa, em pleno século XXI, de material radioativo estrangeiro, quando temos Angra dos Reis (reatores), Guarapari (areia monazítica) etc. etc.

**Marceone R:** O Partido Comunista do Brasil é a cara, perna, corpo e a mente da mudança.

**Caio G:** Queria saber sobre a atualidade do socialismo e qual a visão dessa queda que o capitalismo esta sofrendo?

**Neivion S:** Tenho 18 anos e já estou em pleno gozo dos meus direitos políticos, mas tenho algumas duvidas sobre a filiação. Gostaria de saber se existe um valor específico para a contribuição com o Partido.

**Naniolivia:** O PCdoB teve uma importante participação em Durban (dizem que fomos o azarão da Conferência). Bate-mos firme no governo federal, fomos capa do jornal sul-africano de maior circulação, e a UNEGRO foi a única entidade negras de caráter nacional a falar no plenário da ONU.

**Silvio P:** Sou futuro pós-graduando em História e gostaria de saber se **A Classe Operária** já era publicada no período 1950-1964, e onde encontrar.

**Nereide S:** Duas observações: 1) a parte referente aos parlamentares deveria trazer o endereço eletrônico da liderança; 2) o Partido irá se pronunciar, nesta página, sobre a situação dos Estados Unidos?

**Marcel C:** Sou eterno simpatizante do PCdoB, admiro profundamente a ideologia do partido e todas as suas atitudes.

**Emmanuel M:** Gostaria de receber urgente, posição do Partido frente ao ataque aos EUA.

**Carlos V:** Desejo receber mais informações sobre tudo que rola no nosso Partido, resoluções, documentos etc.

**Jorge G:** Aproveito o momento para parabenizá-los pela sutileza e exatidão de tal comunicado sobre o atentado nos EUA, que revela ainda mais a coerência e o humanismo presentes no Partido, o que sustenta a força de seus ideais.

**Victor H:** Estou incumbido de fazer uma pesquisa sobre a postura de cada partido político em relação ao programa de racionamento de energia, suas justificativas e suas possíveis causas.

**Daniela M:** Vocês têm a letra do hino A Internacional?

**Hyder V:** Eu acho que este Partido segue com o povo, e é isso que faz a diferença.

**Helena F:** Como faço para assinar **A Classe Operária** via Internet?

**Henrique T:** Vamos todos nós patriotas, humanistas e revolucionários, criar uma ampla frente que combata todas essas mazelas, algo parecido como: paz, democracia e progresso.

**Alba M:** Sou chilena, socialista. Compartilho muitos de seus pontos de vista. Sorte em suas lutas.

**Marcos R:** Gostaria de receber toda e qualquer nota do Partido Comunista do Brasil.

**Mariana A:** Parabéns ao Partido pelo excelente jornal que vem produzindo. Receber **A Classe Operária**, e lê-la, tem contribuído muito em minha formação.

**Ulisses V:** Após uma longa análise decidi que o PCdoB é o partido que mais se identifica com minha ideologia.

**Caio A:** Gostaria de saber a opinião do partido sobre a Alca e os benefi-

os/problemas que ela trará para nós brasileiros

**Generclely:** Gostaria que me enviassem algumas leituras para poder ficar mais por dentro do Partido.

**Marcelo P:** Gostaria de receber maiores informações de história principalmente dos temas: guerra do Araguaia e golpe militar de 1964.

**Otto C:** Venho estudando muito a política nova e antiga de vocês, e gostei muito. Gostaria também de receber informações sobre o PCdoB.

**Carolina C:** Posso ver agora como o Partido é sério realmente, e creio nesta luta! Me receberam muito bem, parecia até que todos éramos amigos de longa data! Agora é estudar para conscientizar...e assim lutar e alcançar aquilo que o homem mais precisa para poder viver dignamente! Agradeço a todos pelo companheirismo e atenção!

**Raphael F:** É um grande prazer poder escrever para um partido que tem como base uma idéia de liberdade contra uma conduta neoliberal.

**Jorge M:** Eu gostaria de obter mais informações sobre o PCdoB, o ideal comunista e, como me filiar ao Partido.

**Celene S:** O *Leia e Repasse* é uma forma mais rápida de termos opiniões mais balizadas do Partido sobre questões que surgem no dia a dia, como por exemplo, o ataque às torres gêmeas em Nova Iorque.

**Ramon F:** Fiquei muito feliz ao perceber que a Internet tem sido uma grande arma da agitação e propaganda do Partido. Devemos continuar explorando este novo canal.

**Mauro S:** Tenho grande admiração pela ação do Partido Comunista do Brasil em todos os tempos desde sua fundação.

**B. V.:** Tenho recebido periodicamente esse qualificado boletim e ficado muito satisfeito com as posições expostas, o que tem contribuído sobremaneira na formação de meus pontos de vista.

**João C:** Minha monografia fala sobre a presença do PCdoB no cenário nacional no período que antecedeu o fim da ditadura e a instituição da "democracia" no Brasil.

**Vanessa S:** Estou organizando uma pesquisa sobre os desaparecidos políticos que não constam das listas oficiais, para meu projeto de conclusão de curso.

**Andre A:** Temos de nos unir numa candidatura que represente o interesse dos trabalhadores e não uma política de conciliação de classes.

**George D:** Sou profundo admirador das causas que este Partido defende e gostaria de participar ativamente de suas lutas.

**Marcio K:** E o tema de meu trabalho é o Partido Comunista do Brasil no Paraná, no período de 1945/1970.

**Roberto S:** Recebi novidades através do delegado sindical e gostaria de parabenizar pelo conhecimento que me é passado.

**Bruno:** Gostaria muito de conhecer mais a fundo o PCdoB.

**André R:** Parabenizo o PCdoB pelo nosso programa de TV. Um programa muitíssimo bem feito, de alta qualidade e muito atraente.

**Eloisa B:** O Partido tem muito a ver com as minhas opiniões. Gostaria de conhecer mais o Partido. Gostei muito do programa de TV.

**Lisa:** Gostaria de receber o leia e repasse do PCdoB.

## Respostas às perguntas mais freqüentes

### Socialismo – está na ordem do dia?

Na atualidade, o capitalismo manifesta-se pela existência do capital monopolista transnacional, que se caracteriza pela tendência de gigantesca concentração e centralização da riqueza, da propriedade e do poder, mediante a absorção e fusão de enorme massa de capitais menores; pela tendência de excluir parcelas significativas da relação fundamental capitalista, capital-trabalho; pela tendência de domínio do capital fictício sobre o capital produtivo. O neoliberalismo é a política necessária a essas condições atuais do capitalismo. Tudo isso demonstra a maneira autofágica como o capitalismo se reproduz, o grau de parasitismo que alcançou e o elevado nível de contenção do trabalho vivo exercido pelo sistema.

Essas características acentuam a crescente tendência à exclusão social, demonstrando e indicando o esgotamento histórico do seu modo de produção. Por isso, se exacerba a contradição entre o desenvolvimento científico-tecnológico por um lado e, por outro, o crescimento de parcelas humanas e de países à margem do desenvolvimento capitalista. Intensifica-se a contradição entre o desenvolvimento em níveis mais elevados das forças produtivas e o estancamento das relações de produção. Assim, as desigualdades sociais e entre países e regiões se agravam.

Estamos vivendo uma época de perdas de conquistas sociais alcançadas pelos trabalhadores no segundo pós-guerra, de verdadeiro retrocesso civilizacional. O capitalismo vive elevado grau da crise sistêmica, não se reciclará indefinidamente. A humanidade terá que escolher o rumo socialista e alcançar novas conquistas civilizatórias, ou retroceder a formas inferiores de convivência social. Historicamente a luta pelo socialismo está na ordem do dia.

O triunfo do socialismo não se dará somente pelo agravamento das contradições do sistema capitalista. O nascimento da nova sociedade dependerá da ação consciente e organizada dos trabalhadores e seus aliados. O movimento transformador, revolucionário, encontra-se ainda num estágio de defensiva geral, diante de um cenário de ofensiva do capital em todos os campos. O socialismo não está, conjunturalmente, ou politicamente, na ordem do dia em muitos países, como é o caso do Brasil. Apesar disso, não devemos rebaixar ou negar a luta pela perspectiva socialista.

Cresce e adquire nova dimensão a luta pelo socialismo. O movimento mundial de resistência à globalização neoliberal adquire amplitude e intensidade. No âmbito dos espaços nacionais a resistência adquire diferentes níveis e formas de luta – eleitoral, greves, manifestações de rua, revoltas e insurreição popular. A luta dos trabalhadores, que tem em perspectiva a superação do capitalismo, procura conquistar espaços institucionais e acumular forças no enfrentamento ao neoliberalismo, visando aproximar-se por meio da formação de frentes políticas mais amplas dos objetivos de transição ao socialismo. Porém, alcançar estes objetivos, tornando vitoriosas as tarefas socialistas que irão transformar a sociedade (nova base assentada na propriedade social dos meios de produção fundamentais), só é possível com a mudança do caráter do Estado – nova classe (o proletariado e seus alia-

dos) e novas formas institucionais (instituições democrático-populares). É impossível manter uma dinâmica de redistribuição social da riqueza que esteja subordinada a um padrão de reprodução do capital cujo fundamento é sua concentração intensa e veloz. A desigualdade econômica e social impede a igualdade política e as elites dominantes tecem todos os meios visando impedir a igualdade de participação nas disputas eleitorais e no conjunto das instituições vigentes. Uma nova luta pelos ideais socialistas ganha novos contornos e assume maior amplitude tendo em vista a retomada do processo transformador, revolucionário neste século.

### Comunismo e socialismo – qual a diferença?

Existem várias razões para o uso dos termos "comunista" e "socialista". Em 1847, Marx e Engels escreveram o "Manifesto do Partido Comunista". Em 1890, Engels escreveu um prefácio para essa obra dizendo que, "quando apareceu, não podíamos intitulá-lo 'Manifesto Socialista'. Em 1847, esta palavra servia para designar dois gêneros de indivíduos. De um lado, os partidários dos diferentes sistemas utópicos (...). De outro lado, os numerosos curandeiros sociais que queriam, com suas panacéias variadas e com toda espécie de cataplasma, suprimir as misérias sociais, sem tocar no capital e no lucro. Nos dois casos, eram tipos que viviam fora do movimento operário e cujo objetivo era antes procurar o apoio das classes 'cultas'. Em contraposição, a parte dos operários que, convencida da insuficiência das subversões simplesmente políticas, queria uma transformação fundamental da sociedade, chamava-se então 'comunista'. (...) O socialismo era admitido nos salões da alta sociedade no Continente (europeu) pelo menos; o comunismo era exatamente o contrário."

Posteriormente, a palavra "socialista" adquiriu caráter tão radical quanto a "comunista", porém no início do século passado, às vésperas da Primeira Guerra Mundial (1914-18), a Internacional Socialista dividiu-se em dois grupamentos: os que apoiavam a participação de seus países na guerra, e os que não apoiavam e propunham a transformação da guerra intermperialista em guerra revolucionária, contra o capitalismo. Na Rússia, especialmente, os seguidores desta segunda orientação tomaram o poder, com a Revolução de Outubro de 1917, encabeçada por Vladimir Lenin. O líder da revolução russa liderou, então, uma reorganização do movimento revolucionário mundial e fundou, em 1919, a Internacional Comunista (também conhecida como III Internacional – as duas anteriores foram a Associação Internacional dos Trabalhadores e a Internacional Socialista). Esta organização internacional deu impulso à formação de partidos adeptos do marxismo em todos os países, inclusive à fundação, em 1922, do Partido Comunista do Brasil.

O socialismo é considerado pelos comunistas, atualmente, a primeira etapa (que terá de cada qual segundo a sua capacidade e garantirá a cada qual segundo o seu trabalho) do comunismo (que, segundo Marx, será "De cada qual segundo sua capacidade; a cada qual, segundo as suas necessidades", in "Crítica ao Programa de Gotha").

#### EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - Edição: Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 -SP), Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL), Edvar Bonotto, Remy Feres e Ana Maria Franco (arquivo).  
 Editoração Eletrônica: Marco Black, Administração: Francyroze de Andrade Matarazzo, Assinaturas: Edilene F. Barbosa, Fundação Mensal da Empresa Jornalística A Classe Operária - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista, São Paulo, SP - CEP 01308-000 - 11 3106 0412.  
 Fundação Maurício Grabois  
 PCdoB na Internet: <http://www.pcdob.org.br> - Correio eletrônico: [classeop@vento.com.br](mailto:classeop@vento.com.br)

## NACIONAL

# A estatização da dívida externa

UMBERTO MARTINS

**A** pesar das evidências provenientes da crise cambial, ainda circula a idéia de que a dívida externa não deve ser considerada como um problema relevante para a economia nacional. Há poucos dias, o economista Guido Mantega, considerado um dos principais formuladores das propostas econômicas do PT, defendeu algo parecido durante reunião “com uma seleta platéia de 200 grandes empresários” em São Paulo.

“Para Guido Mantega”, comentou o jornalista Luciano Somenzari, da *Gazeta Mercantil*, “a dívida externa não é mais o grande problema como era na década de 80”, principalmente porque a maior parte dos débitos é de responsabilidade do setor privado. Uma vez que caberia às empresas devedoras, em geral de grande porte e inclusive multinacionais, a obrigação de pagá-los não há porque o Estado se envolver. É um argumento de forte apelo ao senso comum.

## O jogo das aparências

A participação relativa do setor público no total da dívida externa caiu expressivamente em relação aos níveis verificados durante a década perdida (anos 80). De acordo com o Banco Central, o setor privado responde por cerca de 60% da dívida externa (estimada em mais de 200 bilhões de dólares). Karl Marx recomendava prudência com as aparências dos fenômenos, que não raro estão em franca contradição com sua essência. A pretensa privatização da dívida externa é uma dessas aparências falsas.

Há um crescente envolvimento e comprometimento do Tesouro Nacional com os débitos. Isto ocorre principalmente através da venda de títulos públicos com cláusula de correção cambial, intensificada nas últimas semanas em função da forte desvalorização do real. Esses papéis garantem a seus compradores a cobertura de todo o risco cambial, além de uma

generosa taxa de juros. Ou seja, se o dólar valorizar 50% por efeito da crise cambial, o Tesouro Nacional garante um reajuste igual aos proprietários daqueles títulos mais os juros. Trata-se de um seguro sem custo contra as oscilações do câmbio para as empresas que contraíram dívidas no exterior, mais uma generosidade do governo FHC. Quem deve em dólar e adquiriu os papéis cambiais não precisa mais se preocupar com a depreciação do real.

## Dolarização da dívida pública

Por este meio, o governo promove uma mal disfarçada estatização da dívida externa, transformando-a em dívida interna, também submetida a uma progressiva dolarização. Um dos resultados mais notáveis deste processo é o crescimento do déficit e da dívida pública, que o governo promete solucionar cortando salários do funcionalismo e gastos essenciais para o povo.

Somente entre o dia 11 de setembro e 16 de outubro foram realizados 22 leilões de títulos cambiais, somando R\$ 16,7 bilhões. Cerca de 30% da dívida pública estão dolarizados.

Em 1982 o México decretou moratória e o Brasil recorreu ao FMI e à Casa Branca para financiar o déficit do balanço de pagamentos. O crescimento econômico recuou da taxa média anual de 7% ao ano para cerca de 2% nos anos 80 e ainda menos na década seguinte. A renda per capita estagnou.

A simultaneidade desses fenômenos não é mera coincidência. São fatos entrelaçados. O crescimento do passivo externo brasileiro, do qual a dívida é ainda a parte mais relevante, gera dificuldades crescentes para o financiamento do balanço de pagamentos e crises cambiais intermitentes, num processo que limita as possibilidades de desenvolvimento interno.

## “Exportar é a solução”

Durante a década de 80 a res-

trição se revelou principalmente através da redução substancial (e forçada) das importações e incremento das exportações, gerando superávits comerciais da ordem de 13 bilhões de dólares ao ano (em média). As fontes de financiamento externo da dívida e do passivo externo, basicamente novos empréstimos, tinham secado. “Exportar é a solução”, foi o brado do governo na ocasião. Para os banqueiros estrangeiros, certamente foi. Em compensação, a economia nacional parou de crescer, estagnou.

Já os anos 90 foram marcados pela retomada dos fluxos de investimentos, diretos e indiretos, atraídos pelas vantagens da política neoliberal. Isto permitiu um refinanciamento da dívida externa.

Foi uma festa, embalada pelas ilusões do real, com valorização cambial e o luxo de déficits comerciais crescentes. Mas, não durou muito. Ainda que a transferência real de recursos para o pagamento dos débitos ficasse temporariamente suspensa, o estrangulamento financeiro e a restrição externa revelaram-se em sucessivas turbulências, sempre associadas à eclosão de crises cambiais em outros países dependentes: 1995 (no México), 97 (no Sudeste asiático), 98 (Rússia). É difícil dissociar o declínio do crescimento nessas ocasiões dos problemas no balanço de pagamentos provocados pelo crescimento do passivo, que ocorreu à taxa espetacular de 10% ao ano entre 1994 e 2001 e nos deixou extremamente vulneráveis aos abalos externos.

## Neoliberalismo

O governo FHC reagiu aos problemas com políticas fiscais e monetárias restritivas do crescimento. Ao mesmo tempo exacerbou a política neoliberal e ampliou a vulnerabilidade do país aos humores do capital internacional.

Em 1999 houve uma mudança radical na política cambial e a maxidesvalorização do real. Todavia, os investimentos externos continuaram ingressando em volume suficiente para financiar as

necessidades de pagamento da dívida e a remessa crescente dos lucros auferidos pelas multinacionais com suas novas aquisições no processo de privatizações e desnacionalização da economia. Já no segundo semestre daquele ano, a economia voltou a crescer e as coisas pareciam melhorar. FHC e equipe chegaram a anunciar uma fase de prosperidade, mas a euforia não durou mais que 18 meses. O desenvolvimento foi interrompido por conta da vulnerabilidade externa e da subordinação da política econômica ao FMI.

Desta vez registrou-se uma combinação da crise energética, também associada ao estrangulamento financeiro, a novas turbulências cambiais, agravadas pelos problemas da Argentina e nos Estados Unidos. A economia brasileira caminha mais uma vez para a recessão. Os efeitos da crise são particularmente dramáticos para os trabalhadores, vítimas do crescimento do desemprego, arrocho dos salários e ofensiva do governo e empresários contra as conquistas e direitos trabalhistas, em nome da redução do “Custo Brasil” e aumento da competitividade comercial.

O fluxo de financiamento externo vem sofrendo uma notável redução. Os investimentos diretos para o Brasil devem cair mais de 50% ao longo deste ano em relação a 2000. Os empréstimos também se tornaram mais raros e caros. Será novamente imperioso pagar a dívida com divisas geradas por saldos comerciais.

Por isto, não surpreende que FHC tenha ressuscitado o infeliz slogan da ditadura, acrescentando-lhe um toque tragicômico: “exportar ou morrer”.

A transferência de recursos ao exterior que se realiza através dos superávits pode ter resultados mais funestos desta vez. As dificuldades são maiores com o recuo do comércio internacional, a diminuição da necessidade de financiamento do balanço de pagamentos (que neste ano deve chegar a 55 bilhões de dólares) e o acirramento do protecionismo dos ricos (sobretudo EUA), além do acirra-

mento da concorrência entre os países dependentes e endividados, cujas pautas de exportação não diferem muito.

A dívida externa é um problema comum dos povos do Mercosul e de toda a América Latina, assim como de várias outras nações. Transformou-se no principal mecanismo da espoliação imperialista contra os países pobres e dependentes.

O ritmo do crescimento da renda em nossa região tornou-se tão lento que seriam necessários cerca de um século para alcançar os níveis atuais de renda das potências capitalistas, a julgar pelas conclusões do relatório “Progresso Econômico e Social na América Latina – 2002”, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O agigantamento da dívida e do passivo externo, impulsionado por políticas neoliberais, também é o pano de fundo da crise que atormenta os nossos vizinhos argentinos, às voltas com uma recessão que se arrasta há três anos. Ali, por sinal, os resultados das últimas eleições revelam que os trabalhadores e o povo estão revoltados com os rumos neoliberais e reclamam uma saída. Mesmo o crescimento espetacular dos votos nulos e brancos revela que uma significativa parcela enxerga uma saída na alternativa apresentada pelo Partido Justicialista, que afinal elegeu Carlos Menem no passado.

Não é possível conciliar os interesses da banca internacional com as necessidades de desenvolvimento econômico nacional. No Brasil, as eleições de 2002 abrem perspectivas promissoras para as forças de esquerda, que se deparam com o grande desafio de abordar o problema de um outro ponto de vista, orientado pelos interesses dos trabalhadores e da nação, sem subestimar a importância da perspectiva internacional. Nosso país tem condições de liderar o Mercosul e quem sabe a América Latina na busca de uma alternativa à dívida que não comprometa, como tem comprometido, o crescimento econômico e o progresso dos nossos povos.

# Consenso de Washington semeia guerra, fome e miséria

INÁCIO ARRUDA\*

**U**m debate atual sobre o Consenso de Washington é oportuno e significativo, se não apenas pela profunda crise do artilheiro neoliberal entre os países, com duras seqüelas sobre os povos, mas pelo exame das circunstâncias, nas quais se verifica um nítido declínio no centro mundial do capitalismo. As principais potências – dos EUA ao Japão, com escala no velho mundo europeu – submergem num ritmo próximo ao crescimento zero, em queda ou já negativo. Fato inofensivo: os países que não seguiram a agenda neoliberal (de Cuba à China, com outros pousos no Oriente) superaram tranquilamente os 5% de crescimento no período.

Em pelo menos onze anos de vigência, desde a inspiração do economista inglês John Williamson, o Consenso de Washington serve à preparação da guerra, semeando fome, miséria e desempre-

go por toda parte, sob o ritmo perverso de um decálogo executado pela banda do FMI e do Banco Mundial – e regência dos EUA. Um concerto que orquestrou nos “mercados emergentes” a venda de estatais (privatizações), o controle das contas públicas (ajuste fiscal e monetário), a nova abertura dos portos ao comércio internacional, e acalentou a expectativa de que tais reformas estruturais sustentariam financeiramente o Estado, assegurando o crescimento econômico e a distribuição de renda.

Ocorreu tudo ao contrário no planeta e no Brasil – um país farto e generoso em recursos naturais, continental, que chegou a ocupar a 8ª posição entre as economias do planeta. Em 1990, o Brasil devia, no total, US\$ 144 bilhões. Hoje em 10º lugar, acumula uma dívida (interna e externa, somadas) superior a US\$ 500 bilhões (quase R\$ 1,4 trilhão num câmbio crescente), diante de um PIB que, no ano 2000, em dólares, caiu para 595 bi-

lhões – inferior ao de 1995. Pagamos em amortizações, apenas no período 1994-2000 e somente da dívida externa, US\$ 168,5 bilhões!

Agora sabemos: a acumulação dessa sangria nos países não remediou a insolvência das economias centrais, mas aprofundou ao extremo a concentração da renda e a desigualdade em qualquer nação submetida ao tenebroso receituário. De tal modo que o dissenso – salutar, posto que oriundo da quebra de unidade do consenso –, por sua visão gerencial não atende aos povos, que clamam por uma nova ordem mundial.

O capitalismo evoluiu aos trancos – de guerra em guerra como resposta recorrente às crises. Não houve um só momento desde o seu advento no qual o estrondo dos canhões tenha silenciado. De tempos em tempos, um pipocar de pequenas guerras deságua numa grande. E assim nós já tivemos duas, grandes. Hoje, o presidente dos EUA, George W. Bush, responde aos ata-

ques terroristas aos centros militares e financeiros de Washington e Nova Iorque com um grito de guerra, ameaçando com a terceira. Não diz que é uma ressonância da guerra preparada pelo Consenso e pela vasta miséria disseminada.

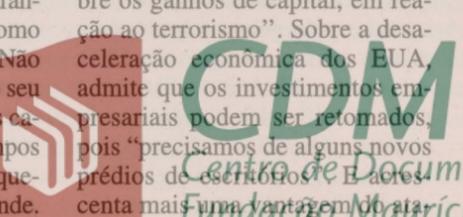
Pois, como diz Stephen Hess, especialista em mídia de Washington, “há um consenso de que esse não é o momento adequado para nos culparmos mutuamente”. Ou, como afirma Paul Krugman, economista, colunista do *The New York Times*, “Certamente o empurrão já foi dado para vender cortes nos impostos às corporações e sobre os ganhos de capital, em reação ao terrorismo”. Sobre a desaceleração econômica dos EUA, admite que os investimentos empresariais podem ser retomados, pois “precisamos de alguns novos prédios de escritórios”. E acrescenta mais uma vantagem do ataque: “Abre a porta para algumas medidas sensatas de combate à recessão (...) uma bolha de gastos

públicos, por mais trágicos que sejam os motivos”.

Interessava, portanto, uma abertura bem sucedida da Bolsa de Valores sobre os escombros das torres gêmeas do World Trade Center, após a execução do hino nacional dos EUA. Foi um fiasco e a Bolsa despencou no primeiro pregão. A população mundial, que chora seus mortos e feridos em Nova Iorque, na Palestina ou no Afeganistão, não importa. Nessa contradição antagônica (o Consenso ou a vida), bem mais que um mero dissenso gerencial, cabem sérios limites ao FMI e à hegemonia unipolar, truculenta, de uma incontestável potência. É inegável a nossa solidariedade ao povo dos Estados Unidos.

Mais inegável ainda é que, para alcançarmos a nova ordem mundial, que é o caminho da paz,

\*Líder da bancada do PCdoB na Câmara dos Deputados



## NACIONAL

# Em defesa da paz, contra a "novíssima ordem mundial"

RENATO RABELO\*

Desde o dia 11 de setembro uma nova conformação de forças vem se desenhando no mundo. Após os atentados ocorridos em Nova Iorque (Trade World Center) e Washington (Pentágono), o imperialismo norte-americano declarou guerra ao "terrorismo global" e, no dia 7 de outubro, começou a bombardear o Afeganistão, juntamente com a Grã-Bretanha. Pretende liquidar com o governo dos talibã, substituindo-o por um governo fantoche, sob seu controle. O presidente George W. Bush, numa atitude prepotente, afirma aos governos de todo o mundo: "ou vocês estão conosco ou estão com os terroristas". Num primeiro momento, os bombardeamentos ganharam o apoio de inúmeros governos, inclusive da Rússia, Índia e China. Mas a ação guerreira não se esgotará com a derrubada dos talibãs ou a captura de Bin Laden. Novos movimentos ocorrerão e dificilmente contarão com esses apoios governamentais. Há uma preocupação generalizada com o hegemonismo norte-americano no centro da Ásia. Ao mesmo tempo, multiplicam-se as manifestações pela paz, especialmente na Europa, mas também no Brasil.

Há onze anos atrás, Bush pai – após a queda da União Soviética – pregava uma "nova ordem mundial", preparava a guerra contra o Iraque e prometia um mundo de paz eterna, o "fim da História". A vida desmascarou esta pregação.

O mundo da ordem imperialista (nova ou velha) tem a sua lógica: maior espoliação, marcada polarização e exclusão social (riqueza e pobreza), aumento da distância e das diferenças entre países ricos e pobres, hegemonismo e política de força. O marxismo tem uma base teórica definida para analisar e orientar a luta do proletariado diante de tal mundo. Uma base teórica sempre em desenvolvimento, mas que não leva ao ecletismo, que nessas oportunidades causa confusão e desnorteamento. O correto entendimento dos acontecimentos do dia 11 passa pela justa compreensão da etapa contemporânea do capitalismo e do justo entendimento da teoria do imperialismo, elaborada por Lenin no início do século passado. Esta teoria é indispensável para uma compreensão global e profunda dos problemas internacionais e do sistema capitalista.

Os traços principais da fase de evolução do capitalismo imperialista foram reunidos e sistematizados por Lenin desde 1916, sendo atuais e até mais exacerbados hoje que há 80 anos: etapa superior do desenvolvimento capitalista, surgimento do capital financeiro em escala planetária, natureza parasitária desse capital, agravamento de todas as contradições e possibilidades reais de crises e guerras, partilha do mundo, tendência reacionária e agressiva do imperialismo.

Mesmo com o fim da guerra fria, as guerras regionais sucessivas, produto do domínio imperialista, já vinham demonstrando a

ilusão da paz sob o domínio do capital. A ordem imperialista é geradora de guerra. A partir de 11 de setembro, o mundo começa a viver uma nova etapa da ordem imperialista – que vem sendo chamada de "novíssima ordem" –, em que a paz relativa cede lugar ao recrudescimento guerreiro, com a declaração de guerra pelos Estados Unidos, demonstrando que a paz é temporária nas condições do capitalismo imperialista. A Casa Branca declarou uma guerra de duração prolongada ao terrorismo, suas organizações e a cerca de 60 países suspeitos de lhe darem guarida – age como um vampiro em busca do sangue. Na sua definição, os inimigos são "o sistema de terror" e as "nações párias".

Na lógica imperialista não existem os explorados e os exploradores, os dominantes e os dominados: trata-se da luta do bem (os Estados Unidos) contra o mal (todos os países que não se alinham com sua política e seus interesses). Um isolacionismo armado, retaliando violência com ainda mais violência e mais intervenções nos focos de insatisfação. Esse foi o caminho seguido durante a crise dos anos 1930 e desembocou nas maiores tragédias da história: a Segunda Guerra Mundial e o holocausto. A lógica imperialista que já gerou guerras mundiais se repete.

Mais do que nunca, os acontecimentos do dia 11 colocam os povos diante dos caminhos da barbárie ou do avanço civilizacional. O terrorismo dos fundamentalistas – produto do agravamento das contradições do mundo em que impera a ordem imperialista – não contribui para o avanço civilizacional. Mas é sobretudo o terrorismo de Estado perpetrado pelo hegemonismo imperialista que pode conduzir o mundo à barbárie. Essa é a ameaça patente da chamada "novíssima ordem", etapa histórica do imperialismo moderno. O imperialismo norte-americano quer impor ao mundo um "comportamento único" e um "critério único". O comportamento é a lógica imperialista, belicista, para arrastar o mundo para uma guerra contra os "alvos suspeitos". O critério cai no primarismo: "será uma batalha monumental entre o bem e o mal".

O hegemonismo norte-americano já vinha sendo questionado no mundo inteiro. O governo de George W. Bush, apesar de recente, agravou essa situação de repúdio à política agressiva adotada pela Casa Branca. Diz Noam Chomsky, professor do Massachusetts Institut of Technology (MIT): "Esta não é uma guerra (declarada pelos EUA) da democracia contra o terrorismo, como o mundo será levado a acreditar nos próximos dias". Ele citou exemplos recentes de atrocidades cometidas pelo governo norte-americano contra o Sudão, em 1998, em que os EUA impediram que fosse verificado o número de mortos. Os EUA "bloquearam uma averiguação feita pela ONU, e ninguém se interessou em dar-lhe prosseguimento".

Michael Clark, professor do Centro de Estudos de Defesa, da



Renato Rabelo

Universidade de Londres, afirmou que "o mundo não está em guerra" e que é falso o paralelo com o ataque japonês Pearl Harbor, em 1941, onde ocorreu "um ato oficial de guerra de um país contra o outro", enquanto em 11 de setembro de 2001 ocorreu "um ato político perpetrado por um inimigo anônimo" pelo qual, no momento, "os americanos querem que seja Bin Laden o culpado". E mais: "Bush deveria chegar aos assassinos através da Justiça. (...) Repressálias violentas são um salto no escuro. (...) É preciso investigar e agir de maneira democrática e legal, via instituições domésticas e internacionais". Por isso, ele acha que o ataque ao Afeganistão leva o Talibã a ficar do lado de uma posição justa.

O repórter norte-americano William Treider considerou "brincadeira de mau gosto dar ordens, em vez de conversar com o resto do mundo. (...) O mundo não é cego, o aumento continuado do próprio poderio bélico representa uma tangível ameaça à paz mundial. (...) É autodefesa ou dominação?" Para ele, nos caso do Sudão os EUA "exercitaram o direito de bombardear, sem aviso prévio, um país com o qual não estavam em guerra. Essa postura é péssima. Estamos brincando com a frustração, com o desespero das pessoas e países". O jornalista ainda referiu-se a posições da administração Bush, anteriores ao dia 11 de setembro, denotando uma "diplomacia mesquinha" (como a recusa ao Protocolo de Kyoto onde os EUA "ficam imunes às leis internacionais").

A escritora norte-americana Susan Sontag deplora o que chamou de "unanimidade retórica", que oculta a realidade e é desejada pelas autoridades e pela mídia, mas que é "indigna de uma democracia madura". O escritor inglês Martin Amis conclamou: "América, chegou a hora de descobrires quão implacavelmente és odiada". Norman Salomon, jornalista e escritor norte-americano, lamentou: "Alimentadas pelo pesar genuíno e pela propaganda onipresente, as máquinas de guerra estão a todo o vapor". Ele lembrou que a Agência Central de Inteligência (CIA) dos Estados Unidos criou e adubou terroristas a serviço da Casa Branca, como Canistraro e Bin Laden, e agora o governo critica (como fez o general Colim Powel) quem busca criar fatos políticos com mortes e destruição – mas o que fizeram os EUA ao lançarem mísseis contra Bagdá e Belgrado?

O coordenador da Escola Superior de Guerra do Brasil, Darc Costa, afirmou que "o maniqueísmo voltou. Não haverá mais espaço para posturas antiamericanas",

e criticou o posicionamento da Casa Branca do "quem não está conosco, está com os terroristas".

A grande maioria da opinião pública mundial está contra os atos terroristas e o terrorismo, mas também está contra ataques norte-americanos. Poucos países, como a Inglaterra, oferecem apoio integral aos EUA. O secretário geral da Liga Árabe afirmou que os países integrantes dessa organização "não participam juntamente numa frente com Israel". Há um sentimento generalizado de que os Estados Unidos estão "colhendo o que plantaram, pois sempre deram o exemplo do uso da força". Pesquisas realizadas em 31 países apontam posicionamento contrário da população à retaliações militares, com exceção dos próprios EUA e de Israel. Também no Brasil o povo rejeita represálias militares por parte dos Estados Unidos, chegando a condenar ataques dos norte-americanos aos países que dão abrigo aos terroristas!

Em seu discurso no Congresso, Bush usou o termo "guerra" doze vezes, mas não invocou a indispensável participação das Nações Unidas na luta antiterror, segundo editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*. Bush, segundo o jornal, também não se referiu à

busca da paz entre Israel e os palestinos e nem à "necessidade de atacar a causa primeira das atrocidades fundamentalistas, as abjetas condições de vida da esmagadora maioria das populações islâmicas" que, ainda segundo o jornal, integram o "caldo de cultura do anti-americanismo, de que se servem os Bin Laden dos 'mais de 60 países' onde Bush diz existirem 'milhares de terroristas'". Michael Walzer, professor de Ciências Sociais do Instituto de Estudos Avançados dos EUA, alerta: "Ação militar, ainda que possa vir a ocorrer, não é a primeira coisa em que devemos pensar agora", e aconselha: "Devemos perseguir a guerra metafórica – e impedir a real".

No entanto, é a lógica imperialista que prevalece. Agora, mais ainda, como um império ferido. As "máquinas de guerra estão a todo o vapor" para impor a visão do imperialismo norte-americano a todos, em qualquer lugar do mundo. A situação deflagrada pelos atentados terroristas do dia 11 é o pretexto que se encaixa aos objetivos das forças guerreiras, dos estrategistas da época da guerra fria e dos representantes do complexo industrial-militar que hegemonizam o poder de Estado norte-americano e, com o governo

## Brasil sob pressão

O Brasil sofre forte pressão para que lidere uma frente de apoio e engajamento aos objetivos guerreiros norte-americanos. Submetido a essa pressão, o governo chegou e invocou a vigência e aplicação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar), que dias antes havia sido questionado pelo México. Mas até o momento não houve um engajamento efetivo – que deve ser repudiado pelo povo brasileiro – aos objetivos da Casa Branca.

A crise econômica que se desenvolve no Brasil, produto da vulnerabilidade externa do país, e que foi agravada pela crise Argentina e pela crise energética, se agudizou ainda mais. A vulnerabilidade financeira se acentuou, com a perspectiva de queda do fluxo do capital de fora para cobrir o déficit crescente do saldo das contas correntes. Os dados falam por si: em 2000 houve o ingresso de 30 bilhões de dólares para investimentos diretos; neste ano o montante ficará em torno de 18 bilhões de dólares. E uma grave crise cambial está em andamento, aumentando o volume das dívidas públicas e da dívida em dólar. A tendência é de acentuar a desaceleração econômica e aumentar o clima de incerteza. Os títulos da dívida externa brasileira foram os que mais perderam valor entre os chamados países emergentes. O país caminha perigosamente para a insolvência. O país empobrece e a população sofre ainda mais. Devido à dependência e fragilidade econômica brasileira, o governo vacila diante das pressões norte-americanas, não estando descartado o alinhamento com Washington.

No campo interno, mudanças políticas importantes podem acontecer. Fernando Henrique tentará convocar uma "união nacional" diante da crise mundial, buscando justificativas para medidas de mais arrocho ou fazendo demagogia visando

à sucessão em 2002. Mas as diversas forças políticas brasileiras – inclusive setores governistas – tendem a rejeitar um engajamento militar do Brasil e desaprovam uma retaliação armada por parte dos EUA.

É de grande importância criar um amplo movimento pela paz, em defesa de uma política externa brasileira soberana e independente e de denúncia da política beligerante dos EUA, evidentemente defendendo a apuração dos atentados e o julgamento de seus responsáveis. Este é o caminho para neutralizar uma ação de alinhamento do governo brasileiro à empreitada de guerra norte-americana e contribuir para formar uma ampla frente mundial em defesa da paz, da solidariedade e da cooperação entre os povos a nações.

No quadro partidário, o PSDB foi quem mais perdeu parlamentares federais com a troca de partidos encerrada em 5 de outubro. O enfraquecimento do principal partido governista aponta para um sentimento oposicionista crescente, mas as classes dominantes continuam buscando um candidato único para a sucessão de Fernando Henrique. José Serra, que vai despontando como o candidato do PSDB, reforça o discurso da "continuidade sem continuísmo", acenando com possíveis mudanças na orientação econômica, revalorizando o papel do Estado, o incentivo à indústria voltada para a exportação e uma política de substituição de importações e, até, o controle de preços!

Em tal quadro, a oposição não pode ficar com um discurso dúbio, na ilusão de atrair o apoio de setores das classes dominantes. Pelo contrário, deve apontar para um novo rumo, de rompimento com a atual orientação neoliberal. E criar um movimento político-social que lhe dê embasamento e as condições de vencer o pleito presidencial em 2002. (R.R.)

Arquivo

## NACIONAL

Bush, ganharam ainda mais força e poder. A administração Bush, antes do 11 de setembro, já era considerada "governo de guerra fria sem guerra fria" e já se afirmava que tinha uma "visão ainda mais assentada num sistema mundial estruturado só pelo jogo de relações de força e na intensificação do hegemonismo".

Se antes esse bloco de forças no poder "teorizava", na fase do governo Bush pai, sobre a "unipolaridade" e promovia a necessidade do aparato conhecido como "Guerra nas Estrelas", hoje começa a "teorizar" sobre uma "nova fase de ameaça", um "sistema terrorista", uma "novíssima ordem mundial" para justificar maior hegemonismo dos Estados Unidos e expansão da política de força.

Seguindo essa linha, o imperialismo norte-americano vem procurando estabelecer uma retórica que justifique seus objetivos atuais, aos quais tudo o mais se subordina e que consistem na realização de uma guerra sem limites, unilateralista, visando um inimigo elástico, crescente, como operações de duração infinita. A concretização desses objetivos inevitavelmente levará o mundo a uma escalada de guerra. Era o que mais queria o sistema e a máquina de guerra do imperialismo norte-americano. Por isso, os EUA vêm encontrando vacilações de vários países na sua exigência de declaração de guerra e no apoio à sua ação guerreira. Uma vasta operação diplomática e política vem sendo colocada em prática pela Casa Branca para pressionar os países a integrarem-se aos seus objetivos, usando de todos os meios de intimidação, como a ameaça de bloqueio econômico e restrições financeiras. Mas, na medida em que os EUA concretizam sua empreitada guerreira, uma frente de resistência cresce exigindo paz e cooperação entre os povos, os princípios de justiça e o encaminhamento das decisões nos fóruns multilaterais mundiais, como as Nações Unidas.

Na economia, a tendência recessiva era a marca mundial antes do 11 de setembro. Após os atentados, essa tendência foi ampliada. As projeções indicam maior queda do ritmo da economia, sobretudo nos Estados Unidos. Neste país é registrada forte queda na confiança dos consumidores – e o consumo interno representa 70% do PIB dos EUA! Há também forte queda no mercado acionário, em especial nos setores diretamente afetados pelos ataques de 11 de setembro. As demissões se sucedem em grande escala. Analistas voltam a falar em "Estado forte na economia" e que "o modelo neoliberal está em ruínas". Há quem fale, também, em que uma nova fase de investimentos surja, atendendo a uma necessidade do capitalismo – mas em curto prazo esta hipótese é pouco provável. O Japão mantém a estagnação econômica, com tendência recessiva neste e no próximo ano. Também a economia européia não deslança. Na América Latina, o Mercosul atravessa graves dificuldades – talvez a sua maior crise – e o México teve fechada a sua fronteira com os EUA (embora o país faça parte do Nafta e o governo Bush não tenha fechado a fronteira com o Canadá).

\*vice-presidente do PCdoB

UMBERTO MARTINS E  
JOÃO BATISTA LEMOS\*

Chegou a hora de elaborar o plano de construção e estruturação do PCdoB entre os trabalhadores.

Situar o proletariado no centro das atenções e do trabalho do PCdoB foi a principal preocupação da Conferência Sindical Nacional realizada no início de julho em Belo Horizonte. As diretrizes aprovadas naquela ocasião reafirmam a concepção comunista que confere ao proletariado a centralidade política na sociedade moderna e, desde que concretizadas, podem contribuir significativamente para o plano nacional de estruturação partidária. Entre elas, cabe destacar a que preconiza a elaboração dos planos de organização do Partido nas empresas e ramos de maior concentração de trabalhadores nos municípios, Estados e também em âmbito nacional.

O alvo, no caso, é constituído por diferentes categorias de trabalhadores, principalmente assalariados, explorados de forma direta ou indireta pelo capital e o Estado, incluindo entre outros petroleiros, metalúrgicos, bancários, professores, condutores, servidores públicos, químicos, gráficos, camponeses... A orientação encaminha-

da pela Comissão Sindical Nacional e a Executiva Nacional do Partido aos Estados recomenda que esses planos sejam elaborados antes da plenária final do 10º Congresso, mas em muitas regiões ainda não se verificou uma mobilização maior das direções partidárias neste sentido.

## Luta de classes

A esta altura já não deve ser segredo para ninguém que as massas trabalhadoras são a principal vítima da política neoliberal, que objetiva à maximização dos lucros através do aumento do grau de exploração da força de trabalho pelo capital. É indispensável compreender que, nas atuais condições, é na luta de classes contra o neoliberalismo que se revelará a centralidade do proletariado brasileiro. O bom encaminhamento desta luta, sua condução num sentido progressista e revolucionário, pressupõe uma ampla inserção e organização do PCdoB entre os trabalhadores, sobretudo nas grandes empresas e ramos estratégicos. É este talvez o maior desafio que a história – e a necessidade candente de superação do neoliberalismo – apresenta hoje aos comunistas.

Todavia, o crescimento da in-



fluência e da organização do PCdoB no proletariado não será obra do acaso. Exige trabalho, dedicação e planejamento por parte das direções e da militância partidária. O espontaneísmo neste terreno não é bom conselheiro. É, portanto, fundamental superar o espírito de rotina, estudar a situação da economia e das classes sociais nos municípios e Estados e tratar de viabilizar a elaboração dos planos no prazo indicado.

A compreensão teórica do pa-

pel político central do proletariado em nossa sociedade tem de se traduzir em iniciativas práticas de mobilização e organização da classe. Um exemplo que merece ser exaltado e seguido nesta direção foi dado pelos dirigentes e militantes comunistas no Rio de Janeiro. Os camaradas cariocas mobilizaram 250 metalúrgicos da capital durante as atividades das conferências municipal e estadual e debate dos temas do 10º Congresso. Realizaram assembleias e elegeram delegados nas portas das fábricas e elevaram o número de Organizações de Base (células) nas empresas de seis para 24. Cabe destacar que todo este trabalho foi liderado e acompanhado de perto pela presidente do PCdoB, a camarada Ana Rocha.

O plano de construção e organização do PCdoB nas empresas – que deve ser também acompanhado da intensificação dos nossos esforços para a mobilização dos desempregados e "precarizados" – é uma forma muito concreta de abordar o desafio e trabalhar na direção de colocar o nosso Partido à altura das tarefas revolucionárias que a época reclama. É hora de pôr as mãos à obra.

\*pela Comissão Sindical Nacional

## Renegociar a dívida de SP

ANA MARTINS\*

Instalada em fevereiro deste ano, a CPI da Dívida Pública do Município de São Paulo concluiu seus trabalhos no dia 17 de setembro. Levantou a origem, a formação, a composição e os responsáveis pelo endividamento da cidade nos últimos dez anos. Nestes 195 dias de investigações foram ouvidos mais de 80 depoentes e analisados mais de 3,5 mil documentos – alguns com cerca de 300/400 páginas. Concluiu-se que a destruição da cidade deve-se, especialmente, à política de altos juros do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e às administrações irresponsáveis dos ex-prefeitos Celso Pitta (PSL) e Paulo Maluf (PPB).

FHC criou mecanismos condenáveis para atender aos interesses do sistema financeiro, afundou Estados e municípios com sua política de altos juros, e resultou em recessão. Estão aí o desemprego, a exclusão social, a violência e a falta de perspectiva de um futuro melhor. Já as administrações de Paulo Maluf e Celso Pitta foram marcadas por todo o tipo de escândalos, elevaram a dívida de São Paulo em 114% e 92%, respectivamente. A opção por emitir Letras Financeiras do Tesouro Municipal no mercado, pagando juros altíssimos, e a utilização de orçamentos fictícios trouxe enormes prejuízos econômicos e sociais à cidade.

A renegociação da dívida municipal, assinada por Pitta e FHC,

em maio de 2000, condenou São Paulo a conviver com a falta de recursos e a penúria por mais de uma década. Este acordo, além de comprometer atualmente 13% da receita líquida do município, exige o pagamento de 20% de amortização antecipada da dívida – R\$ 2,2 bi, que deverão ser quitados até o final deste ano. Impõe ainda a implantação de um novo sistema de previdência, no qual serão cobrados 11% do salário dos funcionários públicos ativos e inativos. FHC só se interessou pela renegociação porque a federalização dos títulos daria lastro ao Banco do Brasil e ao Banespa, facilitando sua política de privatização.

O relatório da CPI considerou Maluf e Pitta os maiores responsáveis pelo criminoso comprometimento das receitas da cidade. Apontou fortes indícios de corrupção, omissão, negligência, formação de quadrilha e improbidade administrativa em suas gestões. Também foram responsabilizados o ex-coordenador da dívida pública Wagner Baptista Ramos, o ex-secretário de finanças José Antonio de Freitas e o ex-superintendente do IPREM – Instituto de Previdência Municipal, Bertoldo Salum. Indicou ainda omissão por parte dos conselheiros do Tribunal de Contas do Município em relação aos empréstimos contraídos junto ao IPREM, a emissão dos títulos públicos, a aprovação das contas da prefeitura e do acordo de refinanciamento da dívida. A CPI apontou a omissão do Senado Federal e do Banco Central, por



Ana Martins preside sessão da CPI na Câmara de S. Paulo

terem permitido o brutal endividamento da cidade por LFTMs. Estas indicações serão investigadas pelo Ministério Público.

Maluf se faz de vítima e se diz perseguido politicamente. Faz cena tentando macular a imagem dos promotores públicos, desta vereadora e da CPI da Dívida que dignamente desempenhou o trabalho de averiguação da dívida municipal. Entretanto, é Maluf o alvo de dezenas de denúncias e de um número igual de processos na Justiça. Apesar de a CPI ter conseguido as quebras dos sigilos bancário, telefônico e fiscal de Paulo Maluf, (após as denúncias sobre a existência de transações financeiras de Maluf e sua família na Ilha de Jersey, onde supostamente possuem recursos da ordem de US\$ 200 milhões, mais de R\$ 500 milhões), foi insuficiente o tempo de investigação sobre o caso. Baseada em declarações como a do governo da Suíça, que confirmou

que o ex-prefeito abriu uma conta no Citibank em 1985 e, em 97, transferiu os recursos para o mesmo banco em Jersey, a CPI propôs a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito específica para apurar a verdade dos fatos. Esta CPI deverá ser instalada no dia 22 de outubro.

Para salvar a situação financeira da cidade, a CPI mencionou a necessidade urgente da renegociação da dívida. Propôs ainda a necessidade de um "amplo movimento nacional com o objetivo de rever os itens da Lei de Responsabilidade Fiscal que apontam para a irresponsabilidade social, para o atraso econômico e que espremem o desenvolvimento tão necessário para o povo brasileiro e paulistano".

\*criada pelo PCdoB de São Paulo/SP, presidente da CPI da Dívida Pública Municipal

## MOVIMENTO

# Mudanças na CLT: mau negócio

LUIZ CHAVES\*

Num quadro caracterizado por desemprego, arrocho salarial e precarização dos direitos, o governo federal costura o golpe de misericórdia contra os trabalhadores. Sob o disfarce de aumentar a capacidade de negociação dos sindicatos, o projeto de lei que está sendo encaminhado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso ao Congresso permite que convenções ou acordos coletivos acertados entre patrões e empregados prevaleçam sobre a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Temos motivos de sobra para repudiar essas mudanças na legis-

lação trabalhista sob pretexto de modernização nas relações de trabalho e preservação de empregos. Nenhuma, até agora, veio para proteger o trabalhador. O contrato temporário, que reduz os custos trabalhistas para as empresas, criou o emprego ilusório. Empresas se utilizam desse expediente para promover uma incrível rotatividade de mão-de-obra e fugir dos encargos. Basta olhar diariamente os jornais e confirmar a oferta desses "empregos" precários em larga escala. Outro exemplo de que a tal modernização é uma falácia é o malfadado banco de horas. Em tese, o banco de horas seria para permitir a compen-

sação de horas extras, sem prejuízo para os empregados, para que as empresas pudessem ajustar as jornadas de trabalho de acordo com as sazonalidades de sua atividade. Na prática, porém, serve apenas para as empresas explorarem os empregados e não pagarem hora extra.

Essas mudanças, na verdade, escondem o objetivo principal do empresariado, que é pôr fim à Justiça do Trabalho. O terreno vem sendo preparado há algum tempo. A introdução das Comissões de Conciliação Prévia (CCPs), que nada mais são do que uma amostra da nova justiça trabalhista privada, implantadas pa-

ra resolver rescisões e acordos individuais entre patrões e empregados, é exemplo disso. Num breve levantamento feito pela CUT-Rio constatou-se que os acordos feitos por intermédio das CCPs são inferiores. Em média, o trabalhador recebe 40% menos do que receberia na Justiça do Trabalho, ou seja, simplesmente o que lhe garante a lei.

A ofensiva vem num momento em que os trabalhadores estão na defensiva, fragilizados com a ameaça permanente do desemprego. Nesse clima de incerteza, se vai levar o sustento da família no dia seguinte, o trabalhador pouco consegue reagir. É nesse momento

que o governo aproveita para concluir a parte mais importante e delicada do seu projeto, cujo objetivo principal é desarticular a Justiça do Trabalho.

Só uma grande mobilização nacional poderá impedir que o governo conclua esse projeto que, sob o disfarce de flexibilização das leis para acomodar a realidade do mercado e garantir empregos, tem o objetivo de minimizar o que restou de proteção real dos direitos dos trabalhadores - a CLT.

\*presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro e membro do Comitê Central do PCdoB

## A Força da traição

CLÁUDIO GONZALEZ

A Força Sindical vive sendo acusada de trair os trabalhadores ao negociar com o governo e os patrões. Mas agora é a central que está provando o gosto amargo da traição. Denúncias feitas em 1995 e agora ressuscitadas pelo aparecimento de provas concretas revelam uma rede de intrigas que envolve principalmente o ex-presidente da Força Sindical, deputado federal Luiz Antônio de Medeiros (PL-SP), e chega até o ministro da Saúde, José Serra, passando por várias outras figuras importantes dos governos Collor e FHC e da própria entidade.

A acusação contra Medeiros partiu de um ex-assessor seu, Wagner Cinchetto, e foi publicada inicialmente pela Folha de São Paulo em março de 1995. Cinchetto acusava Medeiros de se apoiar no governo Collor com o objetivo de, através do Ibes (Instituto Brasileiro de Estudos Sindicais), recolher dinheiro de empresários e, com isso, montar um esquema financeiro paralelo para viabilizar a criação da Força Sindical. Cinchetto também acusou Medeiros de desviar parte desses recursos para uma conta particular



Paulinho e Medeiros: na mira dos financiadores

em Nova Iorque. Medeiros fundou o Ibes em 1989 e foi seu presidente até 6 de dezembro de 1990, quando se desligou para assumir a presidência da Força.

Pesa também contra Medeiros um outro processo, segundo o qual ele teria feito mau uso de dinheiro público repassado ao Ibes através de convênio com o governo paulista. As denúncias estão sendo investigadas pelo Ministério Público Estadual e agora também pela Comissão de Ética da Câmara dos Deputados. A primeira quebra do sigilo bancário do extinto Ibes revela que os US\$ 200 mil que o instituto recebeu do governo paulista foram depositados em contas pessoais de ex-as-

sessores de Medeiros que afirmam ser o deputado o beneficiário final dos recursos.

### Ontem era o Ibes, hoje é o FAT

O que mais preocupa a entidade são as denúncias, também feitas por Cinchetto, de que a atual direção da Força Sindical mantém o mesmo esquema criminoso do Ibes. Mas desta vez o grosso do dinheiro supostamente desviado viria dos recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). A nota oficial publicada pela Força Sindical no dia 8 de outubro é quase toda ocupada em defender-se desta acusação.

A preocupação da Força em resguardar sua relação com o FAT é justificável. Afinal, como mostra um levantamento no Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro (Siafi) feito pela assessoria do deputado Agnelo Queirós (PCdoB/DF), os repasses do governo federal para a Força Sindical, feitos por meio de convênios, aumentaram de R\$ 6 milhões em 1997 para R\$ 43,8 milhões em 2001. Em 1998, por exemplo, a Força Sindical ficou em segundo lugar no montante de recursos repassados. Foram R\$ 12 milhões. Perdeu apenas para a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que recebeu R\$ 14,6 milhões. Naquele ano, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), principal adversária da Força Sindical no meio sindical, obteve R\$ 3 milhões.

O presidente nacional da CUT, João Felício, desafiou o governo federal: "Que o Executivo torne públicos todos os contratos, convênios e parcerias firmados com todas as entidades sindicais do país. Os trabalhadores e a sociedade têm o direito de saber o que é feito dos recursos públicos".

## Quem tem medo de Sociologia e Filosofia no ensino médio?

LEJEUNE MATO GROSSO  
XAVIER DE CARVALHO\*

O presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, vetou integralmente a lei que possibilitava que os alunos do ensino médio no país tivessem acesso ao conteúdo das disciplinas de Sociologia e de Filosofia. A lei havia sido aprovada magistralmente pelo Senado, por 40 votos a 20 (coroando uma luta de 4 longos anos) da introdução de Sociologia e Filosofia no ensino médio). FHC usou pareceres de juristas de mercado, como Celso Bastos e Ives Gandra Martins, que chegam ao cúmulo de dizer que impor disciplinas "contraria interesses regionais". Em outras palavras, até aceitariam que alguns Estados tivessem tais disciplinas, mas outros não. Os alunos não teriam condições de receber esses ensinamentos. Um absurdo.

A lei foi vetada sob o argumento de estranhos e difusos "interesses públicos". "Públicos" de quem, cara páida? Esses tais "interesses" não são "públicos" há tempos: são privados. Este é um governo adepto da religião do deus mercado, a favor do obscurantismo, do pensamento único, do neoliberalismo. Não quer jovens que possam vir a pensar e raciocinar livremente. Isso seria um grande perigo. Podemos dizer que "deu a lógica no veto presidencial".

É falso o argumento do aumento de custos para justificar o veto. Um aluno de ensino médio de um curso matutino tem 30 aulas semanais distribuídas com as oito disciplinas tradicionais. Um ano letivo tem duzentos dias, portanto ele recebe uma carga horária de 6.000 aulas/ano. Ora, o que iria ocorrer é que nesse volume de aulas, estariam dez disciplinas e não apenas as oito anteriores. A carga horária não aumentaria, mas seria redistribuída.

Também é falso o argumento de que não existem professores. Pelo menos dez Estados já adotam as duas disciplinas e nos outros 17 Estados a presença das

duas disciplinas varia com um mínimo de um terço das escolas até a metade delas. Praticamente todas as particulares melhor conceituadas já têm filosofia. Os centros de formação de magistério já possuem essas disciplinas há décadas. Só de sociólogos formados no país são mais de 40 mil e outro tanto de professores de filosofia. Ainda assim, em um prazo curto, as escolas formadoras supririam a demanda que restaria em pouco tempo.

O maior problema é negar à juventude a possibilidade de ter acesso a um instrumental que possibilite refletir e analisar a realidade em que vive. Isso permitiria a elevação do grau de sua consciência como cidadãos conscientes de seus direitos e com possibilidades de entender os conflitos existentes nessa mesma sociedade.

Perdeu-se a oportunidade para fazermos seguramente a maior e mais profunda mudança estrutural no ensino médio ocorrida em toda a história de nosso país. Perdeu-se a oportunidade para que se propiciasse à nossa juventude o acesso a um ensino mais humanista, mais emancipador e portador - ele próprio - de instrumental capaz de fazer elevar o grau de consciência de toda uma geração de jovens.

A luta neste momento, além de tentar derrubar o veto presidencial, volta-se para os Estados. Buscaremos aprovar Leis estaduais nos 17 que ainda não possuem. Em São Paulo, com mais de três mil escolas de ensino médio, o deputado estadual do PCdoB, Jamil Murad, conseguiu aprovar por unanimidade - que é raríssimo na Assembléia Legislativa paulista - um projeto que introduz as duas disciplinas na rede estadual de ensino. O governador Geraldo Alckmin tem até o dia 22 de outubro para sancioná-lo ou vetá-lo. A luta seguirá pela sanção governamental.

CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois  
professor de Sociologia da Universidade Metodista de Piracicaba e presidente da Federação Nacional dos Sociólogos

ASSINE

PCdoB A CLASSE OPERÁRIA

Rua Adoniram Barbosa, 53, CEP 01318-020, São Paulo - SP  
Tel.: 0\_\_11 3104-4140 Correio eletrônico: classeop@ruralsp.com.br

12 edições = R\$ 18,00

### Pagamento:

- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Cheque nominal | <input type="checkbox"/> Cartão nº         |
| <input type="checkbox"/> Dinheiro       | Validade                                   |
| <input type="checkbox"/> Vale postal nº | <input type="checkbox"/> Depósito na conta |
|   | Ag.0251                                    |
|   | C/C 48676-7, Banco Itaú                    |

Nome: .....

Endereço: .....

Bairro: .....Cidade: .....

CEP .....Estado: .....

Data de nascimento: / /

Tel.: ( )

Profissão: .....

Correio eletrônico: .....

Data da assinatura: / /

## INTERNACIONAL

# Condenável ato de guerra

Desde o dia 7 de outubro os Estados Unidos e a Grã-Bretanha estão submetendo o território do Afeganistão a munições bombardeios. A gigantesca máquina de guerra de duas poderosas e ricas nações despeja bombas e mísseis contra um dos países mais pobres do mundo, exaurido por décadas de guerras externas e conflitos internos. Recorrem ao terrorismo de Estado, ignoram as normas do direito internacional, sob o pretexto de caçar um fanático e derrubar o regime despótico do Talibã. Começou a "guerra de longa duração" dos EUA, proclamada por George W. Bush. A paz mundial está em perigo. As bombas que caem sobre Cabul, Jalalabad e Kandahar ameaçam toda a humanidade.



Manifestação pela paz na Alemanha

Os agressores tentam legitimar seus atos de barbárie concertando um improvisado apoio diplomático baseado em ameaças e

na pragmática exploração das inúmeras contradições geopolíticas concentradas nas regiões da Ásia Central, do Golfo Pérsico e do

Oriente Médio, onde o imperialismo norte-americano ambiciona estabelecer controle estratégico. Mas os senhores da guerra enganam-se se julgam poder arrastar todo o mundo à empreitada belicista. Mais forte do que as ameaças estadunidenses será o brado dos povos pela paz e a soberania.

Logo após os primeiros bombardeios, o governo dos Estados Unidos anunciou que poderá atacar outros países, revelando que seus objetivos vão muito mais além do que a captura dos supostos responsáveis pelas condenáveis ações terroristas cometidas em 11 de setembro em Nova Iorque e Washington.

Nesta hora de grave crise mundial, o Partido Comunista do Brasil junta sua voz à de todos aqueles que condenam a

guerra. Se os conflitos geopolíticos, as contradições nacionais, políticas, econômicas e sociais geradas pela própria ordem vigente forem resolvidos pela força e pela imposição da vontade da superpotência norte-americana, a humanidade será levada à barbárie e o mundo viverá dias de horror.

Ao condenar a guerra e clamar pela paz, a justiça e a soberania dos povos, o PCdoB reitera sua posição contrária a qualquer envolvimento militar do nosso país no conflito em curso.

**Pela paz, justiça e soberania para os povos!**

São Paulo, 9 de outubro de 2001  
Secretariado do  
Comitê Central PCdoB

## EUA ameaçam os povos com o horror infinito

1 Os atentados ocorridos em Nova Iorque e Washington em 11 de setembro, que mereceram a condenação de nosso Partido, em consonância com a opinião unânime das forças democráticas e progressistas em todo o mundo, estão ensejando mudanças de vulto no quadro mundial. A humanidade está vivendo dias de tensão, confrontada com ameaças que, se concretizadas, causarão uma catástrofe de inestimável dimensão e nefastas conseqüências. A situação internacional, que comporta graves contradições econômicas, sociais e geopolíticas, atingiu nos últimos dias ponto elevado de agravamento. O imperialismo norte-americano proclamou a "primeira guerra do século XXI", que no entender do presidente George W. Bush, será "prolongada e suja", "extensa, diferente de qualquer outra" e implicará o uso de "toda arma de guerra necessária". São graves ameaças à paz mundial, à democracia e à segurança dos povos e nações, que não se deve subestimar, e que marcarão por muito tempo o desenvolvimento da situação mundial. Os EUA preparam o horror infinito para os povos.

2 A máquina militar norte-americana, a mais colossal incubadora de atos de terrorismo interna-

cional de todos os tempos, fatora de guerras de agressão e responsável pelo massacre de vários povos, movimentando-se de várias partes do mundo para acantonar-se na Ásia Central, onde prepara um ataque maciço e devastador ao Afeganistão, país indefeso e exaurido, pretextando caçar o suspeito do atentado, até agora sem provas, nem sequer indícios claros. As conseqüências de uma ação bélica dos Estados Unidos são incalculáveis, uma vez que visa a objetivos expansionistas de longo alcance. O ataque ao Afeganistão será o primeiro passo de uma estratégia em cuja consecução o presidente norte-americano coloca no alvo um grande número de países e povos. Em discurso carregado de ameaças, o governante estadunidense prometeu "perseguir nações que ofereçam ajuda ou abrigo seguro para o terrorismo", que os órgãos de espionagem norte-americanos quantificam em 60 países. O presidente da superpotência desafia o mundo a fazer a opção: "Cada nação tem de tomar uma decisão agora. Ou estão conosco ou com os terroristas. Desse dia em diante, qualquer nação que continue a proteger ou sustentar o terrorismo vai ser considerada pelos Estados Unidos como um regime

hostil". A quantificação é arbitrária e a designação de "terrorista" na linguagem do presidente estadunidense é imprecisa e difusa. Não nos enganemos. No "sistema" ou "rede" "terrorista" proclamado como o inimigo a combater, serão doravante enquadrados os povos e países que lutem contra a globalização imperialista, resistam ao neocolonialismo e se esforcem para concretizar suas legítimas aspirações à verdadeira democracia, à independência nacional e ao progresso social.

3 O imperialismo norte-americano, que vinha sofrendo seguidas derrotas nos fóruns internacionais, está tentando tirar proveito da situação criada pelos atentados de 11 de setembro, sem dúvida condenáveis, e dos justos e sinceros sentimentos de comiseração da comunidade internacional, com a finalidade de implantar um novo sistema de alianças, sob sua inquestionável hegemonia, caracterizado como pacto de guerra, pacto forçado, porquanto concertado mediante a ameaça de bloqueio econômico, comercial e financeiro ou da intervenção militar. Ao mandar escolher entre estar com os Estados Unidos ou com os "terroristas", entre apoiar os seus atos guerreiros e ser considerados inimigos, George

W. Bush leva o mundo ao impasse, ignora as normas de convivência internacional, estabelece novo código de relações entre os países e rasga em definitivo a Carta das Nações Unidas.

4 O Partido Comunista do Brasil, em consonância com as demais forças democráticas e patrióticas nacionais, considera que são importantes iniciativas de nosso país, no quadro das necessárias relações com os EUA e no âmbito do sistema da OEA, voltadas para o combate a atos como o perpetrado em 11 de setembro. Tais iniciativas têm que obrigatoriamente respeitar a soberania das nações e contar com o respaldo das Nações Unidas e das normas consagradas de convivência internacional vigentes. Uma nação ou um conjunto de nações não podem ser punidas em decorrência de ações terroristas de grupos isolados. O Brasil tem tradição de ação diplomática pacifista e não-intervencionista. Esta deve continuar sendo a norma da ação governamental nesse terreno. Por isso é inadequada e descabida a invocação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), uma vez que o atentado nos Estados Unidos não constituiu um ataque de qualquer Estado estrangeiro

àquele país. Em nenhuma circunstância será admissível o envolvimento militar do Brasil. Seria desastroso o engajamento de nosso país em ações de guerra em nome de interesses que não são os do povo brasileiro.

5 Ao mobilizar-se para a guerra, o imperialismo norte-americano proclamou a "novíssima ordem mundial", na qual intensificará a aplicação dos seus planos hegemônicos. Nessa nova situação criada, a luta pela PAZ passa para o primeiro plano na ação política dos comunistas e demais forças progressistas em nosso país. Essa luta está em estreita ligação com o combate aos planos de domínio do mundo pelos Estados Unidos, à ameaça neocolonialista em nosso país, com a defesa da nossa soberania aviltada, da democracia e dos direitos do povo brasileiro.

**Contra a guerra imperialista. paz e justiça para os povos!  
Contra o intervencionismo dos EUA!  
Pela soberania e independência das nações!  
Por uma política externa brasileira independente!**

São Paulo, 24 de setembro de 2001  
Comissão Política do  
Comitê Central do PCdoB

## Ataques dos EUA agravarão pobreza, fome e sofrimento

### PARTIDO COMUNISTA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA\*

A decisão da administração Bush de bombardear o Afeganistão não é uma solução para os terríveis eventos ocorridos em 11 de setembro e nem coloca um fim no terrorismo, tampouco levará os responsáveis à justiça.

O Partido Comunista dos EUA posiciona-se fortemente contra estes ataques, que acelerarão a escalada do trágico ciclo de violência, sofrimento e morte e agravarão os problemas da pobreza e da fome enfrentados pelo povo do Afeganistão.

A despeito do fato de que a imensa maioria dos povos do mundo se opõe ao terrorismo, a administração Bush escolheu um caminho que a grande maioria dos governos não pode endossar. Esta ação militar isola nosso país e nos

coloca numa posição de disparidade com os povos do mundo.

Acreditamos que o governo Bush está motivado para a guerra na região também devido ao seu interesse pelo petróleo existente no Oriente Médio e na Ásia Central. A proximidade desse governo com as indústrias de petróleo, gás e energia não é um segredo.

Essa guerra tem um momento e uma lógica muito próprios que não podem ser facilmente refreados, uma vez que já foi colocada em ação. O Vietnã nos ensinou que a guerra não traz estabilidade, muito menos justiça.

Entretanto, muitos perguntam: "Se não for pela guerra, como poderemos combater o terrorismo?" Essa é uma questão justa, sem respostas fáceis.

O terrorismo é um crime internacional e somente poderá ser exterminado com esforços políti-

cos e diplomáticos internacionais. A luta contra o terrorismo deve ser empreendida pelos organismos internacionais, como as Nações Unidas e a Corte Permanente de Justiça Internacional.

Alguns podem dizer que uma tal abordagem seria muito demorada, mas o governo Bush já está falando de sua estratégia de guerra em termos de anos e não meses. Tratados de paz negociados para "áreas perigosas" ao redor do mundo, tais como o conflito entre israelenses e palestinos, são alternativas políticas que podem realmente isolar o terrorismo e eliminar suas causas pelas raízes.

E, para eliminar a terrível ameaça que o terrorismo representa para a humanidade, suas raízes devem ser levadas em consideração.

Podemos usar como argumento o fato de que a globalização capitalista, a desigualdade crescente,

a pobreza e a pilhagem corporativa dos recursos naturais do planeta e do trabalho fornecem um solo fértil para o crescimento do ódio e do desespero. A luta contra o terrorismo é inseparável da luta pela paz, a justiça e a soberania.

A guerra trará conseqüências terríveis para o povo norte-americano, recrudescendo ainda mais as questões raciais e atacando as liberdades civis e os direitos democráticos. Além disso, a crise econômica será acentuada e as propostas de diminuição de impostos e auxílios financeiros corporativos não resolverão os problemas enfrentados pelos milhões de trabalhadores.

Nestas próximas semanas, é mister que haja um diálogo nacional, uma conferência, se preferirem, sobre as alternativas à guerra, ao racismo e à repressão. O povo norte-americano, como todos os demais povos do planeta, tem direito à

segurança. A questão é, poderá a guerra criar um mundo mais seguro?

Após a tragédia de 11 de setembro, muitos dos familiares das vítimas se pronunciaram pela paz. O compromisso dessas famílias e de milhões de outras em encontrar soluções diplomáticas para o terrorismo é uma expressão do patriotismo estadunidense e da disposição de falar francamente e proteger a Declaração dos Direitos, especialmente os direitos das minorias.

Nós recusamos a deixar o governo Bush e a ultradireita definir patriotismo como guerra. Neste novo século, precisamos nos comprometer em colocar um fim em qualquer manifestação de guerra e violência como meio para resolver os problemas da humanidade.

\*nota do Comitê Central, divulgada em 8 de outubro de 2001

## INTERNACIONAL

# A cruzada de George W. Bush e a ameaça neofascista

MIGUEL URBANO RODRIGUES\*

No bombardeio midiático desencadeado pelo ataque terrorista de 11 de setembro aos EUA são identificáveis dois discursos diferentes que expressam atitudes antagônicas perante a história e a aventura e o destino do homem. Coincidem somente na condenação do repugnante crime.

Um deles faz da retaliação a primeira prioridade. É um discurso maniqueísta. A humanidade estaria dividida em nações civilizadas e nações bárbaras. Os bons teriam por missão punir os maus. Apresenta perigosas analogias com a tese do professor Samuel Huntington sobre a inevitabilidade do choque violento das civilizações no século XXI.

A contrapor ao discurso da irracionalidade escutamos com muitos matizes o daqueles que, embora solidários com o sofrimento do povo norte-americano, não acreditam que atos de guerra contra este ou aquele país possam ser uma resposta eficaz ao terrorismo.

A dicotomia reflete uma crise global da civilização na qual os ataques terroristas ao Pentágono e às torres de Manhattan funcionaram apenas como espoleta.

O que primeiro impressiona na situação criada pelos crimes do 11 de setembro é a incapacidade para identificar algumas evidências por parte da maioria dos que a comentam.

1. A reação à tragédia do sistema de poder dos EUA deixa transparecer uma visão hierarquizada da humanidade, como se esta fosse um edifício habitado por povos de primeira, de segunda e terceira.

2. Retomando o mito da "nação predestinada por Deus", idealizado pelos fundadores, os EUA teriam não só o direito de punir o inimigo sem rosto que os atacou levando a guerra onde e quando considerarem necessário, como teriam o direito a receber o apoio ativo para essas ações daquilo a que se convencionou chamar a comunidade internacional.

3. Destas evidências decorre uma terceira: o presidente Bush apresenta-se como um porta-voz da humanidade civilizada quando identifica a retaliação guerreira com uma nova Cruzada<sup>1</sup>.

O som dos tambores de guerra acionados pelo sistema de poder dos EUA gera atitudes de medo. Na Europa, e em numerosos países do Terceiro Mundo, intelectuais desorientados aderem ao coro da solidariedade incondicional, aceitando implicitamente a tese da hierarquização das sociedades ou, por outras palavras, a conclusão de que a vida de um norte-americano é muito mais importante do que a vida de um africano ou de um asiático.

As estimativas provisórias admitem que o número de vítimas dos atentados do 11 de setembro seja superior a 6 mil. Ora, a firme condenação do monstruoso crime não pode fazer esquecer que – para citar apenas três casos – os bombardeamentos de Hiroshima e



Escritório da ONU bombardeado pelos EUA no Afeganistão

Nagasaki, os dois genocídios em Timor-Leste e as matanças de Ruanda assumiram proporções muito maiores no tocante à dimensão dos matadouros humanos. O mesmo se poderia dizer da Guerra do Golfo e da agressão à Iugoslávia.

Esses crimes contra a humanidade não provocaram, entretanto, movimentos de protesto e solidariedade com as vítimas nem de longe comparáveis àquele a que assistimos. Os EUA foram o único responsável pelo uso das armas nucleares contra o Japão<sup>2</sup>, e poderiam, com um simples gesto, ter evitado os genocídios timorenses.

O terrorismo, sobretudo atos como os do 11 de setembro em cuja origem é identificável um fanatismo tresloucado, gera, naturalmente um repúdio muito peculiar. Mas isso não pode servir de argumento para, invocando princípios éticos, lançar apelos a guerras punitivas cujas vítimas seriam povos inteiros.

Um dos incontáveis absurdos da campanha marcada pelo discurso da irracionalidade é a obsessão do sistema de poder dos EUA em identificar o "grande responsável". Quase imediatamente o terrorista saudita Osama bin Laden passou a ser apontado como "o inimigo número um" dos EUA. Tal atitude seria ridícula se não fosse acompanhada de iniciativas políticas definidoras da estratégia da resposta político-militar dos EUA. De repente, o sistema de poder da primeira potência do mundo fez de um fanático islâmico o cérebro e o responsável de um atentado de extraordinária complexidade sobre cuja montagem e densa rede de cumplicidades no interior dos EUA quase tudo permanece envolvido em mistério.

A insistência com que os mais altos responsáveis anunciam em Washington a necessidade de aplicar ao Afeganistão uma punição exemplar é, por si só, reveladora da desorientação e irresponsabilidade do establishment norte-americano.

Quatro viagens ao Afeganistão e a travessia durante a guerra civil da cordilheira do Hindu Kuch proporcionaram-me um razoável conhecimento do país, da sua história milenar, das suas principais cidades e dos povos que ali vivem.

Pergunto-me: que punição têm na mente os estrategistas norte-americanos, famintos de retaliação? Num território bem maior do que a França, onde não existe um único caminho de ferro, nem indústria, nem laboratórios, onde

os computadores são peças raras e a vida quotidiana transcorre quase no ritmo da Idade Média, o que pensam esses senhores bombardear? O povo, primeira vítima do regime de cruel obscurantismo ali implantado há cinco anos pela seita dos talibãs?

Merece referência a quase omissão no noticiário torrencial que nos é oferecido sobre o Afeganistão de análises sobre as circunstâncias em que os talibãs chegaram ao poder em Cabul em 1996, substituindo ali a coligação também fundamentalista que o ocupava. Foram os EUA quem, pela mão do Paquistão, e com o apoio da Arábia Saudita, deram o sinal verde para que a seita talibã inaugurasse o seu reinado de terror.

Foram os EUA quem desde 1980 financiaram as escolas de terrorismo instaladas nos territórios tribais da Fronteira do Noroeste. Ali se formaram sucessivas gerações de terroristas, primeiro a serviço das chamadas Sete Organizações Sunitas de Peshawar e depois dos talibãs. Os homens saídos da academia do terror ideada e montada sob a supervisão da CIA ficaram internacionalmente conhecidos como "os afegãos", embora alguns fossem árabes. Quando o pão e o petróleo acabaram em Cabul e os mujahedines entraram sem combate na capital que não haviam sido capazes de tomar pelas armas, os profissionais do terrorismo "afegãos" espalharam-se pelo vasto mundo, oferecendo os seus serviços a quem melhor lhes pagasse. Muitos foram para a Argélia, outros para os EUA. Entre essa escória humana havia, por exemplo, especialistas no uso dos mísseis stinger (fornecidos pela CIA) com os quais foram atacados e derrubados aviões comerciais da Companhia Ariana, então do governo da revolução afegã.

Hoje o feitiço virou-se contra o feiticeiro, mas é oportuno recordar que cabe a Washington a responsabilidade pelo aparecimento no mundo dos terroristas afegãos.

## O que esperar

A histeria mediática que faz de Bin Laden o inimigo principal dos EUA terá curta duração. Foi uma necessidade da perversão desinformativa nos dias posteriores à tragédia do 11 de setembro. Enquanto se elaborava a estratégia da retaliação era indispensável individualizar "o grande responsável", e desde o presidente Bush, com a sua indisfarçável in-

digência intelectual, ao general Colin Powell, passando pelo superfalção Rumsfeld, da Defesa, o fogo oratório dos porta-vozes do sistema de poder foi concentrado no ex-aliado, a quem antes definiam como "combatente da liberdade".

Em breve será transparente que a retaliação visa outros alvos.

Não ha certezas por ora. Mas na Casa Branca e no Pentágono, Bin Laden é um cartaz amarrotado nos debates sobre a utilização do poder militar norte-americano. Certamente se fala mais do eventual bombardeamento da Líbia ou de arrasar o que resta do Iraque. Não faltarão generais megalômanos a sugerir que o castigo exemplar inclua o Irã, talvez o miserável Sudão.

A torrente de disparates vomitada hora a hora pelos *mass media* desvia a atenção do alvo principal. A retaliação militar em preparação será, previsivelmente, dirigida contra os chamados *rogue states*. O famigerado terrorista saudita não passa de uma formiguinha na crise em desenvolvimento.

Washington não tem pressa, ao contrário do que as aparências sugerem. Os homens chave do sistema de poder não se aperceberam ainda de que a coligação universal de que os EUA seriam o pólo e o motor é uma utopia.

Washington conta para a anunciada Cruzada com o apoio declarado (sem carta branca) dos governos da União Européia, do Japão, do Canadá, da Austrália, ou seja, dos ricos do planeta, mas os povos desses países distanciam-se cada vez mais do projeto de ações militares punitivas cujas vítimas seriam as populações.

O tempo joga contra os EUA porque, pouco a pouco, as intenções reais do sistema de poder imperial principiam a transparecer.

Grandes questões inseparáveis do funcionamento da engrenagem da globalização neoliberal podem vir a pesar decisivamente nas decisões militares.

A solidariedade dos governos da Alemanha e da França, por exemplo, não resistiria a um eventual bombardeamento dos poços e refinarias do Irã, fonte importantíssima do abastecimento da Europa em combustíveis.

Interesses econômicos e financeiros multimilionários chocam-se já nos bastidores do jogo da guerra. Não é segredo – e os grandes jornais dos EUA já reconheceram essa evidência – que a Cruzada de que fala Bush daria um impulso enorme à economia do país, sendo festejada pelo complexo militar-industrial.

Alguns analistas lembram que uns meses de guerra permitiriam a retomada do crescimento, restituindo a saúde a uma economia combatida, temerosa do futuro. As centenas de milhares de demissões das últimas semanas iluminaram a gravidade da crise. Essa situação é, aliás, usada como argumento pelos partidários de uma "guerra justa", por eles encarada como o melhor remédio para todos os grandes males da nação.

## Ventos neofascistas

Nunca como hoje a pretensão dos EUA para agirem como império universal e perpétuo foi tão transparente e perigosa. A evolução da crise é, por ora, imprevisível. Julgo útil, entretanto, chamar a atenção para dois pontos.

1. A Cruzada proclamada por Bush não irá adiante porque o projeto se choca com o desejo de paz da esmagadora maioria da humanidade. Os povos não acompanharão o aventureirismo guerreiro. Condenam essa política.

2. Esboça-se no horizonte uma ameaça de contornos pouco claros, mas que deve ser combatida desde o início com a maior firmeza.

A pretexto de dar combate eficaz ao terrorismo, os governos da maioria dos países industrializados tentarão restringir liberdades e direitos constitucionais, intensificando e ampliando políticas repressivas. Num momento em que pelo mundo afora está subindo a maré da contestação ao neoliberalismo e ao seu projeto desumanizante, Washington e os seus aliados europeus tudo farão para impor pela força um modelo de sociedade desacreditado e que os povos rejeitam. A partir de agora, não tenhamos dúvidas, será cada vez mais difícil que as massas, nas ruas, como aconteceu em Seattle, em Davos e em Genova, expressem o seu repúdio pelo governo mundial das minorias que fazem da desigualdade crescente entre os homens a alavanca do crescimento econômico.

Um neofascismo de matizes diferenciados aflora já no discurso político dos apologistas da Cruzada bushiana.

Colar o rótulo de terroristas potenciais a quantos se batem pela liberdade e pelo progresso da humanidade, a quantos se rebelam contra o discurso e o projeto neoliberal é uma tentação para os ideólogos do sistema de poder dos EUA e para os seus aliados.

Nunca, portanto foi tão necessária a solidariedade a combatentes de vanguarda como são os palestinos, os guerrilheiros das FARC colombianas, os revolucionários venezuelanos unidos em torno do governo Chávez, os Sem Terra brasileiros, para citar quatro exemplos expressivos.

Supérfluo será acrescentar que a luta dos comunistas em todo o mundo será doravante muito mais difícil.

\*jornalista, membro do PC de Portugal

1 Os atos de barbárie dos Cruzados foram reconhecidos pelo Papa que numa Bula especial condenou a frequência com que os cavaleiros de Godofredo de Bulhão, após o cerco e tomada de Antióquia, praticaram a antropofagia, assando no espeto crianças árabes e turcas.

2 O lançamento das bombas nucleares não respondeu a exigências militares. Quando Hiroshima foi arrasada, o exército japonês da Manchúria, última grande força nipônica, fora destruído pela ofensiva do Exército Vermelho.

# A derrota britânica no Afeganistão

FRIEDRICH ENGELS\*

O Afeganistão é um grande país asiático situado a noroeste da Índia. Antigamente ele incluía as províncias persas de Khorassan e Kohistan, assim como Herat, o Baluchistão, a Caxemira, Sind e grande parte do Punjab. Em suas fronteiras atuais, sua população certamente ultrapassa os 4 milhões de habitantes. A geografia do Afeganistão é extremamente irregular: altos planaltos, montanhas elevadas, vales profundos e desfiladeiros. Como todos os países tropicais e montanhosos, todos os climas podem ser encontrados nele. No Hindu Kush, a neve recobre os picos mais altos durante o ano inteiro, e nos vales o termômetro pode chegar a 55° C.

Febres, catarros e infecções oftálmicas são as doenças principais. De tempos em tempos, a varíola devastou o país. O solo é de uma fertilidade exuberante. Tamareiras crescem nos oásis em meio a desertos de areia, enquanto frutas e legumes europeus vicejam nas encostas das montanhas. As florestas são povoadas por ursos, lobos e raposas; leões, leopardos e tigres também podem ser encontrados nas regiões propícias a seu modo de vida.

As principais cidades do Afeganistão são Cabul (a capital), Ghazni, Peshawar [hoje pertencente ao Paquistão] e Candahar. Cabul é uma bela cidade situada às margens do rio de mesmo nome. Suas construções, feitas de madeira, são limpas e espaçosas, e a cidade, cercada de belos jardins, é muito agradável. Situada em meio a povoados vizinhos, Cabul fica no meio de uma grande planície cercada por baixas colinas.

A posição geográfica do Afeganistão e o caráter particular de sua população conferem ao país uma importância política nos assuntos da Ásia Central que não deve ser subestimada. É uma monarquia, mas a autoridade do rei sobre seus súditos fogosos e turbulentos é pessoal e extremamente incerta. O reino é dividido em províncias, cada qual dirigida por um representante do soberano, que recolhe os impostos e os remete à capital.

Os afegãos são um povo corajoso, resistente e independente. Dedicam-se basicamente ao pastoreio e à agricultura, evitando o comércio, que relegam, com desprezo, a hindus e outros habitantes das cidades. Para eles, a guerra é exaltante e os alivia de suas ocupações monótonas e laboriosas.

Os afegãos se dividem em clãs cujos chefes exercem uma espécie de domínio feudal. Seu ódio pelas regras e seu amor pela independência individual são os únicos obstáculos que impedem esse país de tornar-se uma nação poderosa. Entretanto essa ausência de leis e esse caráter imprevisível fazem deles vizinhos perigosos: eles correm o risco de se deixar levar por oscilações de humor ou por intrigantes que, com astúcia, exacerbam suas paixões. As duas tribos principais, os doornes e os ghilgies, se combatem de maneira incessante.

O contingente militar é constituído principalmente pelos doornes. O restante do exército é recrutado entre outros clãs ou entre aventureiros que se engajam na esperança de obter pagamento ou butim. Entretanto, na ausência de provocações, os afegãos são vistos como

um povo generoso e liberal. Os deveres da hospitalidade são sagrados. Os afegãos são de religião muçulmana e pertencem à corrente sunnita, mas não são sectários, fazendo alianças freqüentes com a corrente xiita.

## O Afeganistão ameaçado

Em 1835 o capitão britânico Alexander Burnes foi enviado a Cabul como embaixador. Naquela época, Rússia e Inglaterra disputavam espaço na Pérsia [atual Irã] e na Ásia Central. Em 1838, os persas, com a ajuda da Rússia, montaram um cerco a Herat, chave do Afeganistão e da Índia. Um persa e um agente russo chegaram a Cabul, e, depois da contínua recusa de qualquer engajamento verdadeiro por parte dos ingleses, Dost Mohammed, soberano de Cabul, foi obrigado a aceitar os avanços de outras partes.

Burnes partiu, e lorde Auckland, então governador-geral das Índias, decidiu castigar Dost Mohammed por aquilo que ele próprio o forçara a fazer. Ele tomou a decisão de destroná-lo e de instalar em seu lugar o xá Soojah, que se tornara hóspede do governo indiano. Um tratado foi concluído entre xá Soojah e os sikhs. O xá começou a reunir um Exército, pago e comandado pelos ingleses; uma tropa anglo-indiana foi concentrada no Sutlej.

Em 20 de fevereiro de 1839 o Exército britânico atravessou o rio Indos. Ele possuía cerca de 12 mil homens, acompanhados de mais de 40 mil civis, sem contar as novas tropas arregimentadas pelo xá. O desfiladeiro de Bolan foi atravessado em março. A falta de provisões e de forragem começou a se fazer sentir; os camelos caíam mortos às centenas, e grande parte das bagagens foi perdida. Em 25 de abril, as tropas penetraram em Candahar, que já havia sido abandonada pelos príncipes afegãos, irmãos de Dost Mohammed.

Após um descanso de dois meses, sir John Keane, o comandante, avançou para o norte com o corpo principal do exército, deixando uma brigada em Candahar sob as ordens de Nott. Ghazni, a fortaleza inexpugnável do Afeganistão, foi conquistada em 22 de julho: um desertor tinha informado ao exército que a entrada de Cabul era a única a não ter sido murada. Assim, ela foi derubada, e a praça foi tomada de assalto. Após esse desastre, o exército reunido por Dost Mohammed se dispersou imediatamente, e também Cabul abriu suas portas, em 6 de agosto. Xá Soojah foi instalado no trono conforme o previsto, mas o verdadeiro poder do governo ficou nas mãos de McNaghten, que, além disso, pagava todas as despesas de xá Soojah com dinheiro do Tesouro indiano.

A conquista do Afeganistão parecia consolidada, e uma parte considerável das tropas foi enviada de volta. Mas os afegãos não estavam nada satisfeitos de serem governados por "kafir feringhee" (infieis europeus), e, ao longo dos anos 1840 e 1841, as insurreições se sucederam em todas as regiões do país. As tropas anglo-indianas tinham que se movimentar sem parar. Mesmo assim, McNaghten declarou que essa era a situação normal da sociedade afegã e escreveu à Inglaterra dizendo que tudo ia bem e que a autoridade de xá Soojah estava crescendo. Os avisos dados por oficiais militares e



Engels em foto de 1860

outros agentes políticos não foram ouvidos. Dost Mohammed se rendera aos ingleses em outubro de 1840 e fora mandado de volta à Índia; todos os levantes até o verão de 1841 foram reprimidos com sucesso.

Em outubro, McNaghten, nomeado governador de Bombaim, tencionava partir para a Índia com outro corpo do Exército. Mas uma tempestade eclodiu. A ocupação do Afeganistão estava custando aos cofres indianos 1,25 milhão de libras por ano: era preciso pagar 16 mil soldados, os anglo-indianos e os de xá Soojah, no Afeganistão; 3.000 outros estavam no Sind e no estreito de Bolan. O fausto real de xá Soojah, os salários de seus funcionários e as despesas de sua corte eram pagos pelo Tesouro indiano. Para completar, os chefes afegãos eram subvencionados ou, melhor dizendo, subordinados pela mesma fonte, para garantir que não causassem problemas.

McNaghten foi informado da impossibilidade de continuar gastando dinheiro nesse ritmo. Ele tentou restringir as despesas, mas a única maneira de consegui-lo seria reduzir as alocações pagas aos chefes. No mesmo dia em que tentou fazê-lo, os chefes fomentaram uma conspiração para exterminar os ingleses; o próprio McNaghten provocou a concentração de forças insurrecionais que, até então, vinham lutando separadamente contra os invasores, sem unidade nem concerto. Não há dúvida, tampouco, de que naquele momento o ódio dos afegãos contra o domínio dos ingleses atingiu seu auge.

Em Cabul, os ingleses eram comandados pelo general Elphinstone, um homem velho, acometido de gota, indeciso e totalmente incapacitado, que dava ordens contraditórias a todo momento. As tropas ocupavam uma espécie de campo fortificado, tão extenso que a guarnição mal chegava para vigiar os baluartes, muito menos para destacar homens para agir no terreno. As obras eram tão imperfeitas que era possível atravessar o fosso e o parapeto a cavalo. Como se isso não bastasse, o campo era dominado de perto pelas montanhas vizinhas, a uma distância que praticamente podia ser coberta por um tiro de mosquete.

Para coroar o absurdo desses arranjos, todas as provisões e materiais médicos se encontravam em dois

fortes diferentes, situados a certa distância do campo, do qual eram separados, ainda, por jardins cercados de muros e por um outro forte pequeno que os ingleses não ocupavam. A cidadela de Bala Hissar, em Cabul, teria oferecido alojamentos de inverno sólidos e excelentes para o exército todo, mas, para agradar ao xá Soojah, tinha sido ocupada.

A revolta eclodiu em 2 de novembro de 1841. A casa de Alexander Burnes, na cidade, foi atacada, e ele foi assassinado. O general inglês não fez nada, e a impunidade fortaleceu a insurreição. Totalmente incapacitado, à mercê de toda espécie de conselhos contraditórios, em pouco tempo Elphinstone se viu reduzido à confusão descrita por Napoleão em três palavras: ordem, contra-ordem, desordem. A Bala Hissar continuava desocupada. Algumas companhias foram enviadas para fazer frente aos milhares de insurretos e, naturalmente, foram derrotadas, o que fortaleceu ainda mais a determinação dos afegãos.

No dia 3 de novembro foram ocupados os fortes próximos ao campo. No dia 9, o forte da intendência (defendido por apenas 80 homens) foi tomado pelos afegãos, e os ingleses não tiveram mais nada para comer. No dia 5, Elphinstone já falava em comprar o direito de deixar o país. De fato, na metade do mês de novembro, sua indecisão e incapacidade já tinham desmoralizado as tropas a tal ponto que nem os europeus nem os sipaios estavam em condições de enfrentar os afegãos sobre o campo de batalha. Começaram as negociações. Enquanto elas aconteciam, McNaghten foi assassinado durante uma conferência com os chefes afegãos.

A neve começava a cobrir o chão, e as provisões escasseavam quando finalmente, em 1º de janeiro de 1842, foi acertada a rendição. Todo o dinheiro, 190 mil libras, deveria ser entregue aos afegãos, e papéis seriam assinados para a remessa de outras 140 mil libras. Toda a artilharia e munições, excetuando seis canhões e três peças de artilharia móvel, deveriam permanecer onde estavam. O Afeganistão inteiro deveria ser desocupado. Em troca, os chefes prometeram salvo-condutos, provisões e animais de carga.

No dia 5 de janeiro, os ingleses deixaram o país, sendo 4.500 soldados e 12 mil civis. Um dia de marcha bastou para dissipar os derradeiros vestígios de ordem e para misturar soldados e civis numa confusão lastimável, que impossibilitava qualquer resistência. O frio, a neve e a falta de víveres tiveram o mesmo efeito que haviam exercido na retirada de Napoleão de Moscou, em 1812. Mas, em lugar dos cossacos, que mantiveram uma distância respeitável dos franceses, os atiradores de elite afegãos, furiosos e armados com mosquetes de longo alcance, ocupavam todos os picos e atormentavam os ingleses. Os chefes que tinham assinado os termos da capitulação não conseguiam nem queriam refrear as tribos das montanhas. O desfiladeiro de Koord-Cabul foi o túmulo de quase todo o exército, e os poucos sobreviventes, menos de 200 europeus, caíram na entrada do desfiladeiro de Jugdulk. Um único comandante, o doutor Brydon, conseguiu alcançar Jalalabad e contar a história.

Entretanto muitos oficiais foram feitos prisioneiros pelos afegãos; Ja-

lalabad estava nas mãos da brigada de Sale. Sua rendição foi exigida, mas ele se recusou a esvaziar a cidade, assim como fez Nott em Candahar. Ghazni já havia caído; não restara um único homem na cidade que soubesse utilizar a artilharia, e os sipaios tinham sucumbido ao clima.

Enquanto isso, perto da fronteira, assim que as autoridades britânicas souberam do desastre de Cabul, concentraram em Peshawar as tropas destinadas a tomar o lugar dos regimentos do Afeganistão. Mas faltavam meios de transporte, e grande número de sipaios caiu doente. Em fevereiro, o general Pollock assumiu o comando e, no final de março de 1842, recebeu reforços. Ele forçou passagem pelo desfiladeiro de Khyber e avançou para socorrer Sale em Jalalabad. Alguns dias antes, Sale havia derrotado completamente o exército afegão que o cercava.

Lorde Ellenborough, governador-geral das Índias, ordenou a retirada das tropas, mas Nott e Pollock encontraram uma boa desculpa para não fazê-lo, alegando a falta de meios de transporte. Finalmente, no início de julho, a opinião pública na Índia obrigou lorde Ellenborough a fazer alguma coisa para restaurar a honra da nação e o prestígio do exército britânico; assim, ele autorizou o avanço sobre Cabul a partir de Candahar e Jalalabad.

Na metade do mês de agosto, Pollock e Nott chegaram a um acordo com relação a seus movimentos, e, em 20 de agosto, Pollock abriu caminho em direção a Cabul. Ele chegou a Gundamuck, derrotou uma tropa afegã no dia 23, tomou o desfiladeiro de Jugdulk em 8 de setembro, derrotou as forças inimigas reunidas em Tezeen no dia 13 e, no dia 15, montou acampamento sob as muralhas de Cabul. Enquanto isso, Nott deixava Candahar e marchava para Ghazni com suas tropas. Após alguns combates pouco importantes, derrotou um grande exército de afegãos em 30 de agosto, tomou Ghazni, abandonada pelo inimigo em 6 de setembro, destruindo a cidade, derrotou novamente os afegãos na praça-forte de Alydan e, no dia 17 de setembro, chegou perto de Cabul, onde Pollock imediatamente comunicou-se com ele.

Xá Soojah tinha sido assassinado muito antes por chefes afegãos e, desde então, não havia governo real no Afeganistão. Futteh Jung, filho de Soojah, era rei apenas no nome. Pollock enviou um destacamento de cavalaria até os prisioneiros de Cabul, mas eles tinham conseguido subornar seus guardas, e estes o enfrentaram no caminho.

Em represália, o bazar de Cabul foi destruído, e, nessa ocasião, os soldados pilharam parte da cidade e massacraram grande número de seus habitantes. Em 12 de outubro os ingleses deixaram Cabul e retornaram à Índia, passando por Jalalabad e Peshawar. Temendo perder seu cargo, Futteh Jung os seguiu. Libertado do cativo, Dost Mohammed retomou seu reino. E assim terminou a tentativa dos ingleses de instalar no Afeganistão um príncipe fabricado por eles.

\*Filósofo alemão, elaborou, com Marx, os fundamentos do socialismo científico, sendo publicado em 1858, pela "The New American Cyclopaedia"

# TRIBUNA de DEBATES

## PCdoB entra na fase final do 10º Congresso

As reuniões preparatórias ao 10º Congresso Nacional do PCdoB estão sendo realizadas de Norte a Sul. O Partido realizou até agora mais de 900 conferências municipais, além de filiar lideranças e debater as teses em todo o país.

### PCdoB cresce em Pernambuco

O PCdoB pernambucano foi reforçado com novos companheiros representativos na política do Estado e, em alguns casos, detentores de mandatos parlamentares.

Há duas semanas o Estado passou a sediar as duas únicas prefeituras do Partido no país. Além de Luciana Santos, de Olinda, agora o médico e prefeito de Mirandiba, cidade do sertão, Jorge Rubens, ingressou no PCdoB. Sua filiação foi comemorada no dia 6 de outubro em grande ato político na cidade, com a participação de mais de 200 pessoas. O deputado estadual Nelson Pereira e o ex-prefeito de Camaragibe (cidade vizinha ao Recife), João Lemos, também se filiaram. No dia 27 de setembro, os dois assinaram, em ato formal, a ficha de filiação na Assembléia Legislativa. Participaram do evento lideranças comunistas; representantes de partidos e das prefeituras de Olinda, Recife e Mirandiba; líderes dos movimentos estudantis, comunitários e sindicais; além de companheiros das cidades de Camaragibe e Mirandiba. Nelson Pereira é odontólogo e foi por duas vezes prefeito de Mirandiba. Entre 1993 e 1996, período em que exerceu o cargo, Nelson pôs fim a uma histórica sucessão de administrações de base assistencialista e clientelista. A primeira administração democrático-popular naquele município foi marcada pela participação da sociedade civil, tornando-se referência nacional das esquerdas. Pioneiro no Estado, o prefeito Nelson Pereira deu início ao Orçamento Participativo, criou o Conselho de Desenvolvimento Municipal e implantou programas de reforma agrária.

Nelson concluiu a administração com a aprovação de 85% da população de Mirandiba, cidade que hoje passa pela terceira administração democrático-popular com o prefeito Jorge Rubens. Nas eleições de 1998, Pereira ficou como primeiro suplente de Deputado Estadual pelo PT, chegando à Assembléia Legislativa em janeiro de 2001.

Para Nelson, o PCdoB tem uma história marcada pela defesa de ideais, princípios democráticos e pela luta contra as desigualdades sociais no Brasil e no mundo. "Esta defesa se faz com a busca pela melhor qualidade de vida para população, melhor distribuição de renda e contra a exploração do trabalhador. Para mim, é o partido que representa os anseios da sociedade civil organizada, tendo como princípio a participação popular. Identifico-me com o PCdoB por compartilhar com seus ideais, e assim acreditamos que juntos poderemos representar e defender os interesses desta sociedade no Poder Legislativo de Pernambuco", declarou Nelson Pereira, o mais novo deputado estadual do PCdoB no Estado.

Para o presidente do PCdoB/PE, Alanir Cardoso, "além de suprir uma lacuna deixada com a saída de Luciana Santos, eleita prefeita de Olinda, a presença do deputado Nelson Pereira fortalece a nossa atuação no interior do Estado".

João Lemos é médico, filho de operários, foi um dos fundadores do PT no Estado e ex-prefeito de Camaragibe (1992-1996). "Desde pequeno me chamavam de comunista!" -



A prefeita Luciana e o deputado Nelson Pereira (ao microfone), do PCdoB



Jantar organizado em Brasília para arrecadar fundos para o 10º Congresso

brinca Lemos. "Resolvi me filiar ao PCdoB pela harmonia do Partido em nível local. A admiração política por figuras como o vice-prefeito do Recife, Luciano Siqueira, e a prefeita de Olinda, Luciana Santos, também me influenciou. Durante toda a sua luta de esquerda o Partido não se afastou de seus princípios; nunca enaltece a ambição e executa o que prega", afirmou João Lemos.

Outro importante novo filiado é Carlindo Batista da Silva. Carlindo já foi vereador e presidente da Câmara de Vereadores de Paulista (cidade da região metropolitana), além de ex-presidente do PSB em sua cidade.

### Reforço qualitativo

Para Luciano Siqueira - da direção estadual do PCdoB e vice-prefeito do Recife - o deputado Nelson Pereira, o prefeito Jorge Rubens (de Mirandiba), e o ex-prefeito de Camaragibe, João Lemos - importantes lideranças de esquerda em suas regiões, com presença reconhecida na cena política estadual - fazem parte de um conjunto de quadros que reforçam o PCdoB em Pernambuco. Dezenas de novos militantes, vindos da luta estudantil (entre os quais os presidentes dos DCEs de três importantes universidades) e outros segmentos do movimento social, da intelectualidade e da comunidade técnica concretizam um crescimento qualitativo resultante de uma ação política a um só tempo afirmativa e ampla, que acentua nossos objetivos estratégicos e percorre, com flexibilidade, o leito real da luta de classes. Em que se sobressai o valor da participação dos comunistas nas frentes parlamentar e institucional orientada para a construção partidária - aspecto importante das teses do X Congresso.

### Mobilização vitoriosa no Rio de Janeiro

A caminho das últimas conferências municipais e da realização da plenária final da Conferência Estadual do RJ, podemos afirmar que o coletivo partidário está de parabéns por ter ultrapassado a meta de 4000 mobilizados na base. Vale destacar o resultado positivo sobretudo nos municípios prioritários, os maiores centros políticos do estado, onde geralmente havia dificuldade de se cumprir as metas. Ganha relevo o desempenho da capital que mobilizou quase 2000, ultrapassando a meta prevista de 1600. Nesse processo, também foram eleitas novas direções, apontando a consolidação do Partido em vários municípios. Além do avanço quantitativo, vale destacar o trabalho planejado da direção, o envolvimento dos dirigentes e das principais lideranças no processo de mobilização, com foco nos municípios prioritários. O esforço de envolver os sindicalistas deu frutos positivos, com destaque para metalúrgicos e cedaeanos, que inovaram com a realização de assembleias de base na porta de empresas. O objetivo de envolver os jovens comunistas assinou avanços, incorporando as principais lideranças no debate na estrutura partidária, apesar das inúmeras eleições estudantis que dificultaram a incorporação de mais jovens ao processo.

No Rio Partido cresceu mais de 130%

Durante o processo da Conferência Municipal do Rio, 1931 filiados participaram de assembleias em 19 distritos. Na conferência de 1999, que elegeu a primeira direção do recém-criado Municipal, o Partido havia mobi-

### Nova proporção para eleição de delegados

A Comissão Política Nacional, tomando como base a avaliação da mobilização partidária atual e objetivando levar cerca de 800 delegados ao 10º Congresso Nacional do Partido, de acordo com as atribuições expressas no Artigo 20, parágrafo segundo, do Estatuto do Partido resolve modificar a redação do caput do Artigo 6º da Resolução nº 15 do Comitê Central, de 10 de junho do corrente ano, que passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 6º - As Conferências Estaduais elegerão delegados ao 10º Congresso na proporção de 1 (um) delegado para cada 40 (quarenta) filiados participantes das Assembleias de Base. Nos municípios onde ainda não existam Organizações de Base, as Conferências Municipais reúnem os filiados. No cômputo geral do Estado, a fração que atingir e/ou ultrapassar a 21 (vinte e um) militantes reunidos na base, dará direito a mais um delegado".

São Paulo, 15 de outubro de 2001.  
Resolução nº 19 da Comissão Política Nacional do Comitê Central - 30ª Reunião

lizado 832 militantes em 11 distritais.

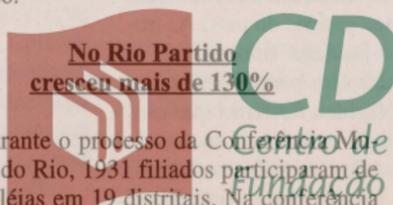
A plenária final, realizada nos dias 6 e 7 de outubro, no auditório do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, contou com a presença do camarada João Batista Lemos, representando o Comitê Central. Luis Fernandes (Internacional), Jandira Feghali (Nacional) e Ana Rocha (Partido), fizeram a exposição das teses.

### O Partido cresce também no Amazonas

No Amazonas, no final do mês passado, ocorreram as reuniões de base nos municípios de Benjamin Constant e Atalaia do Norte, no Alto Solimões. A região fronteiriça é habitada por aproximadamente 3.500 índios de povos como os Ticuna, Marubo, Canamari, Matis, Kulina e Korubo que resistem à invasão de suas áreas por fazendeiros, madeireiros e narcotraficantes. Lideranças do Partido na região, o índio Darcy Marubo (vereador do PCdoB na Câmara de Atalaia do Norte) e a deputada federal Vanessa Grazziotin participaram de várias reuniões de bases, que também são preparatórias à Conferência Estadual.

Com aproximadamente 10 mil filiados e organizado em 44 municípios, o PCdoB do Amazonas promove diversas reuniões de bases, conferências municipais e distritais no Estado. Na pauta, debates sobre as teses do Partido para o Congresso Nacional, eleições das novas direções municipais e os delegados para a Conferência Estadual.

A deputada Vanessa diz que o Partido tem muitos desafios a serem superados. Ela citou como obstáculos para organização partidária a grande extensão territorial e a baixa ocupação populacional no Estado. Além disso, a parlamentar explicou que as demandas políticas são muitas. "Temos a necessidade de desenvolver a documentação e a memória ambiental, garantindo melhor qualidade de vida para os trabalhadores, população ribeirinha e povos indígenas, assegurando também a soberania nacional sobre a região", disse.



# Globalização: mais e melhor (final)

DISRAELI MACÊDO HERONILDES

A problemática China X URSS vem sendo colocada no cotidiano da imprensa, informativa e formativa, partidária. Entretanto, vem sendo feita de modo unilateral, preconceituoso e açodado, portanto, equivocada. Ela deve ser tratada de forma cuidadosa, sem prescindir de uma análise marxista da experiência soviética, atualmente inexistente, a despeito do excelente trabalho de Luís Fernandes.

É de se compreender a defesa do socialismo na forma existente nos países que assim se proclamam. Necessário se faz, ante a avassaladora onda liberal contemporânea, apegar-se a símbolos e posturas que, mesmo timidamente, venham contribuir à negação do atual estado de coisas. Mais, a experiência da derrocada

do bloco soviético, mesmo daquele criticado revisionismo, gerou um retrocesso sufocante, conseqüência que nos pegou a todos de surpresa. Não se está a negar o caráter socialista e revolucionário dos poderes até o momento sobreviventes.

Dois ângulos de visão devem presidir a aproximação com o dilema em tela, a saber: a não aceitação de críticas ao socialismo soviético em toda a linha e a defesa do socialismo chinês como uma fase momentânea.

Ora, os êxitos até o presente alcançados pelo modernoso socialismo chinês, salvo melhor e bem fundamentado juízo, em nada avançou, do ponto de vista econômico, talvez, mesmo, ainda esteja aquém, do estágio atingido pela URSS até a década de 50. Essa base econômica contemporânea à segunda revolução tecnológica foi lograda

pelo poder soviético, contando-se do início dos planos quinquenais, em 30 (trinta) anos, com uma guerra mundial no meio; a China logrou alcançá-la em 20 (vinte) anos de nova política. Daí não ser admissível fazer apreciações afirmando, de forma aparentemente definitiva, haver sido equivocado, em toda linha, o modelo adotado pela URSS.

De outra parte, a aceitação da perspectiva chinesa deve ser feita de modo cauteloso, é de se elogiar, mas não se tomar linearmente como ensinamento definitivo. É certo que o mundo atual não permite a autarquização das economias, salvo as marginais, isso refletindo-se, inevitavelmente, sobre a forma como devem ser implementadas as políticas econômicas. Mais, a comunidade socialista no poder, abstraindo-se a própria China, é in-

significante do ponto de vista geopolítico, forçando a adoção de formulações salvacionistas. Sob esse ponto de vista não há que se reparar à política chinesa, entretanto, não existem elementos a permitir afirmações para além desse limite, seja elogiosas ou depreciativas.

A entrada da China na OMC é um marco para o futuro da luta de classes no século XXI. Se a OMC sobreviver à China, o capitalismo sobreviverá ao século de forma hegemônica, se a China sobreviver à OMC será o começo da consolidação do socialismo e o século terminará em festa para a humanidade. Os próximos vinte anos serão decisivos.

*Disraeli Macêdo Heronildes é membro da base dos advogados de Natal/RN.*

## Crise do capitalismo, os EUA e a Alca (final)

RENATO RABELO

### O hegemonismo dos Estados Unidos

"A chamada nova ordem mundial, configura-se cada vez mais como uma ordem imperialista, marcada por desenfreada espoliação dos povos e nações, acentuada polarização social, aumento da distância e das diferenças entre países ricos e pobres, hegemonismo, militarismo, autoritarismo e ameaça de devastação ambiental. Na origem da instabilidade encontra-se a política espoliadora e agressiva do imperialismo norte-americano, que cada vez mais recorre à força e à superioridade militar para impor sua hegemonia no mundo." (Tese internacional)

A justa compreensão do papel do hegemonismo no mundo contemporâneo, passa pelo entendimento da teoria do imperialismo. Esta teoria é indispensável para uma compreensão global e profunda dos problemas internacionais e do sistema capitalista. "A teoria do imperialismo é sinônimo de teoria da acumulação do capital em escala mundial, teoria da articulação dos diversos modos de extorsão do sobretrabalho fundados nas modalidades específicas do desenvolvimento desigual da nossa época." (Amin)

A definição mais completa do atual processo de internacionalização exige a explicitação da persistência da etapa histórica do imperialismo moderno. Os traços principais da etapa de evolução capitalista-imperialista foram reunidos e sistematizados por Lenin desde 1916, sendo atuais e até mais exacerbados hoje que há oitenta anos. Lenin faz uma interpretação precisa, recorrendo às contribuições teóricas de Hilferding, quando qualifica o imperialismo como a etapa superior do desenvolvimento capitalista, com o surgimento do capital financeiro (fusão entre capital industrial e bancário) em escala planetária e acentuando a natureza parasitária deste capital, o caráter monopolista das empresas, a expansão das exportações de capital, o agravamento de todas as contradições, e as possibilidades reais de crises e guerras, a partilha do mundo pelos trustes e entre as potências, e a tendência reacionária e agressiva do imperialismo.

Atualmente, com a chamada globalização ou mundialização do capital, impõe-se novamente a temática do imperialismo. Ao fim do velho colonialismo, sucede no mundo nova era imperial. Desde a expansão no pós-guerra, o mundo defronta-se com a hegemonia conquistada pelos Estados Unidos no sistema imperialista, no terreno econômico, político e militar. A sua posição hegemônica é abalada com a sucessão da grande crise que se inicia

desde finais dos anos 60. Após a crise do início da década de 70, os Estados Unidos empreenderam a recomposição da sua hegemonia (através do fim da conversibilidade do dólar, elevação da taxa de juros, valorização do dólar, atração de investimentos financeiros e produtivos, retirada de direitos dos trabalhadores etc). O crescimento econômico é retomado em 1983. No encerramento da década de 80 e no início dos anos 90 dá-se o desmoronamento da União Soviética e o desaparecimento de seu papel estratégico mundial. O mundo bipolar torna-se uma fase ultrapassada. O capitalismo exhibe uma vitória mundial, com importante repercussão econômica, política e ideológica, desimpedindo nesse momento os Estados Unidos para consolidar seu processo de recomposição hegemônica, tendo em vista o objetivo de unipolarização mundial.

Após a recessão de 1990-92, vai se desenrolar, na década de 90, mais uma expansão cíclica da economia norte-americana, passando o mundo a viver a globalização financeira sob a hegemonia do dólar. Os Estados Unidos passaram a contar com vasto financiamento externo, tornando-se centro dos mercados financeiros internacionais, funcionando como verdadeira bomba de sucção dos capitais disponíveis no mundo (importou aproximadamente 400 bilhões de dólares anuais nos anos 90.). Hoje, nas condições impostas pelos mecanismos de integração global, as demais economias foram colocadas diante de uma maior dependência dos acontecimentos nos Estados Unidos, cujos abalos financeiros vêm provocando fortes impactos, causando importantes dificuldades para o dinamismo da economia mundial.

A predominância das políticas liberalizantes compreende a fase atual necessária para a reprodução capitalista, tendo em vista desmontar qualquer regulação que dificulte a liberdade do capital. Consiste em abertura comercial, desregulamentação financeira, livre mobilidade dos capitais externos, privatizações etc. A política neoliberal começa a ser intensificada desde a crise de 1974-75 e favorece os objetivos das potências capitalistas atuais (G-7) de domínio sobre os países periféricos, sobretudo serve aos interesses da potência hegemônica. Esse receituário neoliberal é diferenciado entre os países imperialistas e os intermediários e subdesenvolvidos.

Hoje, o imperialismo norte-americano arvorou-se em pólcia do mundo, elevando o seu ditame e o chamado direito de ingerência sobre nações e povos à categoria de princípio incontestável de política internacional. A transnacionalização das funções dos estados imperialistas, principalmente do Estado norte-americano, constitui uma autêntica cruzada contra

os princípios de soberania, autodeterminação e independência dos estados nacionais. O Direito Internacional Público desde o tempo da formação das nações burguesas vai se modificando essencialmente num Direito Internacional a serviço das potências imperialistas, as quais procuram edificar e impor, na época dos grandes monopólios, seus princípios e regras aos estados subordinados.

Na atualidade, nos Estados Unidos, com o recém empossado governo Bush, assistimos a um regresso impetuoso ao "Estado de segurança nacional", onde as forças guerreiras, os estrategistas da época da guerra fria e os representantes do complexo industrial-militar hegemonomizam o poder de Estado. É o bloco de forças que teorizava sobre a unipolaridade na fase do governo Bush (pai) e se dedicava nos anos 80 a promover a "guerra nas estrelas". Em resumo é "o governo de guerra fria sem guerra fria". O governo atual tem uma visão mais ainda assentada num sistema mundial estruturado só pelo jogo de relações de força e na intensificação do hegemonismo. Elege os novos inimigos e qualifica a China de "adversário e competidor estratégico". Em maio deste ano o presidente anunciou sua decisão de executar, de forma acelerada, a construção de um sistema de defesa antimíssil. Tal procedimento constitui a subversão completa do equilíbrio atualmente existente e que tem permitido ao mundo viver em paz. Na realidade "não se trata de um sistema de defesa, mas antes de um sistema destinado a permitir atacar sem temor de resposta", que pode jogar o mundo numa grande instabilidade e lançá-lo numa nova e brutal corrida armamentista. Com essa concepção de mobilização militar de alta tecnologia, justifica-se a elevação do orçamento do Pentágono até os 320 bilhões de dólares ao ano, quer dizer, bem mais que os orçamentos militares de todos os potenciais "adversários".

Entretanto, "a observação mais atenta do cenário em evolução indica que se encontra em desenvolvimento a tendência ao declínio relativo da hegemonia mundial norte-americana." (Tese internacional) O paradoxo das estratégias de hegemonia baseada na força é que estas engendram inevitavelmente forças contrárias, tendo como conseqüência nas condições do mundo atual, apressar a marcha para um mundo multipolar. A manutenção da atual política do governo estadunidense leva-o ao isolamento crescente. A rivalidade interimperialista tende a crescer, com a formação de outros pólos econômicos competitivos (zona do euro e zona econômica asiática). Cresce na Europa as tendências contrárias à Ota (Organização do Tratado do Atlântico Norte). É cada vez mais destacado o papel econômico e diplomático da China, e o seu acordo com a

Rússia é um fato de projeção estratégica no contexto da correlação de forças do mundo atual. Nesse quadro de conjunto, observa-se que o apogeu da economia norte-americana ocorreu na razão direta do aumento da sua dependência de financiamento externo e do seu elevado grau de especulação. É altamente deficitário seu balanço comercial e de pagamentos, há três décadas. Em suma, se afirmam as tendências para o surgimento de novos pólos econômicos, políticos e militares mundiais e são prenhe de incertezas as perspectivas da economia norte-americana, levando assim a apressar a tendência de mudança do quadro mundial em que predomina a unipolaridade.

### Alca - estratégia dos EUA para a América Latina

A justa compreensão do alcance da proposta da Alca protagonizada pelos Estados Unidos revela que seu objetivo vai muito além da formação de uma área de livre comércio tradicional. O embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, estudioso deste tema, ex-diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais do Itamaraty, afirma que seus efeitos poderão ser muito mais profundos do que a mera ampliação do comércio de bens e serviços. Este autor enfatiza que a principal conseqüência da Alca será a radical limitação, e até mesmo eliminação por tratado internacional de que participará a maior potência do mundo, da capacidade soberana do Estado brasileiro de articular, estimular e promover, por meio de políticas comerciais, industriais, tecnológicas, agrícolas e de emprego o desenvolvimento econômico. Seguindo os propósitos hegemonomistas do imperialismo norte-americano, a Alca tem como objetivo central criar um conjunto de regras, que, limitando a capacidade de formular e executar política econômica, incorpora, de forma assimétrica e subordinada, a economia brasileira ao território econômico estadunidense, constituindo-se numa verdadeira "anexação" político-econômica.

Com a Alca o Brasil será um território econômico comum, zona livre do capital transnacional, sob o domínio dos Estados Unidos, num prazo de aproximadamente 15 anos, conforme as metas hegemonomistas. Num mundo que tende à multipolarização, torna-se elemento fundamental da estratégia mundial da superpotência do Norte contar com mecanismos e meios que possam submeter a região mais próxima, a fim de melhor exercer o seu domínio e disputar em condições vantajosas a hegemonia mundial, diante da insurgência de novos pólos de poder. Por outro lado, num mundo multipolar que estiver emergindo, o Brasil estaria tolhido de promover e defender seus interesses



próprios políticos e estratégicos, encontrando-se submetido, como uma peça da engrenagem hegemônica dos Estados Unidos.

É justa a conclusão da Tese nacional ao 10º Congresso do Partido, quando afirma que o plano da Alca é uma ameaça neocolonial ao

Brasil. Esse processo de reconquista contemporânea teve seu começo no Consenso de Washington no início da década de 90 e, hoje, por meio do "consenso da Alca", o imperialismo yanque pretende a sua consolidação. A elite dominante brasileira que se submeteu aos

preceitos estabelecidos pelo Consenso de Washington é a mesma que conduz as atuais negociações em torno da Alca. Portanto, as ameaças de neocolonização do país estão presentes, a não ser que as forças opositoras derrotem o pacto político governante, conqui-

tem um novo governo e barrem esse processo entreguista, abrindo um novo caminho para o Brasil.

*Renato Rabelo é vice-presidente do PCdoB.*

## O atentado ao WTC e os comunistas

PEDRO PAIVA

Os acontecimentos do último dia 11 de setembro podem ter grandes repercussões na situação internacional. Cabe a nós comunistas analisarmos os acontecimentos e planejarmos nossas ações tendo como objetivo final a conquista do socialismo e posteriormente da sociedade sem classes.

O atentado ocorreu em um momento em que o neoliberalismo começa a dar sinais de desgaste. O capitalismo se mostra ineficiente, não consegue impulsionar, como em outros tempos, a acumulação de capitais para a própria burguesia. Diante disso o grande capital internacional vem coordenando uma grande ofensiva contra os trabalhadores, a democracia e o Estado nacional. A burguesia responde à crise capitalista com a superexploração do

trabalho. Tal política gera indignação e mobilização em todos os continentes, inclusive nos países desenvolvidos. As mobilizações durante as reuniões do G-7 e da OMC são sintomáticas.

Paralelamente percebemos um acentuado crescimento econômico da China país que, apesar dos problemas e da campanha internacional contrária, se firma no cenário internacional como uma alternativa ao capitalismo.

No entanto, percebemos uma grande ofensiva do governo estadunidense que tenta se utilizar dos trágicos acontecimentos de Nova Iorque para impor ao mundo uma ação belicista, que visa exclusivamente fortalecer o imperialismo norte-americano.

Deve ficar claro que não haverá guerra, caso os EUA resolvam atacar o Afeganistão estaremos diante de um massacre. Nós comu-

nistas devemos atuar contra todo e qualquer tipo de terror seja ele praticado por grupos terroristas ou por governos. A atuação política dos EUA ao longo do século XX nos mostra que o governo de Washington também espalha o terror pelo planeta Terra.

Mais do que nunca os comunistas devem debater a situação política internacional com a sociedade. O PCdoB deve esclarecer a todos os brasileiros que só há uma solução definitiva para as contradições internacionais: resolver a contradição principal do capitalismo, a contradição capital x trabalho. Devemos, mais do que nunca, propagandear a idéia verdadeira que o capitalismo é incapaz de trazer a paz, a segurança e o bem-estar ao mundo. Que uma situação de harmonia internacional definitiva depende fundamentalmente do fim da exploração capitalista.

Por outro lado o Partido deve seguir no seu trabalho, que tem sido muito bem feito a meu ver, de elaborar uma alternativa socialista para o Brasil. Propagandear cada vez mais "o socialismo verde e amarelo". Convencer nossos compatriotas que a saída socialista para o Brasil é possível e necessária.

Acredito que a maior contribuição que o PCdoB pode dar para a paz mundial é impulsionar, em nosso país, o processo de conscientização e organização rumo ao socialismo. Para isso, é necessário debater, cada vez mais, nossas idéias com o povo, para que em torno delas ele se organize para lutar.

*Pedro Paiva é militante na juventude em Juiz de Fora/MG.*

## A novidade das torres

EMANOEL SOUZA DE JESUS

Chega a ser repetitivo; criticar o terrorismo como forma de ação política, não apenas pela perda de milhares de vidas, mas também pelo desvio pequeno burguês vanguardista daqueles que, guiados pela estreiteza do fundamentalismo religioso, acreditam que a história se construa apenas pela ação individual de "heróis", ao invés da ação organizada das massas, do coletivo.

Os ataques realizados na costa leste norte americana trazem como conseqüências imediatas o recrudescimento da retórica xenófoba e das práticas belicistas do governo dos EUA, bem como o aprofundamento da crise econômica mundial, jogando centenas de milhares ao desemprego, especialmente nas economias dependentes.

Contudo, não há como negar também que a destruição de ícones do poder econômico, político e militar da principal potência do planeta encerra um conteúdo antiimperialista. Uma reação, mesmo que insana, às humilhações e aos massacres perpetrados pelo terrorismo de Estado dos EUA contra povos mulçumanos.

Pela primeira vez na história a sociedade norte-americana percebeu não ser invulnerável, que nem sempre o Super Homem ou o Rambo aparecem no último minuto para evitar a tragédia, salvando "o mundo livre e civilizado".

Os atentados são também uma demonstração inequívoca de que a globalização neoliberal não pode oferecer à humanidade nada mais que a barbárie. Ele é uma reação ao ter-

rorismo econômico, político e militar praticado pelos Estados Unidos contra os povos de todo o mundo. No entanto seria ingenuidade absoluta pensar que ele possa provocar uma reflexão dos líderes norte-americanos sobre sua política imperialista.

A resposta, pelo contrário, deixa desnuda a absoluta arrogância daquele que se julga o xerife do mundo. "Quero o Bin Laden vivo ou morto". "Esta é uma cruzada do bem contra o mal". "Quem não está comigo está com o terrorismo". Frases do direitista George W. Bush que têm causado repulsa em todo o mundo, a despeito da aprovação massiva da opinião pública de seu país.

Cresce também a reação à ameaça de um ataque militar iminente ao Afeganistão, não apenas no mundo Árabe, mas em vários países do Terceiro Mundo e até mesmo na Europa.

Dessa forma, no médio prazo a comoção com a morte de milhares no WTC pode se transformar em repulsa à arrogância imperialista. O desfile acintoso dos porta-aviões e mísseis na mídia, se por um lado intimida alguns, por outro revolta a muitos.

Não podemos esquecer que, apesar da crise do movimento operário mundial, cresce a reação em todo o mundo à globalização neoliberal. A reunião da OTAN, mesmo após os atentados, teve de ser transferida de Nápoles para Bruxelas, temendo-se protestos populares.

Em nosso país, a opinião pública condenou os atentados, mas rapidamente identificou que esses foram conseqüência da política arrogante e imperialista dos próprios EUA.

Muitos identificam também que as mazelas que se abatem sobre nosso país são fruto dos ditames do FMI e do imperialismo. Tudo isso nos permite colocar ainda com mais destaque a questão nacional. O processo de privatizações está desmascarado, principalmente a partir da crise energética. Cresce em nosso povo o sentimento antiimperialista, junto com o desgaste do governo entreguista de FHC.

Nessa conjuntura as correntes reformistas e social-democratas não conseguem oferecer uma resposta conseqüente. Pelo contrário, atacam apenas a corrupção desenfreada das elites e se esforçam por apresentar-se como confiáveis perante a burguesia e o capital internacional. Acreditam que poderão chegar ao poder "pedindo licença" ao FMI a aos banqueiros e apresentando-se como moderados.

Doce ilusão. Basta olhar nossa vizinha, a Argentina. Será que apenas o combate à corrupção pode tirar o país dos trilhos do neocolonialismo? Será que apenas a maquiagem dos marqueteiros pode levar uma frente de esquerda ao poder num país com a importância geopolítica do Brasil? Será que poderemos oferecer emprego, saúde, educação e condições de vida digna para o nosso povo sem uma ruptura radical como modelo neoliberal imposto pelo FMI?

Claro que não. Só derrotaremos FHC e o FMI a partir de um amplo movimento de massas e, para construí-lo, a bandeira da soberania nacional precisa ser levantada bem alto. Essa tarefa só pode ser levada a cabo com vigor e rebeldia pelos revolucionários que não têm qualquer compromisso com o establishment.

Desta forma, a luta pela soberania nacio-

nal, pela ruptura com o FMI, pela construção de um projeto auto-sustentável de desenvolvimento econômico para o nosso país, ganha grande destaque na tática dos comunistas. Ela nos permite levar a amplas massas a consciência do pano de fundo de nossos sofrimentos e nos diferenciarmos das correntes reformistas, além de ajudar na polarização de outras correntes de esquerda atuantes nos movimentos sociais e de setores de massa que tenham orgulho de ser brasileiro.

Temos que combater o terror da fome, do desemprego, da ignorância, da violência, que se abate diariamente sobre o nosso povo. E para tanto não há outra alternativa senão combater o terrorismo do mercado financeiro e do FMI, que vive a chantagem povos inteiros, e seus agentes em nosso país.

Assim, a realização do 10º Congresso nestes tempos conturbados de início de um novo milênio representa um grande avanço para todos os lutadores pelo progresso social em nosso país. Mesmo sem estarmos tão próximos da conquista do socialismo quanto desejamos, a alegria de começarmos a descortinar um novo horizonte para o nosso país permite emular a valorosa militância do PCdoB para que cada um de nós se torne num agitador e organizador deste movimento que levará o nosso país a conquistar a sua soberania e construir um novo modelo de desenvolvimento social que nos conduza ao socialismo e à paz social.

*Emanoel Souza de Jesus é membro do Comitê Bancário de Salvador/BA.*

## Violência irracional

GERALDO GALINDO

"Hoje qualquer gesto de oposição aos interesses norte-americanos, políticos ou econômicos, é respondido com a violência mais irracional"

(João Amazonas, informe ao 8º Congresso, 1992)

Há quase 10 anos ainda estávamos perplexos com a queda do muro de Ber-

lin. Nos deparamos neste momento com a queda do World Trade Center, episódio inimaginável até então fora dos estúdios de cinema. A "violência mais irracional" citada por Amazonas em 1992 agora ameaça o mundo.

Já havíamos iniciado as discussões sobre a situação internacional, quando aqueles acontecimentos extraordinários tomaram a cena de nossos debates internos e na opinião pública mundial. A retaliação norte-americana tem inf-

cio duas semanas após os ataques terroristas.

O assunto, como não podia deixar de ser, tem uma complexidade que qualquer análise não responde nem pode responder satisfatoriamente a todos os questionamentos. Com certeza, a tese que receberemos no plenário do 10º Congresso trabalhará com prudência e responsabilidade esse acontecimento. Pretendo aqui levantar ponderações pontuais sobre algumas opiniões, no caso três, que vêm sendo publicadas, sem no entanto ser taxativo ou

apresentar posições fechadas. A vastidão do tema e o espaço da coluna impossibilitam uma análise mais detalhada, o que também não é o caso deste texto.

1 - Que o atentado teria servido justamente aos interesses norte-americanos, que agora tentam a qualquer custo que necessitava para intensificar seu hegemonismo; que conseguiu unificar diversos países em torno de seus propósitos; que unificou o público interno em torno de Bush. 2 - Que atentados

daquela forma não se justificam, porque atingem civis inocentes e que o terrorismo é uma forma de luta que pretende substituir as massas por grupos anônimos supostamente heróicos. 3 - Que o crescente movimento mundial contra a globalização imperialista enfrentaria dificuldades diante do novo quadro de fortalecimento das posições norte-americanas.

Sobre o primeiro aspecto, as considerações no geral são corretas, lembrando que essas conclusões se dão no curto prazo. Mas há reparos. Ora, os norte-americanos sempre usaram o poder da força para impor seus interesses, independentemente de ações terroristas. Ninguém tem segurança aonde vai a unidade construída por eles até o momento, e as mobilizações dos povos do mundo inteiro são uma hipótese a considerar, mesmo nos países aliados. O questionamento ao hegemonismo norte-americano é abertamente discutido no mundo inteiro; nos EUA existem na verdade um

único partido, o "republicana", como alguns rotulam. Um de direita, outro de extrema direita. Ambos contumazes em ordenar bombardeio contra civis inocentes e outras atrocidades pelo mundo afora. Seria precipitado fazer a leitura de que a outra metade de norte-americanos, que agora apóia Bush, teria posições mais avançadas e mudaram de lado. Os poucos setores avançados da sociedade norte-americana são os que estão nas ruas neste momento, protestando contra as retaliações dos EUA.

Segundo, não há dúvida de que atentados daquela forma não se justificam, é verdade. Mas não é só isso. Essa regra não deve ser levada ao extremo da absolutização para quem analisa um ambiente no mundo em que uma superpotência pratica sistematicamente atos condenáveis. Ora, se os árabes, principalmente os palestinos e iraquianos, são eliminados aos milhares pela máquina de terror do Estado norte americano e estes não dis-

põem do poder de mobilização nem de força militar para enfrentar um inimigo sabidamente terrorista, o que deveriam fazer? Não acho que os terroristas que atacaram os símbolos norte-americanos tinham o propósito de "substituir" as massas. Penso que o objetivo era se vingar daqueles que ao longo do tempo vêm aniquilando barbaramente seus pares e, diante da desigualdade dos instrumentos de combate, encontraram um meio que, para eles, se justifica. Na verdade, existe uma guerra dos Estados Unidos contra os povos, que alguns denominam de terrorismo econômico, que vitima milhões de inocentes pelo mundo afora. No caso do oriente médio, essa guerra é explícita. Vários povos foram e são aterrorizados pelas bombas norte-americanas. Do ponto de vista de alguns grupos, esperar que o povo dos EUA mude os destinos de seu governo para que cessem as matanças ou que a mobilização interna seja suficiente para enfrentar um adversário infini-

tamente mais poderoso, pode não ser o caminho no curto prazo. Daí usam a mesma arma e a mesma forma do inimigo, ou seja, o condenável ataque a civis inocentes.

O terceiro aspecto, assim como o primeiro, pode pecar pela precipitação na análise, não levando em conta o desenrolar dos acontecimentos, apegando-se apenas no exato momento conjuntural. Quem garante que o próximo Fórum Social Mundial será menos importante e representativo que o anterior? Quem afirma com segurança que as próximas manifestações contra o G-7 serão menores? Não poderia ser o contrário, crescer a indignação do mundo contra o expansionismo e a beligerância de Bush? Talvez a racionalidade vá nos conduzir a grandes mobilizações para derrotar a violência mais irracional.

*Geraldo Galindo é membro do Comitê Estadual da Bahia.*

## O terror ameaça a humanidade

SÉRGIO BENASSI

Um manto de trevas tecido com critério, frieza e determinação envolve toda a humanidade.

Sob a escuridão que se fecha aos olhos de todos, em todo o mundo, tudo se esfarea em contornos ameaçadores, indefiníveis. Essa treva densa amedronta, intimida, deixa todos em permanente insegurança. Uma ansiedade de perseguidos nos acompanha por toda parte.

É um terror sem rosto, mas não é invisível. Violento e impiedoso, mas que não se revela como tal. Dissimula e engana sempre. Sua calma e tenacidade não o impedem de atrocidades contra crianças e velhos, homens ou mulheres, civis ou militares. Oprime, humilha e explora indiscriminadamente. Ataca, agride e mata planejadamente. O terror que nos ameaça não tem pena de ninguém. Sua solidariedade é de oportunidade, visa sempre aumentar suas forças, seu domínio. Em síntese: seu império.

Aproveita cada fraqueza de seus adversários para aniquilá-los ou submetê-los ao tempo que se apresenta como libertador e justo. Define a si mesmo como o Bem supremo, inquestionável, onipotente.

Atualmente, o terror controla cada minuto da vida de 4,5 bilhões de pessoas. Suga cada caloria das energias dessa multidão com rigor, método e disciplina. O império

do terror engorda com a magreza, a fome, e a decrepitude. O terror imperial lançou 30% dos que domina, explora e humilha à condição animalizada de indigentes que vivem com menos de 30 dólares por mês. Chegou até mesmo a decidir que o continente africano inteiro, que em outros tempos foi relegado à condição de armazém de escravos, fosse transformado hoje em área de isolamento para morte lenta. O terror organizou um verdadeiro exército de jovens e crianças brutalizados precocemente a serviço do submundo da criminalidade e o tráfico. São filhos prováveis dos 1,5 bilhão de pais e mães sem futuro, nem esperanças, em sua condição quase eterna de desempregados. O terror é cruel nos seus métodos, ambicioso nos seus objetivos.

Para garantir o abastecimento do petróleo matou por bombardeios contínuos 350 mil civis iraquianos que não tinham sequer uma faca de cozinha para se defender. Mantém há dezenas de anos um Estado terrorista, abastecendo-o com milhões de dólares e milhares de armas para que promova um genocídio programado contra outro povo.

O domínio do terror imperial pouco se importa com a paz. Suja as mãos de outros para esconder as suas. Patrocina massacres na Etiópia, Eritreia, Ruanda, Sudão, Serra Leoa, Mauritânia, Angola e Moçambique, com o rosto da guerra civil. Estimulou, protegeu e lucrava com o racismo da África do Sul, a escravidão tribal de muitos países e o xenofobis-

mo primeiro-mundista contra todos os povos terceiro-mundista.

O terror imperial abrigou, treinou, financiou e armou ditadores sanguinários que assassinaram milhões. A lista é imensa, em todos os continentes: Pinochet (Chile) Videla (Argentina), Noriega (Panamá), Papa Doc (Haiti), Sukarno (Indonésia); Ferdinand Marcos (Filipinas), Franco (Espanha), Salazar (Portugal) e Idi Amin Dadá (Uganda).

O terror imperial participou de duas guerras "globais" que ceifaram 67 milhões de pessoas, centenas de guerras civis e milhares de massacres "nacionais".

Os terroristas imperiais transformaram o mundo num campo de concentração de trabalhos forçados para que eles possam continuar vivendo nababescamente de juros que todos, absolutamente todos, lhe devem, para tapar o rombo de US\$ 1 bilhão/dia de sua economia decadente.

O terror atualmente está ferido em seu orgulho patriótico, apesar de ter estimulado nos últimos vinte anos a ideologia do fim das Nações e de ter rotulado todo discurso patriótico como coisa de dinossauros, talvez por isso gaste US\$ 300 milhões por ano com a indústria bélica, dez vezes mais que o orçamento militar do mundo todo.

O terror fantasiou-se de cowboy justiceiro com lei própria, a lei do olho por olho. Embora não seja capaz de mascar

chicletes e ter um pensamento ao mesmo tempo, acionou imensa máquina de comunicação e mídia para obter da humanidade e dos governos dos países do mundo toda autorização para atacar quem, onde e por qual motivo quiser. Já tentou obter esse "direito de ingerência nas fronteiras nacionais" com o motivo de defesa dos direitos humanos e a democracia, como na Iugoslávia e Iraque desmantelados a base de bombardeios.

Tenta o mesmo com o argumento falso do combate ao narcotráfico como na Colômbia e Peru. Insiste com frequência nos argumentos ecológicos para salvar "o pulmão do mundo" que é nossa Amazônia. Não conseguiu até agora essa carta de capitulação internacional. Nenhum povo se dispôs a ajudá-lo nessa declaração de guerra. Tudo indica que a Guerra Fria será substituída pela tradicional guerra quente, borbulhante, vermelha do sangue dos povos oprimidos contra o Império do Terror.

O terrorismo como método de luta política não será capaz de afrontar com sucesso o terror imperial. O terror quer a primeira guerra do novo século. Façamos a guerra dos povos contra o Terror Imperial para obter a verdadeira e definitiva paz e justiça.

*Sérgio Benassi é membro do Comitê Estadual de São Paulo.*

## O definhamento revolucionário da política neoliberal

SANTOS BISPO DE OLIVEIRA

A experiência histórica tem mostrado que é difícil ser revolucionário no contexto democrático burguês da pós-abertura política no Brasil e, por isso, o Partido precisa começar a repensar, no atual panorama, um novo conceito de Revolução, se quiser avançar mais na conquista do povo proletário - com vista ao estabelecimento de um regime democrático-revolucionário de transformações econômicas, políticas, sociais e culturais no país.

O trabalho de direção é muito importante, mas faz-se necessário que a sociedade, de maneira mais ampla, vislumbre esse trabalho e que ele não fique apenas como discurso para poucos. Precisamos de uma qualidade, sem a

qual não dá para construir consciência de classe numa nação territorialmente grande e diversa do ponto de vista étnico-cultural como o Brasil. O socialismo precisa chegar ao povo brasileiro.

No âmbito de uma sociedade capitalista e de uma democracia burguesa não dá para se iludir muito, não há espaço para muita utopia. A sociedade brasileira, sobretudo os trabalhadores, precisa ser levada - através de uma retórica convincente - a "comprar" o ideal de uma nova vida. "Comprar" o socialismo como a melhor proposta para um futuro sem exploração, do mesmo modo que uma criança compra um pirulito. E, nosso papel como verdadeiros revolucionários, no Brasil de hoje, é o da luta pela "venda" de pontos de nosso Programa em todos os cam-

pos, antes que ele seja absorvido por copiadores ou plagiadores políticos e caia no vazio desgastado. Venda essa inclusive nos governos e nos parlamentos onde se dá o embate político e a dominação social.

Portanto, o rumo que o Partido precisa tomar para evitar o sectarismo e o isolamento social e ideológico é o do definhamento revolucionário da política neoliberal de governos como o de Fernando Henrique Cardoso, através da atuação nos campos do saber, da política em geral, dos movimentos sociais etc.

Revolucionar no contexto histórico brasileiro de hoje, é valorizar a conquista consciente dos vários espaços, seja nas manifestações organizadas e de massas; nos governos opositores, progressistas e de

esquerda; nas ações parlamentares em defesa do povo, do trabalho e da cidadania; enfim onde existir povo reunido - sem deixar, é claro, de desenvolver a qualidade do trabalho de direção do Partido e a construção partidária como expressão do pensamento, e como ampliação de forças na luta pelo socialismo, num terreno onde a democracia é burguesa e dá a ilusão da existência de liberdade; e ainda onde o sistema capitalista imprime outra ilusão alienante: a de que o desenvolvimento econômico e a abertura de mercado (na política neoliberal) são a salvação da massa.

*Maurício Grabois*

*Santos Bispo de Oliveira é presidente do Comitê Municipal de Fronteiras dos Vales/MG*

# O Brasil deve declarar a moratória da dívida externa?

MARCELO PEREIRA FERNANDES

A questão da dívida externa voltou ao debate, principalmente pela repercussão – até um pouco inesperada – do plebiscito sobre a dívida externa promovido pela CNBB, ocorrida ano passado com apoio de partidos de esquerda e entidades civis.

O tema geralmente causa discursos apaixonados tanto da esquerda como da direita. Nesse artigo – tentando deixar de lado as exaltações peculiares sobre o tema – defendo que nesse momento não é aconselhável a decretação da moratória por parte do Brasil. Isso porque, o momento histórico é bem diferente daquele prevalente durante a década de 80, onde a América Latina viveu verdadeiro pesadelo por causa da sua submissão aos países desenvolvidos, principalmente os Estados Unidos.

Assim, é necessário lembrar resumidamente aquele período para fazermos um paralelo com o momento atual, e entender porque agora não é uma boa idéia promover a moratória da nossa dívida externa.

A moratória da dívida externa do México, em agosto de 1982, fez com que o mercado internacional de empréstimos voluntários se fechasse para o Brasil. Os bancos internacionais simplesmente interromperam os fluxos de capitais. Como consequência, o Brasil realizou através de sucessivos superávits comerciais, enormes transferências de recursos ao exterior que sufocaram o nosso desenvolvimento durante toda década. Em fevereiro de 1987, diante da grave situação, o Brasil decretou unilateralmente a moratória as sua dívida externa. Curiosamente, talvez pela desilusão com o Plano Cruzado, parte da esquerda não apoiou a medida.

No início dos anos 90 houve uma mudança repentina. A recessão nos países do G-7 fez com que os bancos centrais comandados pelo FED reduzissem sucessivamente as taxas de juros. Destarte, iniciou-se uma busca generalizada por aplicações alternativas a taxas de juros mais atraentes. Só então, em fins de 1991, depois de uma década perdida, o Brasil voltou a receber capitais externos. Isso de-

monstra o erro do Brasil ao não tomar uma atitude mais dura com os bancos credores durante os anos 80.

Agora a situação é diferente. Não obstante o crescente endividamento externo durante o governo Fernando Henrique, o fluxo de capitais não foi interrompido. Desse modo, o Brasil tem conseguido financiar seu déficit em conta-corrente. Ora, a declaração de moratória nesse momento, ao contrário de 1987, implicaria em estancar essa entrada de capitais, criando um problema gravíssimo para o balanço de pagamentos. Em 1987, a moratória interrompeu a saída de divisas; hoje deixaríamos de receber divisas. Isso sem contar, que na década de 80 a dívida externa era em grande parte estatal, atualmente mais da metade é privada.

Assim, o importante é o Brasil saber aproveitar de forma soberana os capitais externos; ao invés de financiar consumo, gerar investimentos em setores que promovam substituições de importações, diminuindo a nossa dependência externa. É

aconselhável do mesmo modo criar restrições aos capitais especulativos de curto prazo como fez o Chile nos anos 90, que instituiu tributação sobre entradas de curto prazo, além de depósitos obrigatórios não-remunerados sobre esses capitais. Por isso, o Chile, bem diferente do Brasil, pouco sentiu os impactos das crises que atingiram o mundo a partir da segunda metade dos anos 90.

De qualquer forma, nada garante que não possa acontecer uma grave crise financeira externa num futuro próximo. Assim, é possível que o Brasil seja obrigado a tomar medidas mais drásticas. Porém, é necessário saber meditar sobre cada momento, a fim de tentar evitar erros. O PCdoB com sua larga experiência pode jogar papel importante nessas questões – que em um futuro governo de esquerda certamente serão colocadas.

Marcelo Pereira Fernandes é membro do Comitê Municipal de Nilópolis/RJ.

## A questão nacional

REGINALDO ALBERTO MELONI

O Congresso é um momento privilegiado da vida do Partido. É neste momento que os comunistas devem se empenhar para contribuir na elaboração da política que oriente a nossa luta na construção de uma nova sociedade.

A leitura das teses de conjuntura internacional e nacional para o 10º Congresso do PCdoB revela o esforço do comitê central para entender profundamente o Brasil de hoje e apontar os rumos da tática e da estratégia que devem ser adotadas pelo povo brasileiro, de acordo com a opinião do Partido.

A partir do diagnóstico de que houve um abandono do projeto nacional (§ 98) no início do governo Collor, e a aceitação submissa do Brasil à linha do chamado Consenso de Washington (§ 99), a análise feita é de que a crise brasileira tem uma contradição fundamental entre a tendência à defesa do progresso nacional com aspirações democráticas visando aos interesses populares e a tendência hegemônica na atualidade que implementa um projeto desnacionalizante, autoritário e excludente (§ 101). Esse projeto, levado à prática nos anos noventa concorreu para a liquidação de conquistas sociais e trabalhistas e o aprofundamento das desigualdades (§ 54).

Assim, coerentemente com esse diagnóstico, o Partido interveio, até este momento, no sentido de construir a unidade da esquerda e do movimento oposicionista, visando à conquista de um governo democrático, patriótico e popular (§ 55). Além disto, é proposta na te-

se que a prioridade da ação política das forças populares e democráticas seja a luta antiimperialista, contra a tendência neoliberal dominante. De acordo com essa análise, a luta a contra o neoliberalismo é, no momento, uma luta essencialmente anticapitalista (§ 115) e, portanto a principal tarefa do Partido deve ser a de concentrar esforços no sentido da criação de uma ampla frente antineoliberal (§ 114).

Se em princípio a análise que se fez é correta, e se o papel do Partido, como uma organização popular que deve estar intimamente sintonizada com as massas populares e com seus principais anseios e lutas, deve ser o de vanguarda deste povo, como se coloca a questão social neste contexto? Ou seja, como se ligam a resistência ao neocolonialismo – que, se contempla muitas das lutas das massas populares também envolve questões de interesse da pequena e média burguesia – com a resistência do povo brasileiro à exploração que o coloca em conflito com esta mesma burguesia? A ênfase na questão da soberania nacional não poderia contribuir para a incompreensão do papel que cumprem os sindicatos (§ 153) na perseguição da estratégia do Partido?

De pronto afirmamos que não se trata de menosprezar e colocar em segundo plano a luta contra o imperialismo. No entanto, não se pode fugir do fato de que as questões sociais, como por exemplo, as lutas pela terra, pelos direitos trabalhistas, pela maior distribuição de renda etc colocam em contradição interesses inconciliáveis que a luta antiimperialista não conseguirá equacionar. Não se pode esquecer que, além do grande capital monopo-

lista, em muitas situações, a pequena e a média burguesia nacional também se beneficiam com a política e a ideologia neoliberal.

A tese aponta algumas possibilidades de equacionamento desta questão. Quando discute a política para as eleições de 2002, a formulação que propõe a formação de um governo de reconstrução nacional, voltado para os interesses populares (§ 116), indica que a frente deve ter um objetivo mais avançado que apenas o da reconstrução nacional. Em outro momento, quando se apresenta a proposta de programa de um novo governo de oposição à política neoliberal, a intenção de avançar em relação à questão nacional é melhor objetivada ao colocar que o projeto de desenvolvimento nacional (deve ser) sustentado com distribuição de renda (§ 109). Esta proposta certamente coloca em xeque a tendência histórica da elite brasileira de concentração de renda e poder.

Mas a tese também é dúbia em outros momentos. Por exemplo, no último parágrafo deste tema, o programa apresentado anteriormente é simplesmente chamado de programa de reconstrução nacional (§ 118), como se para os trabalhadores os limites desta bandeira fossem suficientes. Também é muito tímida a idéia de que a formação de um governo antineoliberal é um meio para se acumular forças para alcançar o socialismo (§ 114). É claro que a derrota do neoliberalismo é essencial para os trabalhadores, mas entendemos que a luta, até neste contexto desfavorável, deve ter objetivos um pouco mais ousados.

Pensamos que a defesa do Brasil deve estar em equilíbrio com as questões de natu-

reza social e democrática. O povo brasileiro vive uma situação dramática. As camadas menos favorecidas que sobrevivem nas grandes cidades, muitas vezes aglomeradas em favelas ou cortiços e a população do interior que vive sem terra ou que sofre o flagelo da seca, estão submetida à condição desumana da fome, da violência, do desemprego, do subemprego, da ausência completa de educação, de saúde, de saneamento e de cultura. Paralelo a esse quadro, jamais tivemos uma burguesia tão rica e opulenta. Portanto, a soberania nacional, mesmo sendo uma prioridade da ação política na atual conjuntura, deve ser tratada junto com as questões mais urgentes de nosso povo.

É possível que a partir dessa compreensão, muitos dos problemas que hoje são detectados no Partido possam encontrar uma melhor solução. O fato de um partido histórico, revolucionário e com reconhecida capacidade de elaboração política cometer erros tais como o de subestimar organizações importantes do movimento dos trabalhadores (§ 153), não deve ser atribuído a razões pequenas ou secundárias, mas a dificuldades que estão na raiz da concepção de partido. Portanto, o diagnóstico da possível doença deve ser rápido e o tratamento consequente.

A construção da política do Partido é tarefa de todos os comunistas e o debate franco é o melhor caminho para a compreensão de uma conjuntura tão complexa.

Reginaldo Alberto Meloni é da base dos professores de Campinas/SP.

# Derrotar FHC por um governo de reconstrução nacional

JORGE PANZERA

Nos debates do 10º Congresso, penso que o que se refere às tarefas políticas do momento tem grande importância. Como bem demonstrado nas Teses, nosso país passa por uma profunda crise, fruto dos ajustes neoliberais promovidos pelos governos Collor e FHC, e em menor grau, de Ita-

mar. Esses governos aprofundaram a encruzilhada histórica em que vivemos, mais do que nunca é necessário romper com este ciclo, que tem nos levado à barbárie.

O desenvolvimento da luta consequente e permanente contra o governo de FHC, assim como para derrotar as forças que conduzem a reestruturação neoliberal no Brasil, é o centro de nossa ação. Nosso Partido deve se manter

na linha de frente dessas batalhas, colocando a energia de nossa militância em função desse enfrentamento. O êxito nessa batalha só se dará através de um amplo movimento de massas, que reúna diversos setores da sociedade brasileira, tendo como núcleo as forças de esquerda. Neste sentido, jogam papel destacado as ações do Fórum Nacional de Lutas e dos respectivos Fóruns Estaduais.

O PCdoB deve tomar a linha de frente na construção desse movimento, entendendo as limitações de nossa influência e tamanho, porém não devemos amortecer nosso espírito. O empenho principal de nossos militantes que estão à frente de entidades de massas e organizações populares deve ser no sentido de fortalecer esta empreitada. As entidades que têm os comunistas na direção devem ser as mais consequentes a desenvolver essa luta.

Devemos fazer também que a ação política direta do Partido tenha essa feição. O PCdoB, seus parlamentares, suas lideranças, devem estar na dianteira, ser os principais incentivadores e organizadores dos pequenos, médios e grandes atos contra o governo de FHC. Com esse esforço partidário teremos papel fundamental na construção de um amplo e massivo movimento cívico e popular que pode levar o Brasil a romper com a atual caminhada rumo à barbárie.

Parte desse esforço está vinculado às eleições de 2002, sendo preciso derrotar o pacto dominante neoliberal. A vitória de um governo de reconstrução nacional tem ligação com um programa de ruptura, de alteração de rumos políticos, econômicos e sociais. Assim como tem estreita relação com a construção de amplo movimento de massas. Esses dois movimentos se fundem e se completam: a ruptura só ocorrerá com mobilização popular e sem um programa que cristalice mudanças de rumos as mobilizações se enfraquecerão.

O governo de reconstrução nacional será

erguido em torno de um programa que rompa com a lógica neoliberal e tem três pilares: 1) A recomposição e fortalecimento do Estado Nacional, rompendo com os acordos lesivos a soberania e independência brasileira, recompondo o mercado interno e revendo a política privatizante e de desproteção da economia nacional; 2) O aprofundamento da democratização da vida nacional, com o fim da criminalização dos movimentos sociais, a redefinição das Medidas Provisórias, a participação popular e o controle social sobre as instituições; 3) A recomposição dos direitos do povo, retomando conquistas sociais, reduzindo a jornada de trabalho e com profundos investimentos na educação, saúde, segurança e demais áreas sociais. Aqui se destaca a proposta de convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte para reordenar a normas do país.

Parte fundamental da vitória nestas batalhas políticas é o crescimento do PCdoB, o aumento de nossa influência e organização entre os trabalhadores e o povo em geral. Esse fator é essencial para o êxito desta política e deter-

minante para os novos e maiores embates, rumo à vitória estratégica de nosso Partido e do proletariado brasileiro, a construção do socialismo. A luta pela unidade do povo e das forças de esquerda tem caráter estratégico, porém não deve em nenhum momento diminuir a importância da construção da hegemonia dos comunistas nesse movimento.

É necessário aumentar nossa presença na luta de massas e no movimento social, ampliando nossa influência nessas organizações. Nosso Partido precisa cada vez mais disputar a hegemonia da organização popular. A ação sindical e entre os trabalhadores têm maior destaque, necessitando de maior atenção das direções partidárias, pelo papel que jogam na produção e, por consequência, na luta libertadora do proletariado.

#### Dívida Externa

Penso que, dentre as questões abordadas pelas Teses sobre o programa do governo de reconstrução nacional, a dívida externa necessita

de maior precisão. Pelo caráter espoliativo e pela representação na dependência do Brasil ao capital externo, pelo significado político de ruptura com o modelo neoliberal e de afirmação de um novo rumo, deveríamos deixar claro o rompimento com os acordos com o FMI e a imediata suspensão do pagamento da dívida com posterior auditoria, assim como devemos afirmar que não a pagaremos com o sacrifício do povo brasileiro.

O PCdoB tem posição clara de combate a dívida externa e a submissão ao FMI e ao capital forâneo. Fomos importante segmento na denúncia dos acordos lesivos à nossa soberania, com destacada participação no plebiscito que condenou a dívida externa, realizado em 2000 pela CNBB. Neste último período não ocorreu fato novo que justificasse um recuo na posição de imediata suspensão do pagamento e do rompimento com os acordos com os organismos financeiros internacionais.

*Jorge Panzera é presidente do Comitê Municipal de Belém/PA.*

## Estrutura de posições de classe no Brasil

JOSÉ ALCIDES FIGUEIREDO SANTOS

**D**esenvolvi nos últimos anos uma investigação empírica ampla sobre a estrutura de posições de classe no Brasil cujos resultados podem interessar a quem quer pensar o Brasil e sua transformação social utilizando a ciência social marxista. Este trabalho está para ser publicado pela Editora da UFMG em 2002, por conta de um prêmio conferido por um centro de pós-graduação em ciências sociais do país (IUPERJ).

O estudo utiliza como ponto de partida o esquema de classes neomarxista de Erik Olin Wright, pesquisador que coordenou nas duas décadas finais do século XX, a partir da Universidade de Wisconsin, um grande projeto comparativo internacional cujo questionário de base foi aplicado em 15 países, a exemplo dos EUA, países nórdicos, Austrália, Rússia e Portugal. O esquema de classes original foi alterado em diversos aspectos, devido às especificidades da sociedade brasileira, e as suas categorias empíricas foram construídas levando em conta as possibilidades e as limitações da base de microdados da PNAD. O esquema original de Wright considera a existência de três fatores diferenciadores das localizações de classe na sociedade capitalista contemporânea: propriedade de ativos de capital, controle de ativos de qualificação e exercício de dominação dentro da produção. O estudo desenvolve e aplica uma tipologia de posições e seg-

mentos de classe, visando promover uma análise mais refinada da estrutura social do país, dentro de uma estratégia analítica de desagregar/recompor as diferenciações relevantes em termos de consequências para a desigualdade social. Apresento a seguir, a título indicativo, algumas das principais conclusões substantivas do mapeamento da estrutura de posições de classe do país, contidas no capítulo 2 do trabalho:

- a "classe capitalista" (proprietários com 11 empregados ou mais) possui uma dimensão reduzida no país. Conforme a unidade de análise utilizada, indivíduo ou família, forma de 0,5% (conjunto dos membros da família) a 0,7% (pessoas de referência da família) das posições constituídas. A título de comparação, utilizando-se critérios semelhantes, os capitalistas são 1% no Canadá, 1,6% no Japão, 1,8% os EUA e 2,1% na Inglaterra. A força da classe capitalista, naturalmente, não está no seu número. Entretanto, o estudo demonstra que o controle de ativos relevantes de capital representa o apanágio de um ínfima minoria de residentes nacionais (exclusive capitais estrangeiros);

- a pequena-burguesia urbana e rural, no sentido marxista tradicional do termo, representa o grande estrato intermediário entre o trabalho e o capital no Brasil, pois constitui de 19% (indivíduos) a 24,4% (pessoas de referência da família) da estrutura de posições, conforme a unidade de análise utilizada;

- a chamada classe média assalariada,

conceituada como localizações privilegiadas de apropriação, possui uma dimensão reduzida. A depender da forma de mensuração (restritiva ou expansiva) representa de 4% a 6,6% (indivíduos) ou de 4,8% a 7,4% (chefes de família) da estrutura social do país;

- a classe trabalhadora assalariada "pura", ou seja, os assalariados sem controle de ativos de qualificação credenciada e sem exercício de autoridade no trabalho, forma um máximo de 48,3% das posições entre os indivíduos;

- a classe trabalhadora assalariada ampliada, cujo trabalho vincula-se à produção capitalista ou ao Estado capitalista (o que exclui, por exemplo, os trabalhadores domésticos), forma de 52,7% a 50,1% da estrutura social, conforme o tratamento operacional dado para as posições de classe média. Representa uma maioria social pouco segura. Entretanto, caberia agregar ao seu contingente as formas degradadas/disfarçadas de trabalho assalariado, que cresceram muito nos últimos tempos, e grande parte dos efetivos de "trabalhadores excedentes" (desempregados);

- o auto-emprego precário representa de 13,4% (chefes de família) a 14,7% (conjunto dos membros da família) da estrutura social. Compõe-se de auto-empregados possuidores de uma capacidade de trabalho simples, cujas atividades dependem de recursos diminutos de giro do negócio ou de instrumentos elementares de execução do trabalho, de trabalhadores por conta-própria submetidos, na verdade, a formas degradadas de exploração

capitalista, de desempregados disfarçados que se alimentam de sobras do produto social e dos produtores de auto-consumo excluídos do mercado;

- situados no pólo oposto das localizações privilegiadas de classe, o conjunto formado pela classe trabalhadora ampliada, incluindo os empregados domésticos, e os ocupados em formas de auto-emprego precário configura no país uma ampla maioria social composta de 75,2% dos indivíduos e de 68,3% das pessoas de referência da família

O capítulo 3 do estudo analisa as mudanças temporais na estrutura de posições de classe entre 1980 e 1996. Uma versão do mesmo foi publicada este ano na revista de ciências sociais Dados (Vol. 44, nº1). O capítulo 4 debate a questão das bases posicionais da desigualdade social, e o capítulo 5 realiza uma investigação empírica sobre os efeitos das posições de classe na renda pessoal. Ambos os capítulos estabelecem um contraponto à chamada teoria de capital humano, que representa o modelo canônico de explicação das diferenças de renda pessoal na teoria econômica convencional. Aqueles que tiverem interesse em conhecer o estudo, antes da publicação, podem solicitar uma cópia em formato eletrônico dirigindo-se ao seguinte e-mail: alcidesf@vento.com.br.

*José Alcides Figueiredo Santos é membro do Comitê Estadual de Minas Gerais.*

## O Estatuto da Cidade

CARLOS QUINTÃO

**A**luta pela posse de terra em nosso País é em muitos aspectos um assunto contraditório, polêmico, violento e envolto em uma visão patrimonialista sob a ótica da especulação imobiliária e do lucro fácil.

Profundamente contraditório, já que todas as nossas terras advém do domínio público, pois quando Cabral aqui aportou em 1500 elas passaram ao domínio da Coroa Portuguesa.

Toda nossa colonização iniciada a partir de 1532 deu-se através da doação das terras, pelas famosas Cartas de Sesmaria, gratuita, mas sob condições: que o sesmeiro tivesse moradia habitual e cultivasse a terra.

Este regime jurídico mantém-se único até 1821, quando José Bonifácio em uma de suas famosas Instruções, suspende o regime de

concessões gratuitas, e solicita uma nova Lei que ponha fim ao desordenamento das posses. Com a Independência em 1822, e devido aos choques ocorridos, abre-se um hiato, pois o novo regime só se dá a partir da Lei nº 601, de 1850, e a denominada Lei das Terras e a sua Regulamentação, em 1854. Nesta Lei, todos que tivessem terras outorgadas por Carta ou posse mansa e pacífica eram obrigados a comparecer às Paróquias locais para o registro de suas posses, o famoso Registro do Vigário.

Neste ato, agravou-se mais ainda a desordenada ocupação de nossas terras, e com a Lei de 1850, institucionaliza-se e oficializa-se o latifúndio em nosso País.

No entanto, esta Lei preserva ao domínio do Império, as quinze braças craveiras, unidade métrica à época, correspondente hoje a trinta e três metros da preamar de qualquer corrente que sofre influência das marés acima

de 5 (cinco) centímetros, preservando com isso uma área em nosso litoral para o embarque e desembarque das mercadorias do Império. O que foi assoreado naturalmente ou aterrado, em continuidade aos terrenos de marinha até o espelho das águas correntes, que sofrem influência das marés, são denominados, acrescidos de marinha. Ambas terras públicas, inalienáveis, sujeitas ao regime de aforamento, aprazamento ou enfiteuse. Todos os ocupantes destas terras, poderão, administrativamente, obter sua regularização fundiária junto ao Serviço do Patrimônio da União, ato mantido inclusive nas alterações promovidas pela Lei nº 9.636, de 15.05.1998.

Podemos afirmar que até a aprovação do Estatuto da Cidade, o único bens públicos que poderia ser regularizado a população, eram os bens imóveis da União os denominados terrenos de marinha e seus acrescidos.

Fruto da mudança do eixo do poder a partir da década de 30, que reduz o papel das oligarquias rurais e consolida a influência da burguesia industrial, inicia-se uma inversão populacional entre o campo e a cidade, o que deixou nossas cidades em uma posição caótica. Hoje cerca de 80% de nossa população vive nas cidades, e nelas são produzidas cerca de 90% de nossas riquezas. No entanto, a maioria da nossa população aqui vive em estado precário. Esta realidade objetiva, combinada com uma ativa participação de nossa bancada no Congresso Nacional, fez aprovar o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10/7/2001), instrumento poderoso para a regularização fundiária, que passa a tratar a moradia e não mais da especulação imobiliária. Regulamenta entre importantes instrumentos, o usucapião especial em terrenos urbanos de até



250 m<sup>2</sup> que estejam ocupadas ininterruptamente há pelo menos 5 anos, e, o usucapião especial coletivo para os terrenos urbanos com mais de 250 m<sup>2</sup>, onde o Juiz, na sentença, atribuirá igual fração ideal do terreno.

Esses instrumentos, acionados, suspendem qualquer ação que porventura esteja ocorrendo sobre o imóvel; pode ser invocado como matéria de defesa contra outras ações; e pode ter como requerente do pedido as Associações de Moradores devidamente registradas e reconhecidas.

FHC tinha vetado os artigos que tratavam da concessão de uso especial, que permitia a

legalização das terras urbanas públicas ocupadas. Recuou fruto de pressões, e, editou a Medida Provisória nº 2.220, em 4/9/2001, e, administrativamente a partir daí, as terras urbanas públicas ocupadas no âmbito federal, estadual e municipal, poderão ser legalizadas.

Num simples processo administrativo, como já ocorre nos terrenos de marinha e acrescidos, os ocupantes de imóveis em terra pública poderão requerer a concessão de uso especial: desde que a tenha para sua moradia ou de seus familiares; desde que a ocupe até 30/6/2001, por 5 anos ininterruptos; e desde que o imóvel tenha menos de 250 m<sup>2</sup>. E, re-

querer a concessão de uso especial coletivo, se a terra pública ocupada tiver mais de 250 m<sup>2</sup>, onde será atribuída igual fração ideal aos ocupantes. Estes títulos serão levados ao Cartório para o devido Registro Imobiliário, e o Órgão Público competente terá o prazo de 12 meses para decidir o pedido. Não o fazendo, cabe ao ocupante ingressar judicialmente contra o órgão omissor.

Se a ocupação acarretar risco à vida ou a saúde, o poder público terá que garantir ao ocupante, em outro local, os direitos que a Lei dispõe.

Portanto camaradas, o Estatuto da Cidade, inicia a reforma urbana, cabe-nos estudá-

la; e aplicar seus poderosos instrumentos, não apenas os citados, controlar sua aplicação e viabilizar por dentro deste regime excludente não só a legalização das moradias, mas também colocar esse exército de excluídos sob a organização e a direção de nosso Partido.

Finalizando, devido à importância do assunto, sugiro, que aja uma intervenção especial sobre a Reforma Urbana e o estatuto da Cidade em nosso Congresso.

*Carlos Quintão é da Direção Estadual do Rio de Janeiro e presidente do PCdoB/Niterói.*

# Radicaliza-se a luta de classes: momento de avançar

SINIVAL OSORIO PITAGUARI

A conjuntura política atual aponta para uma radicalização das contradições do sistema capitalista e da luta de classes no mundo todo, e no Brasil não é diferente.

Em nível internacional nossa tese aponta a contradição crescente entre o rápido avanço das inovações tecnológicas e do processo de acumulação, concentração e centralização de capital, com o desenvolvimento econômico e social dos povos. O mundo capitalista vive mais de duas décadas de crise manifestada na queda contínua da taxa média de crescimento do PIB mundial, aumento nas taxas de desemprego, crescimento da miséria, entre outras mazelas. A crise financeira e estrutural dos Estados Nacionais e a queda final das experiências socialistas no Leste europeu tornou hegemônica a política neoliberal e reforçou o autoritarismo da "democracia burguesa", atacando duramente o movimento operário e revolucionário que se colocou na defensiva por quase uma década.

Em nosso país a tese destaca a crise estrutural instalada após uma década de política neoliberal manifestada no processo de desnacionalização e desindustrialização da economia nacional e no crescimento da dívida pública interna e na externa, causadas principalmente pela privatização e abertura comercial e financeira da economia.

Não obstante, a tese já aponta alguns elementos que demonstram a retomada do movimento progressista como as manifestações "antiglobalização", crescimento da luta pela libertação dos povos nacionais submetidos ao

imperialismo, o avanço eleitoral das oposições e o crescimento econômico de países socialistas, em especial China e Cuba.

O ataque terrorista que atingiu Nova Iorque e Washington e as reações populares que estão acontecendo no mundo muçulmano contra o ataque dos EUA e Inglaterra no Afeganistão não devem ser vistos apenas como radicalismo religioso, é sobretudo radicalização do ódio ao imperialismo. Isso tem reflexo em países como o Brasil. Segundo a Folha de S. Paulo, em torno de 79% não aprovam a reação militar norte-americana contra os países que supostamente abrigam terroristas.

No Brasil há visíveis sinais da ofensiva popular contra o neoliberalismo, o fisiologismo e a corrupção. Primeiro, a vitória da esquerda em importantes cidades do país nas eleições municipais de 2000, em especial São Paulo, e que contou inclusive com a vitória de Luciana Santos em Olinda e a grande votação de Inácio Arruda em Fortaleza, para não falar da eleição de Marta Suplicy em São Paulo. Segundo, inúmeros movimentos que levaram à cassação (ou renúncia) de prefeitos e parlamentares corruptos em cidades importantes e no Congresso Nacional nos últimos dois anos, incluindo aí grandes caciques da política nacional e aliados de FHC como Antônio Carlos Magalhães e Jader Barbalho. Terceiro, o reforço da luta contra as privatizações principalmente após o racionamento de energia elétrica, onde a luta contra a privatização da COPEL no Paraná é o maior exemplo. Quarto, o crescimento do movimento grevista este ano, destacando-se a greve dos policiais militares (Bahia, etc) e das universidades federais.

Há um consenso de que já existam condições objetivas para uma ruptura. Acredita-se que carecemos apenas de melhores condições subjetivas. Mas todo o diagnóstico anterior aponta para a radicalização da luta política e da indignação popular, que poderá ser percebida por qualquer observador atento, em muitos pequenos e grandes movimentos reivindicatórios em todo o país. Na Tribuna anterior, Péricles de Souza analisa com muita propriedade a pesquisa do Ibope divulgada na Veja de que 55% dos brasileiros defendem uma revolução socialista no Brasil. Em que pese a pouca compreensão teórica do que isso significa, é nítida a identificação com os valores comunistas e que houve um significativo progresso na consciência política do povo, que começa a exigir da sua vanguarda um avanço estratégico e mais ousadia tática.

A tese defende como tarefa estratégica imediata a aplicação de um "projeto nacional de desenvolvimento" antineoliberal e antiimperialista, que crie condições para a transição rumo ao socialismo. Mas que táticas e alianças de classe devemos usar para atingirmos esses objetivos estratégicos? A burguesia nacional (isso existe?) já deu muitas provas (golpes militares, Collor e FHC, etc) de temer tudo o que cheire a nacionalismo ou socialismo, e não hesita em colocar fim à democracia contra isso. Esses objetivos só serão atingidos com um amplo movimento de massas que englobe todos os setores assalariados, trabalhadores rurais sem terra, estudantes, as minorias (racial, homossexual, etc) e, no máximo, as classes médias.

Para formar essa coalizão de forças é preciso investir muito na agitação e propaganda sem

tréguas contra o neoliberalismo e o entreguismo pró-imperialista em todos os níveis de governo, e denunciar o caráter antipovo dos partidos que os apóiam. Devemos priorizar a divulgação e o debate do nosso programa socialista e da crítica anticapitalista para atrair os indivíduos mais conscientes e com isso construir um grande Partido Comunista. Ao mesmo tempo, devemos transformar a palavra socialismo em legenda da luta do povo pela soberania nacional, pelo trabalho digno a todos, pela democracia de massas e outros valores proletários, transformando o PCdoB em partido das massas.

Essa luta ideológica deve ser levada em todas as frentes de lutas, incluindo a parlamentar. A apostila do Curso de Vídeo fala da necessidade de "radicalizar com amplitude". Neste sentido, a proposta de um programa mínimo da oposição para as próximas eleições é instrumento ideal para conquistar a unidade e a amplitude necessárias para uma mudança de rumos no país. Devemos elaborar propostas desse tipo, específica para cada frente de luta onde atuamos (sindical, estudantil, ambiental, de gênero, sexual, etc.), em nível nacional, estadual e municipal. Devemos mobilizar para isso das OBs ao Comitê Central.

Outras ações mais contundentes também deverão ser realizadas. Se assim não procedermos, perderemos o "bonde da história", ou muito pior, as massas poderão ser atraídas para movimentos anti-revolucionários e passar por cima de nós.

*Sinival Osorio Pitaguari é membro do Comitê Regional do Paraná.*

# Entre a social-democracia e a institucionalidade burguesa-liberal (final)

DURBENS M. NASCIMENTO

Diante do cenário e do quadro político-institucional (fortalecimento dos mecanismos da democracia de cunho liberal-social democrata) daí resultante, como propor a um cidadão que tenha melhorado suas condições de vida com governos, inclusive menos corruptos do que os governos conservadores, o abandono do ideário social-democrata e ingressar no movimento que supõe ir além desse programa? Ou, de outro modo, como lutar pelo socialismo não fugindo das lutas democratas e patrióticas do movimento real da sociedade e, ao mesmo tempo, buscando forjar e consolidar as redes de solidariedade entre as classes populares que possibilitem a simpatia para o PCdoB, numa competição com a social-de-

mocracia e com os partidos liberais e neoliberais rumando para a transformação revolucionária da sociedade brasileira?

Não discordo da aliança com o PT em curso. Ela é necessária. É uma conquista histórica para o Partido e de desdobramentos estratégicos inquestionáveis como afirmou anteriormente. A questão não é essa. Ela diz respeito às insuficiências em tom apenas discursivo das declarações gerais de flexões táticas conjunturais que não conseguem demarcar limites nem para parte da militância.

E essa não é uma questão tão-somente de percepção teórico-política a ser realizada, quer por meio da militância revolucionária nos movimentos concretos de luta, quer de estudos individuais voluntaristas para adquirir a tal "compreensão política-ideológica" ou através de cursos programados pelas secretarias

de formação política do Partido, tampouco para o conjunto da população brasileira, que não consegue visualizar com mesma rapidez a diferença entre o nosso projeto e dos social-democratas petistas. Quem ainda não foi abordado por eleitores declarando votos no PCdoB, afirmando que votaram no PT porque "tudo é a mesma coisa" e vice-versa. Ou da expressão clássica de que "tudo é esquerda mesmo"!

Ficar em compasso de espera, insistindo na tese das contradições interimperialistas para deduzir daí o catastrofismo de que a revolução mundial quebraria a unidade contraditória que possibilita a superexploração da mais-valia dos trabalhadores da periferia para sustentar uma consciência social-democrata através do instituto da universalização de direitos sociais, institucionalizados e garantidos constitucionalmente nos países avançados, não me

parece mais sustentável. É difícil permanecer na aposta da inevitabilidade do fracasso da social-democracia brasileira, reproduzindo a debácle de suas irmãs europeias, porque incompetente para ir além da propriedade privada. Vale ressaltar que ela, com um programa reciclado, está voltando ao poder na Europa após o fracasso do neoliberalismo. É só lembrar a recente vitória da esquerda nas eleições francesas. Enfim, embora seja verdadeira a tese, é porém insuficiente para encarar teórica e politicamente a luta cotidiana e seus intrincados e complexos aspectos objetivos e subjetivos oriundos das novas necessidades criadas pelo capitalismo tardio globalizado.

Se aparentemente a questão deixada no ar não tenha resposta convincente, penso ser possível coletivamente pensar em uma solução que satisfaça as exigências que traduza a

expressão "PCdoB deve manter sua independência política", quando se refere a alianças com qualquer corrente política e independente da modalidade da aliança, mas que tem dificuldades enormes em termos de distintividade e não adquirem densidade prática. Não basta que só a militância mais esclarecida tenha clareza dessa posição no interior do Partido. Em outras palavras, o conjunto das pessoas interessadas no processo transformador deve ter conhecimento dessas intencionalidades.

Considerando tudo que disse acima e como contribuição propositiva para este 10º Congresso, sugiro que o PCdoB: a) acrescente ao seu Programa Socialista um conjunto de propostas alternativas à social-democracia e viáveis em relação à superação efetiva dos problemas da população mas que avance no que diz respeito à simples participação-conformista-cidadã; b) apresente posições políticas que reconstruam organizadamente a relação partido-entidade em direção à construção de uma rede de instituições que partidarie os movimentos sociais e operários referentes ao atual contexto histórico, a saber, de ocupação de algumas trincheiras do Estado em níveis municipal e estadual; c) defenda decisivamente sua distintividade propositiva em pronunciamentos e ações práticas que priorizem os movimentos de rua em que pese se desenrolem nos marcos da institucionalidade; e, d)

atente para o caráter ultrapassado das antigas formas de representação política de significativos setores da sociedade civil como, por exemplo, as associações de moradores, centros comunitários, e outras de características semelhantes, caudatárias do clientelismo político, e pensar reflexivamente no exemplo do MST como forma superior de organização dos superados sindicatos de trabalhadores rurais. (Penso, neste sentido, que é possível buscar novas formas de representação além da institucionalidade burguesa-liberal e da social-democracia reformista).

Se essas novas organizações estiverem (e devem estar porque foram criadas sob a nossa direção e controle) submetidas à direção política do PCdoB, poderão produzir um diferencial que incorpore valores políticos e éticos voltados para a negação de quaisquer possibilidades de envolvimento com a social-democracia de base popular, no sentido estritamente de formas e meios de luta política e atuação na gestão das instituições públicas de governo, assim como nos movimentos estratégicos da sociedade. Faz-se mister frisar que essa não é uma questão meramente de diferencial apenas no tratamento partidário das entidades de massa como ocorre atualmente.

Considerando que o essencial foi dito, e mais, embasado nos pressupostos intelectuais mencionados no começo deste artigo relativos ao nosso acerto de contas, por meio

de um exame autocrítico, com a trajetória do movimento comunista internacional em relação a ausência de estratégias para a superação do impasse entre a institucionalidade e a social-democracia, reafirmo, que: se fazemos parte de um movimento político-social orientado para a mudança revolucionária; se a nossa identidade é resultado da recusa em aceitar a submissão à exploração capitalista, à qualquer forma de discriminação, bem como a luta implacável contra as desigualdades sociais derivadas da organização contraditória dessa mesma sociedade, sobretudo da afirmação de ideais revolucionários baseados em uma tradição comunista perante as outras organizações; e se as iniquidades provocadas por essas estruturas organizadas em bases classistas, são insuportáveis ética e politicamente, não podemos mais imaginar que somente a garantia de uma orientação teórico-ideológica (porém, formalista) marxista-leninista (que não precisamos abandoná-la), seja suficiente para a definição de uma organização e ações revolucionárias competitivas.

O fato do PCdoB ter lutado pelo regime democrático, não significaria abandonar a luta pela organização alternativa da representação política dos heterogêneos interesses do conjunto da categoria interessadas num projeto socialista, nem tampouco anular uma estrutura clandestina de Partido como a maior e superior

forma dessas organizações. Se houver a necessidade de enfrentamento com o Estado burguês brasileiro, dados os elementos conhecidos, temos um partido armado organizadamente em rede de estruturas clandestinas para em tempo hábil preparar a resistência? Essa militância encastelada nas instituições liberais estão interessadas realmente num rompimento revolucionário com o status quo?

Finalmente, torna-se necessário, portanto, urgentemente, criar uma cultura política na qual esteja presente uma identidade que nos faça diferentes tanto do capitalismo como da social-democracia. Ainda que o envolvimento com a institucionalidade burguesa possibilite a organização do povo e contribua para o avanço da luta social, sobretudo, permita apresentarmos-nos, embora com certas restrições dado a existência de uma elite conservadora e autoritária, à sociedade com propostas e medidas políticas para solucionar os graves problemas enfrentados pelo povo brasileiro, ainda assim, é viável a construção de uma rede subterrânea de instituições no sentido de manter permanentemente vivo o trabalho ilegal e não o anule em prol da atividade legal-parlamentar, necessária, porém limitada em todos os sentidos.

*Durbens M. Nascimento é militante da base da Universidade Federal do Pará.*

# Robôs e computadores não vendem força de trabalho

EMERSON LOPES BROTTTO

"A maquinaria é um meio para produzir mais-valia".

(Karl Marx)

O presente texto, com vistas à discussão muito oportuna estabelecida pelo Partido sobre a "centralidade da classe operária", antes de conclusões, traz uma singela contribuição para o tema também em debate ao nosso 10º Congresso.

Marx, há muito tempo, como está dito na frase acima, já entendia que os meios de produção, na era do capital, servem para a extração da mais-valia em relação a força de trabalho neles empregada.

Se isso já era certo nos idos da época em que viveu o grande pensador e revolucionário, o desenvolvimento do capitalismo só veio demonstrar que essa certeza permanece inabalável.

Assim sendo, na era das novas tecnologias, da microeletrônica, ou, como preferem alguns, da "Terceira Revolução Industrial", o que vemos é a utilização de tais mecanismos pela burguesia, com o fito único de aumentar seus lucros, utilizando-se da força de trabalho humana para tal intento. Trocando em miúdos, as novas tecnologias – sob o tacão do capital – servem para atender o aspecto cada vez mais concorrencial do capitalismo ao invés do benefício da sociedade como um todo.

"É preciso que se diga de forma clara: desregulamentação, flexibilização, terceirização, bem como todo esse receituário que se esparrama pelo 'mundo empresarial', são expressões de uma lógica societal onde o capital vale e a força humana de trabalho só conta en-

quanto parcela imprescindível para a reprodução deste mesmo capital. Isso, porque o capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem utilizar-se do trabalho humano. Pode diminuir o trabalho vivo, mas não pode eliminá-lo. Pode precarizá-lo e desempregar parcelas imensas da população, mas não pode extingui-lo. (...) Trabalhando poucas horas do dia, o mundo poderia reproduzir-se de maneira não destrutiva, instaurando um novo sistema de metabolismo social". ("As Metamorfoses no Mundo do Trabalho", Ricardo Antunes, in O Trabalho no Século XXI)

"A introdução e difusão das novas tecnologias têm como motivações básicas o aumento da lucratividade e da capacidade das empresas capitalistas. Além disso, visam ao controle mais seguro do trabalho. Essa é a lógica do sistema capitalista. Não há por parte do capital nenhum interesse filantrópico pelo 'bem-estar da humanidade'. Ele se apropria inclusive da ciência, dos conhecimentos acumulados pelo homem, para atingir os seus fins lucrativos. Como diz o sociólogo italiano Pino Ferraris, nesse ponto incorre em erro quem vê a tecnologia 'como se fosse um instrumento neutro e dócil, adaptável a todas as boas intenções e conciliável com os mais diversos contrastes e interesses'. Em outras palavras, ilude-se quem não enxerga que 'a maquinaria é um meio de produzir mais-valia'. ("Efeitos da microeletrônica no mundo do trabalho", Altamiro Borges, in Princípios nº 25)

Dentro deste contexto, o que vem ocorrendo é uma precarização cada vez maior do trabalho, eis que as novas tecnologias voltadas ao lucro, se bem que não possam prescindir do trabalho humano, utilizam-no na medida necessária para a reprodução do capital.

Destarte, as mudanças ocorridas nos métodos de produção, face às novas tecnologias, trazem uma nova realidade em termos de "mundo do trabalho", mas que, de forma alguma, pode nos impor um "novo comportamento" sobre a "centralidade da classe operária como coveira do capitalismo". Os novos métodos não extirparam a exploração do homem pelo homem, mas a barbarizaram ainda mais, porque, na sede de capitalismo, o lucro supera qualquer interesse social. O "novo" continua sendo o velho capitalismo que nada mais oferece à humanidade, a não ser a degradação e a desesperança.

"Ao contrário, entretanto, daqueles que defendem o 'fim do papel central da classe trabalhadora' no mundo atual, o desafio maior da classe-que-vive-do-trabalho, nesta viragem de século, é soldar os laços de pertencimento de classe existentes entre os diversos segmentos que compreendem o mundo do trabalho. E, desse modo, procurando articular desde aqueles segmentos que exercem um papel central no processo de criação de valores de troca, até os que estão mais à margem do processo produtivo, mas, pelas condições precárias em que se encontram, constituem-se em contingentes sociais potencialmente rebeldes frente ao capital e às suas formas de (des)socialização". (Ricardo Antunes, idem)

Neste ínterim, é importante destacar que não podemos pensar o "mundo do trabalho" somente em relação aos trabalhadores "ativos", produtivamente falando. Seria deixar ao desamparo ou ao despreparo, significativos contingentes, como assevera o articulista citado, que podem reforçar o rol daqueles que se rebelam, ou que podem vir a se rebelar contra o capital.

Temos em mente que o trabalho humano

deixará de ter seu lado penoso na medida em que o avanço tecnológico for efetivamente posto à serviço e sob os interesses maiores da humanidade. Certamente que robôs e computadores, apenas para exemplificar, farão boa parte desse trabalho, enquanto o homem, genericamente falando, dedicar-se-á ao próprio estudo do aprofundamento deste desenvolvimento tecnológico em prol de si mesmo, coletivamente falando.

"Tudo isso evidencia ser um equívoco pensar na desapareição ou fim do trabalho enquanto perdurar a sociedade capitalista produtora de mercadorias e – o que é fundamental – também não ser possível perspectivar nenhuma possibilidade de eliminação da classe-que-vive-do-trabalho enquanto forem vigentes os pilares constitutivos do modo de produção do capital. (Ricardo Antunes, idem)

Desse modo, na sede do capitalismo, certamente que robôs e computadores continuarão servindo para a extração da mais-valia, para a extirpação de postos de trabalho, sendo que não farão a transformação social libertária que a humanidade necessita.

Portanto, para nós, o Partido da Classe Operária, mais do que declarar ser ela o "centro de nossas atenções", faz-se premente compreendê-la, traduzi-la nesta "nova fase" dos métodos produtivos, sem perder de vista que sua emancipação, e de resto, da humanidade toda, não se dará de forma "virtual", numa revolução dos "chips", mas através da alteração substancial da realidade concreta em que estamos inseridos, através de homens que pensam e sentem.

*Emerson Lopes Brotto é membro do Comitê Municipal de Passo Fundo/RS.*

# A tecnologia da informação e o Partido

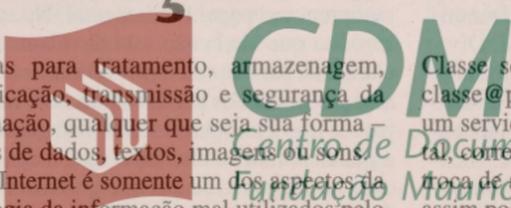
ÂNGELO ANDRADE CIRINO

O Partido mostra preocupação em renovar seus meios de comunicação, em especial aponta a necessidade de usar melhor os recursos da Internet. A despeito dos avanços em nossa compreensão acerca do papel da Internet e das novas tecnologias,

entendo que ainda há muito que avançar neste assunto. Devemos iniciar com a compreensão de que Internet e informática fazem parte de um contexto muito mais amplo, o da tecnologia da informação. Grosso modo, tecnologia da informação é o que se estuda em um curso superior de ciências da computação, o conjunto de ferramentas e

técnicas para tratamento, armazenagem, classificação, transmissão e segurança da informação, qualquer que seja sua forma – bancos de dados, textos, imagens ou sons. A Internet é somente um dos aspectos da tecnologia da informação mal utilizados pelo Partido. Sobre a Internet, acho por exemplo, um absurdo que o endereço eletrônico da

Classe seja [classeop@ruralsp.com.br](mailto:classeop@ruralsp.com.br) e não [classe@pcdob.org.br](mailto:classe@pcdob.org.br). Falta-nos estabelecer um servidor próprio, com os serviços de portal, conferência, listas de discussão e troca de arquivos entre outros. Uma estrutura assim pode ter custo surpreendentemente baixo, dada a disponibilidade de softwares livres, programas de computador de domínio público





sobre os quais não incidem taxas de uso.

O correio eletrônico deveria ser utilizado extensivamente como mala direta. Podemos usar o correio eletrônico para envio de notícias diárias, mesmo que a direção nacional não tenha condições de produzir conteúdo diário, pois os estados podem e devem fornecer conteúdo, bem como podemos firmar acordos de reprodução com órgãos de imprensa e entidades populares e de esquerda. Para que se tenha idéia do potencial do correio eletrônico, o custo para enviar uma mensagem para uma pessoa é o mesmo que enviar uma mensagem para cem mil pessoas, zero. Não é à toa que o correio eletrônico é o serviço de Internet mais usado. Deveríamos substituir fax e correio convencional pelo correio eletrônico sempre que possível, em especial o fax, que é de baixa qualidade e muito mais caro que o acesso à Internet.

Os materiais de agitação e propaganda deveriam ser distribuídos pela Internet para impressão descentralizada. Com isso reduziríamos o custo dos fretes, pois não seria preciso enviar o material impresso para os estados e ganharíamos em velocidade de impressão e

distribuição. Este uso da Internet pela agitação e propaganda permitiria a inclusão de conteúdo produzido pela direção nacional em nossos veículos de comunicação local com muito mais facilidade e agilidade, viabilizando veículos locais de comunicação com conteúdo nacional.

O uso da Internet oferece-nos a oportunidade de burlar a censura da grande mídia, pois o Partido pode publicar o que bem entender sem que ninguém possa fazer nada a respeito, ressaltando os necessários cuidados com ataques de hackers. A publicação de informações na Internet é livre, com também é livre o acesso às informações. Exatamente o contrário do que a burguesia quer.

Segurança de informações é um problema muito importante em um bom projeto de Internet. Primeiro para evitar que hackers, seja por esporte ou seja a soldo do governo, modifiquem o conteúdo do nosso portal. Segundo para garantir a segurança contra acessos indevidos ao conteúdo da informação. E por uma terceira, e aparentemente negligenciada razão, ter sigilo nas comunicações. Com as tecnologias de comunicação digital pela primeira vez temos a possibili-

dade de nos comunicarmos em absoluto sigilo, seja por correio eletrônico, troca de arquivos ou até mesmo por voz, usando telefonia pela Internet. A telefonia pela Internet pode ser um fator de redução de custos, pois é possível fazer interurbanos pelo custo de ligações locais.

No meu entender todo comitê estadual ou municipal em condições deveria providenciar uma rede local interligando todos os seus computadores e com uma conexão de alta velocidade à Internet, tal como a oferecida por operadoras de TV a cabo. Nossos computadores deveriam todos usar software livre, como o StarOffice e Linux, para evitarmos problemas quanto à compra de licenças.

Um potencial muito grande da tecnologia da informação está no uso da Internet e do CD ROM como meios de divulgação das publicações do Partido. Um CD ROM armazena milhares de páginas de texto, além de imagens e sons. Sugiro ao Instituto Maurício Grabois que patrocine a produção de um CD ROM com as obras completas de Marx, Engels, Lenin, Stalin, Dimitrov e de outros, contendo também

todos os documentos e publicações do Partido desde sua fundação. Este CD ROM permitirá a consulta aos textos de forma rápida e fácil possibilitando, por exemplo, recuperar todos os textos em que aparecem expressões e palavras de uma pesquisa, oferecendo acesso aos textos completos que contêm as expressões e palavras de busca em frações de segundo. Este CD ROM será publicado também na Internet com acesso livre e será amplamente distribuído a escolas, universidades e bibliotecas.

Por fim, quero sugerir que nossos sistemas administrativos, como controle financeiro e de filiados, sejam feitos para internet, usando software livre. Com isso reduziremos custos de desenvolvimento, manutenção, distribuição e de uso dos sistemas. Reduziremos também o tempo e o esforço de desenvolvimento dos sistemas.

Angelo Andrade Cirino  
é militante da OB de Trabalhadores em  
Processamento de Dados,  
Belo Horizonte/MG

## Um partido afinado com os novos tempos (final)

PAULO DIVINO RIBEIRO DA CRUZ

**T**odo o esforço no sentido de revitalizar o marxismo e estabelecer uma nova práxis revolucionária não fará sentido se não trabalharmos para "ganhar corações e mentes". Até o presente momento a nossa propaganda não tem sido suficiente para romper com o cerco estabelecido pelo grande capital, mas não basta afirmar que, nos marcos do atual sistema, nunca lutaremos em condições iguais; é preciso esclarecer que uma nova hegemonia ideológica só será possível quando detivermos a hegemonia econômica e social; mas para isso, e no caminho para isso, teremos necessariamente que construir formas alternativas de propaganda e disseminação de nossas idéias que não passem pelos mecanismos oficiais da grande mídia. Compactuo com a idéia de que não podemos nem devemos abrir mão de construir um jornal nacional de massas, mesmo que alguns comitês estaduais, como é o caso de São Paulo, estejam utilizando instrumentos regionais. Um jornal de massas distribuído nacionalmente reforçará a característica nacional do partido e permitirá o intercâmbio de informações entre os mais diversos segmentos da classe trabalhadora, a comparação entre experiências e a nacionalização de todas as lutas que estiverem em curso. Além disso, um partido que pretenda chamar para si o grande trabalho de educação popular deve construir mecanismos de educação de popular: além de um jornal nacional de massas, precisamos de mecanismos que façam nacionalmente a propaganda no varejo. Embora praticamente tenhamos inventado a agitação e propaganda política, hoje qualquer igreja evangélica é mais eficaz em divulgar sua ideologia que o partido em propagandear suas bandeiras de luta. Precisamos urgentemente criar materiais de propaganda direcionados ao grande público, tais como panfletos específicos para cada bandeira do partido, principalmente para as lutas atuais, que giram em torno dos pontos apresentados para unir a oposição (Denúncia da Alça e dos acordos com o FMI, Dívida Externa e interna, Privatizações, jornada de trabalho, nova constituinte etc.). Insisto que esses materiais precisam ser elaborados e distribuídos sistematicamente, mesmo que não estejamos em alguma campanha eleitoral. A esses materiais poderíamos agregar outros elementos que servissem como uma resposta à propaganda burguesa

contra os comunistas e tratassem de assuntos que geralmente não tratamos apenas por os considerarmos polêmicos, como é o caso da relação existente entre comunismo e religião. Ao lado do jornal nacional de massas, dos jornais regionais, das publicações dos parlamentares e dessa propaganda no varejo, precisamos transformar a revista *Princípios* no elemento catalisador do grande debate ideológico que haveremos de travar interna e externamente e isso exige algumas medidas práticas: não podemos admitir que um membro do partido não seja um leitor assíduo da revista. Nesse sentido, o partido deve deliberar que todo comunista que ocupe um cargo de direção partidária seja um assinante da revista e num momento seguinte que se estabeleça uma cota de assinatura para cada estado que leve em conta o número de membros do partido. Paralelamente a isso a revista deve remodelar-se para permitir a participação de um número maior de colaboradores de dentro e de fora do partido. As outras revistas, *Debate sindical* e *Presença da mulher* também devem ser encaradas no mesmo espírito que a *Princípios* e devem procurar extrapolar sua área de atuação. Não sei exatamente como isso poderá ser operacionalizado, mas é necessário que a divulgação de toda a nossa literatura esteja enquadrada em um planejamento nacional, com cotas localizadas e em certa medida as secretarias estaduais e municipais de propaganda devem ser mais ousadas e propor o envolvimento de todo o coletivo partidário na coleta de assinaturas: a leitura, aquisição e divulgação dos materiais do partido devem ser consideradas uma tarefa de cada militante ou dirigente.

### Por um novo Brasil

Não obstante todas as afirmações já feitas, considero que o aspecto crucial da discussão em tela gira em torno da busca de alternativas para o nosso país e nesse aspecto os pontos para um programa mínimo da oposição cumprem um papel fundamental. No entanto acredito que ainda não está devidamente esclarecida para o coletivo partidário a nossa atuação frente aos pontos colocados, nem me parece que a militância tenha sido ganha para a grande tarefa de libertação nacional. Há, inclusive, alguns aspectos que gostaria que me fossem esclarecidos: talvez por uma dificuldade particular de entendimento, considero que existe uma certa incongruência entre o item

42 quando diz que "Do ponto de vista político, porém, os elementos de resistência presentes na conjuntura não invertem a tendência geral. Ainda está em curso no mundo uma contra-revolução" e o item 44, onde se lê "Do ponto de vista das exigências objetivas, a sociedade está madura para o advento de um novo regime dirigido pelas amplas massas trabalhadoras". As duas situações descritas sobre as conjunturas mundial e nacional são igualmente verdadeiras. A incongruência está no fato de que precisamos ancorar nossa atuação política em uma delas, precisamos definir qual a contradição principal que norteará nossa atuação. Isso não é um ponto de menor importância, ao contrário, se definirmos que a contradição principal é a conjuntura mundial desfavorável, por maior que sejam nossos esforços eles serão inúteis. É forçoso reconhecer que precisamos romper com a concepção eurocêntrica que ainda predomina no partido. Um exemplo clássico de como essa concepção se manifesta é que em todos os informes do partido, invariavelmente, a situação internacional precede a situação nacional, nossa atuação local sempre é avaliada primeiramente de um ponto de vista exterior, como se nossa história fosse apenas um prolongamento, uma consequência de atos praticados por outrem. Não acredito que isso seja apenas uma forma de tornar mais "didática" uma exposição, até porque nada há de mais profundamente ideológico que uma didática, é um dado de fundo psicológico que denota que só conseguimos enxergar a nossa realidade a partir de uma conjuntura internacional, que ainda não fomos capazes de perceber que a construção de um socialismo com feição nacional só poderá acontecer quando focarmos a nossa atenção para o chão onde pisamos, quando estivermos ancorando a nossa atividade revolucionária a partir da nossa realidade concreta, das contradições internas de nosso país: não podemos partir do global para entender e mudar o local e sim do que nos é específico para compreender nossa inserção no contexto mundial. É nesse sentido que o nosso programa mínimo para unir a oposição se reveste de um caráter nitidamente revolucionário. Não podemos continuar atuando acreditando que a pequena burguesia conduzirá um processo revolucionário em nosso país. A pequena burguesia é vacilante por definição, e quanto a isso uma análise ainda que superficial das lutas travadas pelo povo nos últimos oito anos são mais esclarecedoras que qualquer discurso: basta nos lembrarmos das dificuldades em convenceremos outras correntes de esquerda sobre a necessidade de por fim

ao governo de FHC e de unir toda a oposição em torno de um projeto comum. Mas, o exemplo mais contundente vem do Peru e da Argentina. Também nesses países o neoliberalismo foi derrotado, como o será no Brasil, também nesses países a oposição se uniu em torno de um único candidato, mas o povo não logrou vitória, ainda que tenha vencido, pois a esquerda vacilou e, ao invés de conduzir um processo de transformação radical da realidade, preferiu dar continuidade ao mesmo projeto já colocado. A única garantia que podemos ter que isso não se repetirá em nosso país é apostar na organização e no esclarecimento das amplas massas de trabalhadores. Cobrar o compromisso das correntes de esquerda com o programa mínimo é apenas um passo e talvez nem seja o mais importante: já é sabido por todos que "o poder é como um violino, toma-se pela esquerda e toca-se pela direita"; somente o povo organizado poderá sustentar o grande processo de transformação que está implícito nessas propostas e nessa organização popular é que devemos apostar. Dizer que a oposição não está se impondo como alternativa é apenas a constatação: o próprio partido precisa demonstrar, na prática, a viabilidade dessa imposição e nesse ponto a atuação militante, de forma organizada e objetiva é fundamental. É necessário que o 10º Congresso delibere como tarefa prioritária a divulgação dessas propostas: todas as energias partidárias, toda a estrutura, militância, dirigentes, parlamentares, líderes, devem estar conscientes de que essa será a nossa tarefa prioritária. Não podemos aguardar até as eleições para iniciar nossa campanha, pois mais que eleger parlamentares queremos mudar definitivamente nosso país e somente o povo nas ruas poderá garantir isso. Em suma: será a nossa capacidade de organizar e esclarecer o povo que criará as condições para que esse mesmo povo possa sustentar um governo orientado para a realização do programa mínimo. Essas são as "condições subjetivas" a que se refere o item 103 das teses, mas isso requer trabalho intenso, consciente, planejado e sistemático e talvez a grande virada para a esquerda aqui no Brasil seja exatamente o que falta para que joguemos papel fundamental na mudança da correlação de força que irá contribuir para inverter a "tendência geral de contra-revolução mundial".

Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

Paulo Divino Ribeiro da Cruz  
é membro da direção estadual  
em Mato Grosso.

# Partido e sindicato: um debate fundamental (final)

OSVALDO BERTOLINO

Um sindicato aparentemente combativo pode esconder gravíssimos problemas. Ele pode ter a fachada de progressista devido a fatores conjunturais e específicos. Mesmo sindicatos da Força Sindical têm essa característica contraditória. Por isso, o que diferencia um dirigente sindical comunista de outro qualquer é o seu compromisso político e ideológico. João Batista Lemos, secretário sindical do Comitê Central, diz: "O sindicato combate os efeitos e não as causas do sistema capitalista, luta por melhores condições do trabalho assalariado e não por sua abolição. A luta sindical de forma espontânea não consegue projetar o horizonte socialista para a emancipação dos trabalhadores. Esses elementos da consciência política e da luta de classes só poderão ser desenvolvidos por um partido de classe, dos operários, demais trabalhadores e outros setores revolucionários da sociedade." (1)

Batista põe o dedo na ferida: "Não é à toa que Lenin, em outro contexto, chegou à conclusão que 'não se podia defender a neutralidade dos sindicatos'. (...) O termômetro do sindicalismo classista e revolucionário é o crescimento partidário. (...) Entretanto, os sindicatos dirigidos pelos comunistas não estão imunes à ofensiva política e ideológica neoliberal. Em alguns casos pouco se diferenciam das entidades dirigidas por forças reformistas. Subestimam a mobilização política e a formação socialista, reduzem a democracia interna e se prendem na burocracia sindical. (...) Para os comunistas, essas debilidades não vão ser solucionadas com medidas administrativas, mas devem ser encaradas como desafios da educação socialista." (2)

Vejamos mais o que diz Batista: "Os comunistas defendem a imprescindível autonomia dos sindicatos em relação ao Estado e aos partidos. Essa é a condição de manter a entidade com seu caráter de massas, unitário e democrático. Mas essa justa posição não pode implicar, como acontece com frequência, que os comunistas dirigentes sindicais deixem de assumir também sua condição de comunistas perante os trabalhadores e, por sua vez, na própria relação com o Partido. Ou, como diz um dirigente do Partido Comunista Português, 'considerando a sua condição de membro do Partido como subsidiária da de dirigente sindical'." (3)

Ainda sobre a questão da limitação econômica dos sindicatos e do seu papel político para os comunistas, vejamos o que diz Lenin na sua histórica polêmica com Trotsky e seu grupo: "A política é a expressão concentrada da economia. (...) A política não pode deixar de ter a primazia sobre a economia. Raciocinar de outro modo significa esquecer o ABC do marxismo." (4) Outra importante observação de Lenin que merece ser lembrada é a questão da "fé posta na virtude dos decretos, capaz de arranjar e refazer tudo". A esse respeito, ele disse: "A presunção comunista significa que uma pessoa que está no Partido (...) acredita que pode resolver todos os problemas à força de decretos comunistas. (...) Menos frases pomposas e mais trabalho cotidiano, simples, menos barulho político e mais atenção aos fatos mais vulgares, mas vivos, aos fatores da edificação comunista." (5)

Stalin aborda essa questão nesses termos: "Quem não conhece a enfermidade do empirismo mesquinho e sem princípios, que leva com frequência à degeneração de alguns 'bolcheviques' e ao seu afastamento da causa da revolução? Essa enfermidade tão singular (encontra-se em) tipos de 'bolcheviques' russos cheios de vontade e de decisão prática, que 'trabalham' muito 'energicamente', mas têm falta de perspectiva, não sabem 'para onde vão' e, por conseguinte, desviam-se do caminho do trabalho revolucionário. Ninguém se indignou com tanta raiva sobre essa enfermidade e com o empirismo mesquinho como Lenin. 'Empirismo cretino', 'empirismo acéfalo', assim qualificava Lenin essa doença." (6)

Desenvolvendo essas premissas, nosso Partido acumulou um vasto trabalho a respeito da interação Partido e sindicato. Vejamos o que diz, por exemplo, a esse respeito, a Comissão Sindical do PCdoB/SP: "Apesar da concepção classista definir com nitidez os limites da ação puramente sindical, que peca exatamente por atacar os efeitos e não as causas da exploração capitalista, a nossa atuação ainda não consegue superar tal lógica. (...) Muitos dos nossos sindicalistas são tragados pelas escaramuças do cotidiano. São mais 'eficientes' sindicalistas do que propriamente comunistas. Ficam presos à rotina sindical, preocupados excessivamente com as lutas imediatas – resvalando, desta forma, no infrutífero economicismo e corporativismo. (...) Em alguns casos, essa visão aparelhista resulta na perda da perspectiva revolucionária, abrindo brechas para outros males – como a corrupção. (...) Esses e outros problemas ficam mais evidentes quando se abordam as decisivas 'questões de partido'. (...) A ação meramente sindical conduz ao economicismo, expressão de puro reformismo. (...) Construir o Partido, prepará-lo para as futuras batalhas, é o maior desafio colocado para os comunistas." (7)

A constatação das causas dessas debilidades, no entanto, não pode justificar métodos incorretos para se corrigir os problemas. É o caso, por exemplo, do papel das Frações. Nossos Estatutos dizem: "Para conduzir o trabalho nas entidades de massas funcionarão as Frações integradas nas entidades que ali atuam. As Frações do Partido, conforme o âmbito das entidades de massa em que atuam, ficam sob a direção e o controle dos Comitês correspondentes do Partido e, em todos os assuntos, aplicarão as decisões por estes adotadas. Cada Fração terá uma Coordenação designada pelo Comitê do Partido que a dirige. A Fração não equivale a uma Organização de Base do Partido. Seus membros participarão e atuarão, obrigatoriamente, nas Organizações de Base (...)." (8)

Fração e Organização de Base, portanto, são fóruns totalmente diferenciados. A Organização de Base do Partido é a forma de organização dos comunistas em seus locais de atuação e militância. "É onde o militante discute a política do Partido, dá contribuições para a elaboração dos planos de atividade, opina sobre os documentos e resoluções dos organismos dirigentes, exerce o seu direito de crítica e, quando necessário, faz autocrítica sobre erros cometidos em sua atividade. A Organização de Base é a grande escola do socialismo e do comunismo. Através da vida orgânica, da atividade de massas orientada pelo Organismo de Base, é que de fato o comunista se forja como revolucionário consciente. As Organizações de Base são estruturadas para orientar a atividade de seus membros na ação política e nas lutas das massas." (9)

As Organizações de Base são o alicerce do Partido. Por isso nossos Estatutos obrigam cada comunista a atuar numa Organização de Base e dá especial importância ao seu funcionamento. Lenin dizia que estas organizações são muito importantes porque "toda força principal do movimento reside na organização dos operários". (10) A palavra de ordem leninista "Cada fábrica deve

ser nossa fortaleza" desempenhou papel decisivo na preparação da Revolução Russa, na guerra civil após a tomada do poder pelos bolcheviques e na construção do socialismo soviético. Vale a pena lembrar, ainda, a importância que Lenin dava ao crescimento partidário na atividade sindical – sobre a qual fez uma importante observação: "Isso não quer dizer, naturalmente, que as organizações sem partido – os sindicatos, as cooperativas, etc. – devam estar formalmente subordinadas à direção do Partido. Trata-se simplesmente de que os membros do Partido que integram essas organizações devem adotar, como elementos indubitavelmente influentes, todos os meios de persuasão para conseguir que as organizações sem partido estabeleçam no seu modo de atuar (observem: no seu modo de atuar) um contato estreito com o Partido." Lenin tratou como oportunismo a teoria, dentro do Partido, da "independência" e da "neutralidade" das organizações sem partido. (11)

A Fração tem outro papel. Ela tem a incumbência de assegurar a realização das resoluções do Partido nas entidades de massa e é composta por militantes de diferentes Organizações de Base. A Fração é responsável pela atividade de cada membro do Partido que atua na entidade não partidária. No entanto, ela não tem os direitos estatutários da Organização de Base: impor sanções disciplinares, desenvolver permanente campanha de filiação e formular programas de ação e da linha política. Como o Partido não pode prescrever às entidades de massa esta ou aquela decisão, que siga uma ou outra linha, é indispensável que os comunistas atuem de forma unitária na defesa das nossas concepções para convencer os trabalhadores da justeza das posições do Partido. A combinação do funcionamento das Organizações de Base e da Fração, portanto, é fundamental. Só assim a democracia partidária é preservada e cultivada. Nossos Estatutos contêm essas duas premissas fundamentais da democracia partidária: a inadmissibilidade da substituição do caráter das entidades de massa pelo Partido e a obrigação de os comunistas atuarem nelas de forma unitária e com métodos de persuasão.

A questão é como aplicar esses métodos de persuasão e, por consequência, estabelecer um modo de atuar das entidades de massa sob a nossa hegemonia em estreito contato com o Partido. "As organizações sindicais podem não só ser extraordinariamente úteis para desenvolver e reforçar a luta econômica, mas podem, além disso, tornar-se um auxiliar precioso da agitação e da organização revolucionárias", disse Lenin. (12) Nosso Partido diz: "Algumas forças e personalidades políticas avaliam que os sindicatos já esgotaram seu papel histórico de organização e educação dos trabalhadores (...). Alegam que foram descaracterizados como representantes de classe, em função de fenômenos como o burocratismo, o corporativismo e mesmo a corrupção. (...) Há muita verdade em tudo isso, mas a conclusão é incorreta. A idéia de que os sindicatos já não têm grande função na sociedade moderna serve aos interesses do neoliberalismo e deve ser combatida. (...) A defesa dos sindicatos está na ordem do dia e deve ser conduzida sob dois aspectos: o da resistência política contra ataques do governo e um esforço criativo para responder aos novos desafios. É preciso romper com as formas tradicionais de atuação, objetivando a construção sindical de base no local de trabalho (...)." (13)

A organização por local de trabalho é ponto decisivo da questão, é o meio de atuação para se estabelecer o modo de atuar do sindicato em estreito contato com o Partido. Para o PCdoB, "os sindicatos classistas pre-

cisam se readaptar para melhor defender os assalariados. Cumprirão o seu papel na medida em que contribuirão para a elevação da educação e da solidariedade de classe dos trabalhadores, ajudando, ao mesmo tempo, na implantação das organizações de base, pressuposto fundamental de sua concepção de classe". "O desafio é realizar mobilizações cada vez mais gerais e amplas dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que é preciso enraizar cada vez mais a luta e a organização sindical no local de trabalho, onde acontece o embate direto entre a política operária versus a dos capitalistas." (14)

Altamiro Borges, presidente do Centro de Estudos Sindicais e dirigente sindical do PCdoB/SP, diz: "O novo quadro também exigiria repensar a ação sindical propriamente dita e o funcionamento das entidades sindicais. Elas vêm sofrendo um processo intenso de burocratização. Enquanto o sindicalismo mantiver uma ação cupulista, será mais fácil para a empresa disputar as idéias no local de trabalho. Ou estudamos novas formas de participação e democratização da vida sindical, ou muitos trabalhadores vão pensar que entre participar de uma assembléia, onde só tem um sujeito falando, e participar de um CCQ (Círculo de Controle de Qualidade, organismo controlado pela empresa), onde há várias pessoas dando opinião, o segundo é mais agradável." (15)

Um grande número de pessoas ingressa nas entidades de massa segundo seus interesses imediatos, no mais das vezes economicistas. É muito importante que o Partido trabalhe permanentemente em todos os fóruns dessas entidades para estreitar sua ligação com o povo, para sentir seus anseios, estimulá-lo na batalha anticapitalista e pulsar sua disposição de luta nas escaramuças do dia-a-dia. Compartilho da tese de Gramsci de que devemos ser pessimistas no diagnóstico e otimistas na ação. Nesse sentido, a meu ver, o Partido terá de olhar para si mesmo, sobretudo nesse período mais recente, e para a história, de modo a ver o futuro com otimismo. Mas, acima de tudo, terá de desejar, com muita força, ser um grande Partido. Nossa luta deve se orientar, segundo penso, pela premissa de que não devemos atuar como as demais forças do movimento sindical situado no campo progressista. Para isso, é indispensável o trabalho político e ideológico e assim fazer crescer o Partido no meio sindical.

Oswaldo Bertolino é membro do Comitê dos Metroviários/SP.

Notas:

- 1 – Luta Sindical e Luta Política
- 2 – Idem
- 3 – Idem
- 4 – Sobre os Sindicatos, o Momento atual e os Erros do camarada Trotsky
- 5 – Fundamentos do Leninismo
- 6 – Idem
- 7 – Balanço das Atividades e Plano de Trabalho
- 8 – Estatutos do PCdoB
- 9 – Manual da Organização de Base do PCdoB
- 10 – Que Fazer?
- 11 – Sobre os Sindicatos, o Momento atual e os Erros do camarada Trotsky
- 12 – O Partido Socialista e o Revolucionarismo sem Partido
- 13 – Centro de Documentação Sindical e Memória do Capitalismo
- 14 – Documentos da 8ª Conferência Nacional do PCdoB
- 15 – Dilemas da Atualidade

# O trabalho partidário nos bairros

RAMIRO PEDRO CORA

Não há dúvida de que a pessoa singular encontra-se condicionada pelas relações humanas. E que esse condicionamento nos remete ao conflito das forças produtivas com as relações de produção. Mas tudo isso não é vivido tão simplesmente.

Há conformações sociais que mediam a interação entre a existência do indivíduo e os interesses gerais de sua classe. A pessoa vive e conhece mais ou menos sua condição através de sua pertinência a grupos. A condição da maioria desses grupos é local, definida (como a família ou os colegas de trabalho) ou relativamente difusa (como o grupo de amigos, de vizinhos, de comerciantes do local onde ele mora, etc.), imediata e objetivamente dada, porém subjetivamente selecionada ou diferenciada segundo diversos laços de afinidade.

No caso do trabalhador, ou mais especificamente do operário, ele sofre o condicionamento, a mediação, do grupo de produção do local de trabalho de forma predominante. Mas também recebe a pressão do grupo de habitação. E tais grupos exercem influências diversas sobre seus membros.

Nesse sentido, temos que reparar que, enquanto o grupo de trabalho trata-se de um grupo homogêneo, seja pela sua composição ou pela relação inequivocamente coletiva que cada um deles experimenta por estarem no centro da contradição de classe, o grupo de habitação é heterogêneo, desde que composto por indivíduos que não necessariamente tem ainda um lugar claramente definido na produção, mesmo que tenham uma consciência das perspectivas, ou composto por pessoas que historicamente não tem relação de trabalho, desempregados crônicos e/ou familiares que cumprem funções diversas no lar ou ainda por pequenos ou médios comerciantes e profissionais liberais, a depender do bairro.

Desta forma, seja pela sua composição ou pela dinâmica própria, constatamos que efetivamente existe uma diferença quantitativa e qualitativa no condicionamento exercido por tais grupos. Em diversas ocasiões "a vila", "a região", ou simplesmente "o bairro", freiam em cada um o impulso dado pela fábrica ou pelo local de trabalho.

Este "atraso" que detectamos do grupo de habitação em relação ao grupo de trabalho só faz confirmar as considerações fundamentais do marxismo, no sentido de estabelecer a centralidade da classe operária na possibilidade de uma transformação revolucionária da sociedade. E como, consequência, mostra a prática política da maioria dos PC do mundo inteiro, priorizando a organização de células nos locais de trabalho, principalmente nos centros de produção, antes das células de bairro.

Mas esta constatação pode nos levar a criar um cómodo simplismo, jogando na lata do lixo aquilo que não constitui a centralidade do assunto, desatendendo o que, embora não seja o principal, é também necessário em toda sua especificidade e em toda sua indispensável complementaridade.

Este aqui denominado grupo de habitação, frágil e disperso, fácil de ser "invadido" e o pelos interesses da classe dominante, constitui uma tela que se interpõe entre o indivíduo e os interesses da classe a qual ele pertence, e atuando como um filtro ideológico adormece o ímpeto revolucionário, se por ventura existir, ou o aborta se ainda não existe.

E acima de tudo, consequentemente e de qualquer sorte, nos vemos obrigados a um entendimento francamente dialético, porque este grupo no local de moradia demonstra uma vitalidade intensa e deixa clara a sua autonomia e a sua capacidade de mediação, de pressão difusa, porém eficiente.

Nesse sentido, é imprescindível lembrar ainda, não perder de vista, que este grupo, como

qualquer outro, não é uma coisa. É sim, um conjunto ativo de relação humanas. E que os indivíduos, dentro dele, não andam se chocando como moléculas, e sim são protagonistas, ou agentes de diferentes projetos interagindo a partir de condições dadas. E que, o que identificamos como comunidade, é a síntese, em constante realização, dessa diversidade política.

No caso que nos ocupa, os bairros (todos, não unicamente o "bairros populares") de uma cidade, o Projeto burguês se estabelece, além de seus investimentos pontuais, diretos e rigidamente dirigidos (melhoria de infra-estrutura urbana, organização de programas de cooperação de lideranças etc.). Se instala a priori e sistematicamente através de métodos sutis e difusos, com instrumentos tecnológicos cada vez mais poderosos e de atuação constante (meios de comunicação em massa, em especial a televisão e outros) que lhe permitem espalhar e deslizar, até na intimidade do lar, mensagens carregadas de conteúdo ideológico, introjetando nos indivíduos e condicionando a formação das consciências desde a infância (Xuxa, Gugú, noticiários, filmes, desenhos, publicações gráficas, gibis, etc.).

O reconhecimento desta realidade nos leva a confirmar a afirmação anterior de que, mesmo não constituindo o centro da perspectiva e da prática revolucionária, não podemos desprezar esta dimensão social (o grupo de habitação).

Precisamos então nos debruçar e intervir no seio desses grupos. Estar presentes nos bairros. Contrapor nosso projeto. Interferir e contribuir para organizar a resistência e se possível reverter esse quadro. Ou pelo menos, nos organizar adequadamente para fazer parte do jogo de influências e pressões. Constituir um grupo de referência no interior da comunidade que exprima claramente a possibilidade das transformações sociais e aponte o caminho do socialismo. Um grupo organizado que

se constitua em elemento inseparável da paisagem do bairro e que consiga denunciar a barbárie do projeto burguês atual e revele e apresente a necessidade de construir um projeto de civilização socialista.

Por outro lado, estas considerações que aqui só tentam desenhar o perfil de uma lógica dos fenômenos, precisam ser desenvolvidas pelo marxismo como elemento de contrabuição, tal vez para a elaboração de uma antropologia das cidades, e seguramente para entender, "ter o mapa" dos mecanismos que constroem hábitos coletivos, estimulam um clima alienado, uma rede sutil que condiciona percepções predominantes na comunidade (no bairro e na cidade como um todo). Que por momentos elimina, ou esfria e desarticula a esperança nas transformações profundas, chegando a atingir o espírito militante e revolucionário de alguns camaradas.

Por último, assim como foi apontado na Conferência Nacional Sindical em relação ao perfil atual do proletariado, é imprescindível desenvolver aspectos teóricos para poder compreender e responder às modificações operadas na realidade. Mas independentemente do resultado destas necessárias investigações, podemos refletir, com os elementos que hoje temos, a inequívoca conclusão de que:

1º) Continua sendo prioritário e central o esforço de organização de partido nos locais de trabalho, em especial junto à classe operária.

2º) Que a construção (e a influência) do partido nos locais de moradia, bairros, torna-se necessária – porque, num plano comparativo, ela não é central; mas é complementar, importante e específica. Insustituível.

Ramiro Pedro Cora é membro do Comitê Municipal de Salvador/BA.

## Sobre a organização

ARTHUR BLOISE

Procurei em meu artigo anterior destacar a importância do organismo de base para a existência de nosso Partido. Sem organismo de base penso ser falso falar em centralismo democrático como um princípio que garante, além da democracia interna, a unidade de ação dos comunistas. Portanto, na tarefa de construção de um partido comunista, dar toda a prioridade a essa questão é garantir a modernidade do Partido e sua saúde ideológica, política e organizativa.

Gostaria de acentuar alguns outros aspectos na questão organizativa, desde já salientando que o esforço que tem sido feito nos últimos anos deve ser destacado e a tese, quanto a esse tema, reflete essa preocupação.

Penso que é necessário um esforço ainda maior no que tange ao cumprimento das tarefas orientadas a partir da direção central. Até chegar aos organismos de base, essas tarefas de construção e organização do Partido necessitam de muito empenho, entusiasmo e perseverança. É necessário muito menos formalis-

mo e, por causa de práticas espontaneístas, alguns dirigentes pensam que é só dizer para a militância que isso ou aquilo tem que se fazer e as coisas acontecem por geração espontânea, beirando, em alguns casos ao mandonismo. Assim não se constrói nem uma organização, tanto mais um partido de tipo leninista;

Sobre a contribuição obrigatória, acredito que o Partido avançou consideravelmente na parte de organização e forma das finanças. Porém, maior debate político sobre o assunto é necessário e penso que ajuda, e deve ser obrigatória a prestação de contas periódica das direções para com a militância (poderia ser nos congressos e/ou conferências) das finanças partidárias. É educativo para o coletivo e para a direção.

Importante destacar a preocupação com a política de formação de quadros e militantes. Estamos sempre imbuídos de estar construindo quadros de direção de Partido, de entidades de massas, e agora, com muitos camaradas exercendo funções públicas, o acompanhamento deve ser aumentado. No sentido de evitar o acomodamento e possibilitar um justo planejamento nesse âmbito é que se deve

manter e aumentar a preocupação e as medidas para uma política eficaz.

Com relação à proposta sobre a constituição da Comissão de Controle penso ser uma boa saída, possibilitando uma maior fluidez de encaminhamentos em assuntos referentes a estatutos, disciplina partidária, finanças etc. Apenas acredito ser necessário tomar o máximo de cuidado para que essa comissão não constitua superpoderes. É importante que a Comissão de controle também seja controlada.

Por último, gostaria de sugerir que abramos o debate neste Congresso sobre o processo de escolha das direções e do(a)s delegado(a)s em todos os níveis do Partido. O método a partir das listas de candidaturas, no meu modo de ver, necessita, no mínimo, de modificações (para não dizer talvez, que precisamos começar a encontrar um novo método). Um método que garanta a necessária responsabilidade da direção em apresentar uma proposta, possibilitar os procedimentos individuais corretos de cada envolvido no âmbito da escolha, mas principalmente, que o coletivo tenha maior possibilidade de opinar sobre as propostas. Creio que as

comissões de candidaturas estão concentrando muito poder e há, no mínimo, um problema na hora de formular uma lista que leve em conta o critério de capacidade política e também o de representação por áreas de atuação partidária. Enquanto não encontramos esse novo método, parece importante a discussão desse tema entre nós e que as direções tenham o cuidado de se manterem permanentemente sensíveis ao debate com a militância.

A militância consciente é um dos fundamentos do nosso Partido. Hoje, quando se faz tanto apelo à parceria voluntária liberal, me parece necessário destacar que podemos estar nos preparando para sair desse 10º Congresso com um acúmulo político ainda maior para dar combate ao individualismo, aos tempos de mesquinaria e disputa e ao desalento, dos quais não estamos imunes.

Um PCdoB à altura das grandes tarefas políticas é nosso objetivo.

Arthur Bloise é do organismo de Base da UFRGS.

## Analisar para não perder as origens jamais!

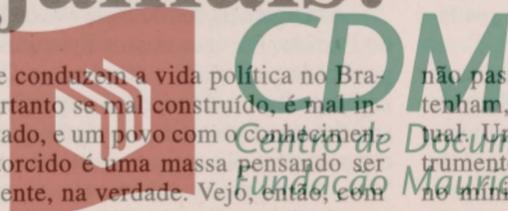
ALEXANDRE PANTALEÃO

É preciso observar muito atentamente para não se cometer injustiças nas análises e decisões, e menos ainda repetir intrinsecamente mostrando-se capaz de algo que não o é, observar critica-

mente. No entanto, volta e meia lemos análises políticas (segundo seus assinantes) nos documentos partidários que, apesar de merecerem respeito por serem instrumentos importantes para a construção da cidadania, deixam muito a desejar – o que demonstra o despreparo dos dirigen-

tes que conduzem a vida política no Brasil. Portanto se mal construído, é mal interpretado, e um povo com o conhecimento distorcido é uma massa pensando ser consciente, na verdade. Vejo, então, com muito temor a falta de preparo de determinados dirigentes em suas análises que

não passam, por melhores intenções que tenham, de uma narrativa simples e textual. Uma análise como importante instrumento político para a cidadania deverá no mínimo demonstrar os tipos de relações entre as idéias dos atores que conduzem a sociedade politicamente em razão





do contexto científico e filosófico de diferentes épocas; análise crítica ou avaliação; discussão e julgamento do conteúdo de suas ações. Ao contrário, estaremos levando à militância a desinformação e, pior, a conformidade do pensamento. Assim, a qualquer instante serão seguidores de governantes populistas que surgem com fórmulas mágicas para os problemas da sociedade como verdadeiros herdeiros messiânicos acrescidos de dosagens do assistencialismo, tudo isso na sombra dos onipotentes dirigentes e analistas políti-

cos que na omissão dos fatos acreditam estarem fazendo o melhor, em troca é claro da garantia de permanecerem na estrutura de tais governos. O que não percebem é que tais atitudes criam feridas que nem a História terá como curar. Diante de tal desvalorização da ordem política, encontro nos escritos de Saint-Simon uma possibilidade para a reflexão dos dirigentes e analistas: "Numa sociedade organizada para o objetivo positivo de trabalhar para a sua prosperidade por meio das ciências, das belas-artes e das artes apli-

cadadas, contrário portanto às sociedades teológicas, o ato mais importante, aquele que consiste em determinar a direção em que a sociedade deve caminhar, não pertence mais aos homens investidos de funções governamentais. Ele é exercido pelo próprio corpo social. Além disso, o objetivo e o objeto de uma tal organização social estão tão claros, tão determinados que não há mais lugar para o arbítrio dos homens, nem mesmo para o das leis numa tal ordem de coisas, os cidadãos encarregados das diferentes funções sociais,

mesmo as mais elevadas, sob certo ponto de vista preenchem apenas papéis subalternos, uma vez que sua função, qualquer que seja sua importância, consiste apenas em marchar em uma certa direção que não foi escolhida por eles. A ação de governar no sentido ação de comandar, é, então, nula ou quase nula". (L'Organisateur. Vol. IV, pp. 197-198)

Alexandre Pantaleão é membro do Comitê Distrital de Campo Grande/RJ

## Erros do passado – ensinamentos no presente

ALDANNY GUIMARÃES REZENDE

O Partido Comunista do Brasil carrega um grandioso patrimônio indissolúvel nos seus 80 anos de vida. Não falo da sua fundação, do Bloco Operário-Camponês ou do glorioso movimento de massas da Aliança Nacional Libertadora. Nem mesmo falo da sua responsabilidade histórica junto à juventude na construção e manutenção dos ideais democráticos e nacionais da UNE e da Ubes. Poderíamos vislumbrar ainda na luta contra a Guerra da Coreia, ou na campanha do Petróleo é nosso. Também não. Não me refiro ao início da derrocada do socialismo, com a traição kruschevista e a conseqüente reorganização do Partido Comunista do Brasil. A Guerrilha do Araguaia foi um feito sem paralelo na América Latina. Mas feito maior do Partido Comunista do Brasil, na minha opinião, foi ter enfrentado o terremoto do fim da década de 80 e resistido.

Naquele momento o terror pairou sobre as cabeças dos comunistas (revolucionários ou travestidos) de todo o mundo, manter um Partido revolucionário, marxista-leninista e ao mesmo tempo dar respostas objetivas ao que tinha ocorrido era uma tarefa gigantesca. Olhamos hoje pelo mundo, e constatamos, poucos conseguiram. Alguns sucumbiram, se liquidaram, outros foram ao extremo e enclausuraram-se em redomas de vidro, em um ritual fanático autoproclamando palavras de ordem, e óbvio, longe do povo.

Nosso Partido venceu, com certeza por ter enfrentado tudo aquilo a que me referi no primeiro parágrafo, e por sua capacidade polí-

tica, principalmente política, de perceber os contrários e com serenidade apontar os erros da primeira experiência socialista do leste.

Apontou as falhas centrais daquele regime, o personalismo, a pseudo-auto-suficiência, a burocracia entre outros. Apontou também aquela estranha simbiose de movimento de massas, Partido, governo e Estado. O mal causado ao Estado por não ter diferença nenhuma em relação aos governos que exerciam o poder do Estado. O mal que fez ao governo aquela igualdade, por assim dizer, entre governo e Partido e que mal fez ao Partido ao confundi-lo com o movimento de massas.

O movimento de massa não era dirigido pelo partido e sim apêndice dele, sem independência, feição própria e quem sabe sem identidade com seus representados. O PCdoB venceu, compreendeu tudo isso, colocou em seus resoluções congressuais, mandou a todo o mundo, divulgou para os ciclos mais próximos. Mas será que compreendeu mesmo?

Passado o vendaval vemos a grandiosidade histórica deste feito político e teórico, mas vemos nosso partido cometendo, em escala inferior correspondente ao seu tamanho, os mesmos equívocos. Burocratização de alguns quadros, ausência de democracia em uma ou outra instância, em alguns lugares confusão entre Partido e movimento de massas. Tudo isso é menos danoso do que a não percepção das diferenças entre os itens avelhantados acima.

Vejamos camarada: onde nosso partido compõe, corretamente, uma frente de governo, somos parte integrantes deste governo, apostamos nele e lutamos por seu sucesso, temos res-

ponsabilidade, mas não somos o governo – nem nosso Partido nem os movimentos sociais que dirigimos. Em alguns casos vejo nosso Partido mais governo que o próprio mandatário do cargo. Não é de nossa estirpe a traição, e não é disso que eu falo, isso é de outras vertentes políticas que se inspiram em Leon Trotsky ou Kautsky. Não é nosso caso, mas nosso partido não pode e nem tem a necessidade de posicionar-se de forma mais real que o rei.

É de nosso Partido outro grande patrimônio, o da busca da unidade das forças progressistas, mas é da unidade dos contrários que se realiza a verdadeira unidade, não a dos cemitérios como dizia um dos nossos, esta não nos interessa nem dentro do PCdoB.

Com essa pequena contribuição, camaradas, pretendo que nosso partido participe do maior número de executivos possíveis, exercamos com qualidade nossos espaços políticos, mas não podemos entrar de reboque nestas frentes. Pois se nós, imbuídos da mais mortal das armas política, o marxismo-leninismo, com sua dialética e tudo, cometemos tantos erros, e hoje, percebemos o quão mal fizemos a nós mesmo não apontarmos estes erros, o que dirá a social democracia que dirige parte dos executivos onde formamos frentes políticas?

Nesses espaços temos de procurar uma marca, um jeito comunista de encarmos os problemas da gestão democrática do capitalismo (este é o limite de uma administração); que passa por espaços de participação popular de debates, formatação de políticas públicas, de rumo de governo, e não só o amplo debate de execução de pequena parte do orçamento de obras e um viciado conselho que nossos

pares têm gestado em nossas administrações. Passa necessariamente por melhorarmos consideravelmente a vida do povo no local onde atuamos, não podemos contemplar apenas a miséria; passa por politizarmos uma administração popular, elevar o nível de consciência do povo e armá-lo de política para a futura e definitiva saída.

Passa por termos independência desses executivos, e, percebermos que o movimento de massas, sem o corporativismo muitas vezes danoso, pode e tem condições de dar contribuições brutais a uma administração popular; e isto é fundamental no aprendizado para a futura direção que ele deverá ter no socialismo, passa por entender que o PCdoB é diferente e deve ter sua marca, mesmo nestes marcos.

Por fim, nossa participação deve estar centralmente voltada para a construção do Partido de vanguarda. Construção política, numérica, organizativa, material e ideológica. Para isso os purismo pseudo-éticos e interesses individuais, que por ventura possam aparecer, devem ser definitivamente superados ou corremos o risco de cairmos na cantilena dos nossos pares e não conseguirmos nos diferenciar deles junto à população.

Esta tarefa histórica pode ou não ser vencida pelo Partido (aprendemos também que não somos infalíveis, não é?). Acredito e luto para que sim, para conseguirmos, junto com nosso povo, ainda tão distante de nós a vitória definitiva do socialismo.

Aldanny Guimarães Rezende é da OB PUC (Escolas Particulares) de Belo Horizonte/MG.

## A frente institucional e seus problemas – o Parlamento

ALTAIR ALVES DE FREITAS

O aprofundamento do debate sobre a inserção dos comunistas na frente institucional, ou mais precisamente nas estruturas do Estado Burguês nos remete a fazer uma diferenciação muito clara entre a atuação no Parlamento e a desenvolvida no Executivo.

A prática vivenciada nesses 15 anos de legalidade nos permite distinguir com clareza as diferenças de atuação no âmbito desses dois poderes. É claro que temos mais experiência na atuação parlamentar. Exceto no Senado Federal, temos camaradas eleitos nas diversas instâncias da vida parlamentar – de vereadores(as) a deputados(as) federais. Além, é claro, do rico processo vivido pelo Partido entre 1946 e 1948, quando tivemos uma aguerriada bancada federal e diversos deputados estaduais.

Diferente da atuação em governos nos quais somos força minoritária, e nos quais estamos submetidos a programas e práticas políticas que não são exatamente as nossas, no

Parlamento temos uma liberdade muito maior de ação, uma vez que os mandatos são obtidos com a nossa legenda, com as nossas propostas para as situações específicas, ainda que a ação parlamentar seja limitada por uma correlação de forças adversa, bem como pelo arcabouço legal estabelecido pela burguesia e seus partidos.

Com base nessa avaliação inicial, podemos afirmar que os mandatos parlamentares podem abrir amplas frentes de atuação. Já há um senso-comum que indica, com objetividade, que os mandatos chegam onde teríamos dificuldades de entrar como Partido, abrindo assim a possibilidade de organizar o trabalho partidário em diversas áreas novas. Esse aspecto é reforçado pela possibilidade de apresentar projetos de lei que sejam do interesse geral do proletariado ou mesmo de corporações proletárias específicas. Num e noutro caso, podemos e devemos mostrar o compromisso de classe, reforçando o aspecto de combatividade da nossa política.

Entretanto, obviamente, nem tudo são flores. A luta parlamentar em plena socie-

dade burguesa, traz ao Partido e aos seus militantes nessa esfera uma série de questões que devem ser amplamente conhecidas, debatidas, avaliadas e controladas pelo conjunto partidário.

Um aspecto que salta aos olhos é o risco de a luta parlamentar se tornar um fim em si mesmo. Esse risco decorre de alguns fatores objetivos, particularmente pelo fato de que a esmagadora maioria dos Partidos atuar de maneira desconexa, no dia-a-dia, dos setores proletários organizados ou não. Ou seja, busca-se o voto no processo eleitoral e ao longo do mandato desenvolve-se uma prática afastada dos eleitores, voltada para a luta intestina do parlamento, para a burocracia intensa das "Casas de Leis".

Numa sociedade que se pauta ideologicamente pelo individualismo em contraposição às práticas coletivas, o parlamentar é uma autoridade. Ele é investido de uma parcela de poder. Tem o direito de se manifestar livremente e o seu voto pode ser decisivo para aprovações de projetos importantes, particularmente em situações de equilíbrio de forças.

Pode, através da ação do seu mandato, movimentar forças sociais poderosas e galvaniza para si a atenção e o apoio dessas forças. Tem equipe própria, através da qual pode organizar estruturas paralelas de poder independentes do Partido e mesmo, em situações extremas, de contraposição à política partidária. Dependendo do nível de compreensão política e ideológica, pode desenvolver práticas autoritárias, alheias e danosas ao processo de construção coletiva tanto da opinião como da prática de um partido que se propõe a estimular a construção de uma sociedade na qual prevaleçam os interesses da maioria.

Ao mesmo tempo, a prática parlamentar rotineira pode estimular o surgimento de outros fenômenos, típicos daquilo que Lenin identificava como "cretinice parlamentar". No parlamento da burguesia, privilegia-se o conchavo, as movimentações de bastidores, as pequenas grandes crises entre partidos, principalmente quando está em jogo a estabilidade do Poder Executivo, que busca manter no parlamento maioria constante para aprovar seus projetos. A prática do toma-la-da-cá é usual e



contamina inclusive os partidos ditos de esquerda, quando são eles que ocupam o Executivo. Essa prática se acentua quando é necessário buscar apoio em outros partidos para garantir essa maioria. Os camaradas que vivem a realidade nova de estar no parlamento e ser ao mesmo tempo base de apoio de governos, sejam lá quais forem, devem ter percebido os riscos que corremos.

Num país cuja prática política é pautada pelos interesses comezinhos e localistas, não é incomum surgir nas bancadas comunistas di-

vergências sobre projetos de interesses desta ou daquela corporação, desta ou daquela região à qual o parlamentar está ligado. Essas divergências tendem a se acirrar particularmente quando governos que apoiamos ou deles participamos não atendem às reivindicações populares, seja pela extensão da crise que afeta diretamente o poder público executivo, seja por orientação doutrinária ou mesmo por incompetência política.

Tarefa difícil a de ser parlamentar comunista num ambiente desses! Requer grande prepa-

ro político e ideológico da parte dos militantes comunistas que assumem esse papel. Requer do Partido uma permanente vigilância. Requer um controle constante para evitar possíveis deturpações da prática comunista, desvios autoritários, divisionismos, carreirismos etc.

O que nos remete, finalmente, a um outro aspecto importante da vida partidária, o da formação ideológica. É fato que nem sempre os quadros partidários melhor preparados ideologicamente são os mais aptos para o embate eleitoral, por variados motivos. Mas é

preciso aprofundar o processo de formação para o conjunto da militância, buscando, ao mesmo tempo, aperfeiçoar os instrumentos de controle e acompanhamento coletivo da ação institucional, de maneira a permitir ao conjunto do partido e particularmente à sua direção garantir a manutenção da prática revolucionária e da unidade partidária.

*Altair Alves de Freitas é membro da Direção Municipal de São Paulo/SP.*

# "Os homens fazem sua própria história, mas não segundo a sua livre vontade..."

CARLOS GEOVANI R. MACHADO

Assim K. Marx inicia sua análise acerca dos acontecimentos históricos que envolveram, em 1799, Napoleão Bonaparte em um golpe militar na França em O 18 Brumário de Napoleão Bonaparte.

Essa análise nos remete ao início do Século XX e nos faz refletir sobre os acontecimentos históricos da humanidade. Exemplo disso foi quando os homens e mulheres do povo, tendo o partido bolchevique de Lenin como guia transformaram a velha Rússia atrasada em uma das maiores superpotências do mundo – vindo a polarizar as atenções com os EUA, líder do campo capitalista, iniciando na prática seus primeiros passos rumo a um mundo inovador, onde o homem passa a ser o sujeito de sua história, é valorizado como um ser social na complicada engrenagem emancipadora da humanidade, os valores econômicos, políticos, culturais, morais e sociais são invertidos, elevando a condição de atraso a um novo patamar de vida, de relações sociais, de projetos, de perspectiva. Era o projeto socialista que iniciava no século XX a mais ousada tentativa de livrar o ser humano da barbárie do jugo capitalista.

Os fatos que envolveram os revolucionários russos e muitos outros como os chineses, vietnamitas, cubanos, coreanos e assim por diante não foram por mero acaso fruto da espontaneidade ou da arquitetura genial de um homem iluminado que conduziu as massas à sua emancipação e, também, às suas derrotas – como no caso da Rússia.

Nada ocorre por acaso! Os comunistas do Brasil, país mais importante da América do Sul, estão vivendo também um momento de grande significado histórico, dentro de um contexto não muito favorável para as esquerdas.

A derrota do socialismo, mesmo que temporária, trouxe prejuízos incalculáveis culminando em elaborações precipitadas acerca dos acontecimentos que levaram à derrota socialista, principalmente na Rússia que era tida como referência. Uns proclamam o fim da história, outros rasgam a ciência (renegam Lenin, questionam Marx ... até o neomarxismo surgiu), jogam-se no limbo obscurantista das confusões ideológicas que no essencial desconsideram o

papel do partido revolucionário, não reconhecem mais a luta de classes como motor que impulsiona a emancipação dos povos.

Ao concebermos a evolução dos fatos históricos, com os olhos fixos no futuro, não podemos deixar de considerar o passado, seus fatos relevantes para dele tirarmos ensinamentos. Devemos compreender a relação dos fenômenos e a relação objetiva e subjetiva conectados com a realidade, entendendo por exemplo que os desafios colocados fazem parte da luta de classes do momento, e sobre ele devemos amadurecer, tirar ensinamentos para darmos um passo adiante, contribuindo para enriquecer o marxismo-leninismo, ao invés de renegá-lo. Para a construção não somente de uma nação socialista, mas sobretudo de um homem e uma mulher de novo tipo, mais evoluídos, mais completos em suas relações cidadãs, mais conscientes de seu papel como verdadeiros atores e donos desta nova sociedade que virá.

Os comunistas, embora atentos para alguns fenômenos que os cercam, não estão imunes a pressões ideológicas. Afinal o partido não se faz de santos iluminados, nem de profetas que para tudo respondem, ao contrário, faz parte de um todo complexo, onde das bases aos dirigentes os fenômenos podem ser vistos de maneira distorcida quando o real fica distante dos olhos. Creio que é importante que todos estejamos de olhos abertos, assim perceberemos com mais facilidade o mundo que nos cerca. A pressão ideológica não tem afetado, creio, com maior seriedade o coletivo do partido, visto o alto nível das intervenções que se acaloram no processo de preparação de nosso 10º Congresso Nacional e que vem, ao contrário, se firmando, cada vez mais, nestas últimas 3 décadas e nos últimos 15 anos de vida legal, institucional.

Mas também não podemos deixar de considerar que existe um problema ideológico, principalmente nos setores intermediários do partido. Isso se nota quando os dirigentes intermediários têm dificuldades para compreender a justa política do Partido para a ação concreta, para a vida real dos diversos locais onde atuam. Sem o conhecimento da realidade é impossível traçar uma política que coloque o Partido no seio dos acontecimentos. E, independentemente da

vontade dos comunistas, os homens, as mulheres que vivem em suas comunidades estão organizadas nos mais diversos segmentos sociais: nas igrejas, nos clubes de futebol, nos clubes de mães, nos grupos de jovens, bandas de música e dança, nos grupos de teatros, nos sindicatos, nos bingos etc. As pessoas estão fazendo sua história e muitas vezes não se dão conta do grau de exploração e dificuldade a que estamos submetidos. Outros até percebem, porém falta um elo de ligação que lhes sirva de orientador e organizador. Cabe aos comunistas este papel. Porém muitas vezes nem nós mesmos compreendemos muito bem essa realidade. E, conhecer a realidade nada mais é do que observar como as coisas se comportam em nossa volta; e o mais importante, a gente precisa fazer parte desta realidade, temos que fazer parte da paisagem pois às vezes achamos que não fazemos parte da população. É como se avistássemos o povo do alto de um pedestal, assistindo as pessoas fazerem sua história de "camarote". As Organizações de Base, que até bem pouco tempo eram desprezadas por alguns dirigentes e membros do Partido, são estes os elos de ligação, aí reside a vida do partido!

O RS é um estado que possui uma tradição rebelde. Isto vem se confirmando pelo processo histórico. A Revolução Farroupilha é até hoje uma referência importante que marcou a vida e a auto-estima dos gaúchos, não é à toa que durante vários momentos da história, inclusive nos dias atuais temos nos posicionado mais a esquerda devido ao bom grau de politização que os gaúchos vem acumulando em sua trajetória.

É um estado que possui contrastes e particularidades bem distintas. Ao olharmos o mapa do Rio Grande do Sul, vemos as mais diferentes formas de ocupação no campo e cidades. Do índio minuano ao italiano, do negro ao colono alemão perfazem uma etnia bem própria que afirmam a identidade regional deste estado.

Na região sul do estado e Campanha predominam o latifúndio. Na região noroeste e centro-oeste as plantações voltadas às exportações. Na região centro-nordeste predominam as pequenas propriedades. A região leste, liderada por Porto Alegre é onde são mais vi-

síveis os contrastes do RS. É a mais importante região e concentra o maior parque industrial, comercial, cultural, populacional, educacional e político do RS.

É exatamente aí que reside o objeto de minha observação que, embora insuficiente, remete a pensarmos na principal região do estado. A Grande Porto Alegre é a principal Região Metropolitana do Sul do Brasil com cerca de 3,5 milhões de habitantes, situada num ponto estratégico no Cone-Sul entre os dois principais complexos urbanos da América do Sul: Buenos Aires e São Paulo.

A Grande Porto Alegre possui vários municípios em sua área de influência.

O levantamento acerca da realidade deve merecer maior detalhamento científico. Isso se torna evidente na medida em que nos debruçarmos para melhor compreendermos esta realidade, tendo a certeza que este importante espaço gaúcho merece maior atenção se quisermos ampliar a influência política entre o povo.

Penso que deveríamos reeditar um Núcleo Metropolitano do PCdoB, dirigido pelo Comitê Regional que objetive ajudar o coletivo desta região a compreender a importância estratégica para a luta revolucionária do Partido em sua justa luta política e organizativa.

Como ensina Marx, os homens fazem a história, quer dizer, o povo desta região está aí a fazer a sua história, falta a gente interferir para que esta se qualifique através de nossa intervenção política. Melhor preparados, tenho certeza que colheremos frutos bem melhores do que temos.

Potencialidade existe, visto que mal ou bem se percebe a presença dos valorosos camaradas em quase todos os municípios importantes que compõem a Região Metropolitana de Porto Alegre, falta quantificar e qualificar nossos dirigentes intermediários para que cumpram com entusiasmo as tarefas que somente aos homens modernos e avançados de nosso tempo cabe: conduzir o povo rumo às transformações sociais radicais – a construção da nossa Pátria Socialista de maneira consciente e organizada.

*Carlos Geovani Machado (Silêncio) é membro do Comitê estadual do RS.*

## Para o morro ter vez...

MARIO BRUM

Com o artigo espero contribuir para superar a deficiência apontada no item 142 das teses ao X Congresso. Mesmo sendo baseado numa realidade local, os pontos apresentados podem ser válidos a outras cidades.

A sociedade escravista deixou heranças que não desaparecem com a Abolição e com o desenvolvimento capitalista no Brasil. Como

a noção de uma sociedade hierarquizada, onde as camadas populares não possuíam nenhum direito são marcas que persistem até o dia de hoje.

As primeiras favelas surgidas no Rio de Janeiro, como a do Morro da Providência em 1897, vão enfrentando diversos obstáculos em suas primeiras décadas, bem como os próprios cortiços do Rio Antigo. Tais moradias eram vistas como antros de bandidagem, focos de doenças. A modernização do Rio de Janeiro,

com a Reforma Pereira Passos fez a abertura de modernas avenidas à custa da destruição de inúmeras moradias das classes populares (que vão aumentar as favelas). Sem direitos políticos (o voto não era aberto a analfabetos) e sem direitos sociais, a favela era tratada meramente como um "caso de polícia". Mesmo o período de Vargas, que busca a incorporação de alguns segmentos da população em direitos políticos ou sociais, pouco ou nada reverte este quadro, pois a política trabalhista era limita-

da àqueles que possuíssem carteira de trabalho. A integração da favela com a cidade se dá por sua cultura, o samba, e a Igreja, através da Cruzada São Sebastião e da Fundação Leão XIII. Feito em parceria com o poder público, que começa a sensibilizar um pouco para as demandas desta área da cidade, antes que os comunistas o façam. A atitude missionária da Igreja promove a organização de associações de moradores e mesmo o Estado começa a incorporar-las como representantes dos morado-

res, bem como locais de onde poderiam vir alguns votos.

Com idas e vindas, este processo de organização das associações de moradores e da luta das favelas por direitos, como urbanização e acesso a uma infra-estrutura mínima de condições de moradia, como saneamento, educação e saúde, vai crescendo até ser abortado pelo golpe de 64. Ainda que o remocionismo, a erradicação da favela, nunca tenha sido abandonada, sob a Ditadura ela ganha contornos mais dramáticos. A polícia do "pé na porta", mesmo de madrugada ainda é lembrança (e muitas vezes realidade hoje) deste tempo.

Ao fim da Ditadura, há a volta das eleições, fazendo com que a moeda-voto torne as favelas lugares que 'mereçam' mais atenção. Junto com a ascensão do movimento comunitário e uma nova visão de organismos internacionais para combater/amenizar a pobreza nas grandes cidades (as Secretarias Municipais de Desenvolvimento Social-SMDS são criadas por orientação da Unicef) fazem com que o remocionismo pareça uma hipótese remota. Os anos 80 e a Constituinte, com a criação dos Planos Diretores das cidades marcam que a favela não pode ser mais ignorada.

O Rio de Janeiro é prova inequívoca desta nova orientação. A criação de agentes comunitários, integrando lideranças locais em projetos

da prefeitura, a facilidade com que as associações abrem canais com o poder público e concluindo este processo, o Programa Favela-Bairro da Prefeitura dão um novo verniz na relação do Estado com as favelas. Tendo o estado, ainda que tardiamente, suprir algumas demandas das classes populares, pelo menos como forma de conter a violência com a gigantesca ascensão do tráfico de drogas nestas favelas.

No caso do Rio de Janeiro, por sua topografia, onde a cidade é cortada por morros, e as favelas construídas muitas vezes cara a cara com os prédios da classe média, a violência é marca da vida urbana. Até quando eram lugares de pobreza, a cidade podia ignorá-las, mas quando essa pobreza transbordou na forma de violência, e aí a aparição do tráfico como poder estabelecido leva os governantes a tentarem resolver a equação menos Estado + pobreza = violência. Então se o Estado atuar nestas áreas combatendo a pobreza, a violência como consequência tende a sumir. Tal orientação é o que leva ao grande número de ONG's atuando em favela, e até mesmo empresas, como forma de conter o tráfico/violência.

O tráfico é um negócio que movimenta bilhões no mundo, e vale a observação de uma liderança comunitária: "Onde está este dinheiro? Não é na favela". O tráfico impõe, a ferro e fogo, sua disciplina na favela, interferindo

até no direito de ir e vir destas pessoas. E a promessa de respeito e dinheiro atrai inúmeros jovens, aonde a maravilhosa sociedade de consumo é inviável para eles de outra maneira, eles vêem isso em seus pais.

As associações, outrora tão contestadoras da ordem, em grande parte foram tomadas pelo tráfico, espécie de fachada legal onde possam estabelecer relações com os poderes constituídos e aproveitar-se da nova orientação do Estado, que envolve as associações em seus projetos.

Este é outro ponto que quero tocar. As articulações entre Estado e favelas já estão feitas, não sendo necessário a estas, frente a tanta carência e abandono, lutar abertamente. O Estado conseguiu incorporar algumas demandas, ainda que poucas, mas repito, frente ao secular abandono, a reforma da praça, o calçamento, o saneamento, o posto de saúde, mesmo que de políticos oportunistas e ONG's (talvez) bem-intencionadas. Muitas lideranças já têm fácil acesso aos órgãos do poder público, tendo este conflito 'amortecido'. Os agentes comunitários são o melhor exemplo de como estão feitas essas articulações de incorporação das camadas populares ao aparelho do Estado. Se por um lado são a voz da comunidade, por outro mediam conflitos, representando uma secretaria da prefeitura, ou do Esta-

do, ganhando seu salário por este órgão e tendo que prestar contas ao patrão.

Se muito mudou nas favelas nas duas últimas décadas, ainda é mais atual que nunca o conflito entre a sociedade de consumo de um lado e a exclusão social de outro. Sob o neoliberalismo, onde o mercado e o consumo impregnam toda as esferas da sociedade, a consequência deste processo é o tráfico como porta de acesso destes jovens ao mercado, e toda violência desencadeada neste processo. Outras alternativas são a opção pela fé, como forma de compensar um mundo socialmente injusto, razão na qual proliferam as igrejas nas comunidades, algumas sinceras e outras se aproveitando exatamente desta exclusão.

Ser vanguarda não é indicar o caminho, é saber traduzir a vontade do povo em bandeiras de luta. Nas favelas surgem inúmeras formas de contestação, seja na forma de ONG's, movimentos de favelados e até mesmo grupos culturais, sem dúvida, importante segmento da sociedade que devemos conquistar para o ideal do socialismo, as condições estão dadas...

*Mario Brum é militante do Distrital Sul - Rio de Janeiro.*

## Como fazer propaganda política para grandes massas

ELSON VIOLANTE

**A** pesar de nos encontrarmos em um universo globalizado, que ficou pequeno devido à situação de imensos avanços tecnológicos, em que as informações circulam o mundo em questão de segundos, nós - no movimento popular - continuamos engatinhando: imprimindo boletins e jornais que têm pouco alcance, pouco poder de difusão e de informação e que atingem pequeno número de pessoas. Os jornais editados pelo Partido, como **A Classe Operária**, não são lidos por boa parte dos militantes ou filiados. Como mudar isso? Imprimir mais jornais? Colocá-los em bancas? Distribuí-los de graça?

Acho que a solução não está nos materiais impressos, embora estes tenham o seu lugar imbatível de informação e de formação de opinião mais elaborada; e, como são escritos, de material de estudo. Estou falando de informação para as grandes massas, de informação capaz de formar uma consciência nacional da

necessidade de mudança do rumo político, de derrotar o neoliberalismo e o capitalismo, e de avançar para a construção do socialismo. Informação de circulação rápida e formadora de opinião diferente da oficial, governamental, divulgada diariamente pela imprensa escrita, falada e televisada convencional. Essa informação só pode ser a da difusão por rádio e televisão.

É necessário aparelhar o movimento popular com concessões de redes de rádio e televisão, caso contrário nunca atingiremos o objetivo de formar uma consciência coletiva para os avanços políticos citados. Para conseguir esse objetivo, sem rádio e televisão, demoraríamos uma eternidade, com o risco de perder os momentos favoráveis. Como na campanha das Diretas Já, a televisão convencional (nas mãos das classes dominantes) só começou a divulgá-la quando o movimento já estava muito grande, impossível de ser ignorado. E tratava-se de um objetivo dos mais sentidos pela população em geral, inclusive a burguesia, sendo uma questão mais simples - votar para

presidente da República (a última eleição para presidente fora em 1960 e a campanha em 1984) e derrotar a ditadura já enfraquecida.

Numa campanha política de mudança mais radical como derrotar o neoliberalismo e o capitalismo nunca contaríamos com esses canais.

Por que dotar o movimento popular e não o Partido com esses instrumentos, como o rádio e a televisão? Porque seria impossível o PCdoB conseguir tais concessões, e porque o movimento popular, sendo um conjunto mais amplo, envolvendo imensos contingentes da sociedade, conseguiria apoio dos mais variados setores, segmentos, entidades, ou seja, da sociedade organizada, para conquistar tais concessões.

É uma tarefa difícil, mas não impossível. Mais difícil é se fazer a revolução socialista, e falamos nela com grande frequência. A menos difícil seria para fazer avançar a mais difícil.

Para conseguirmos isso teríamos de desenvolver uma campanha envolvendo os partidos de esquerda e progressistas, as diversas en-

tidades (sindicatos, OAB, CUT...), parlamentares, prefeitos e governadores progressistas, a intelectualidade e os artistas progressistas etc. Um parlamentar (ou um grupo deles) faria um projeto de lei para se conseguir a concessão.

Com quem ficariam as redes de rádio e TV? A se ver. Com a CUT? Com um conjunto de entidades? Com uma estrutura suprapartidária de esquerda? Tem-se de pensar. Com qualquer conjunto desses que fosse, teria de ser elaborado um estatuto normatizando o uso das concessões. No rastro dessa campanha, poderíamos ir conquistando coisas mais fáceis, como espaços de participação em rádios e TVs públicas.

Algum país já conseguiu isso? Não sei. Não tem importância, seremos o primeiro. Não podemos achar que é uma idéia exagerada porque nunca fizemos ou tentamos.

*Elson Violante é membro da base dos trabalhadores da saúde da região Leste (Belo Horizonte/MG).*

## Unidade e hegemonia - decifra-me ou te devoro

LEILA MÁRCIA SANTOS

**G**ostaria de contribuir nos debates do nosso congresso opinando sobre como se pode conceber a tarefa 4 do ponto 160 de nossa tese que trata a materialização do fortalecimento do partido revolucionário, através do seu crescimento real, como parte importantíssima neste processo de acumulação de forças que vivemos.

Concordamos ser fundamental o reforço à construção da frente única de combate ao neoliberalismo para derrotar o pacto dominante e buscar uma alternativa baseada num programa de reconstrução nacional, tema central dos debates do nosso 10º congresso.

As coisas se complicam na medida da construção cotidiana da unidade das forças que compõem a frente e dos desafios relacio-

nados com a busca da hegemonia dos comunistas nesse processo. Sem compreender a relação dialética entre estes dois fatores (hegemonia e unidade) corremos o risco de inviabilizar o nosso projeto.

Mas afinal o que é a hegemonia dos comunistas? Penso tratar-se de ganhar a maioria do povo para as idéias mais avançadas, influenciando através das experiências vividas, na sua compreensão e ação no complexo processo da luta de classes. Trata-se de ganhar essa maioria para uma visão de revolução que nega a possibilidade de humanizar o capitalismo. Trata-se de buscar em cada espaço de luta, mesmo participando destes, seja em sindicatos, governos ou parlamentos a compreensão para o povo das limitações destes instrumentos para o alcance de transformações profundas. A hegemonia das nossas idéias deve

tratar de assegurar que o proletariado e em especial os trabalhadores fabris joguem um papel cada vez maior nos processos de luta conforme nossa compreensão do papel histórico central desta classe na luta pela superação do capitalismo.

Partindo deste pressuposto, não podemos tratar a luta pelo fortalecimento do PCdoB e de seus espaços como uma postura que nega a unidade. Até porque sem a hegemonia da organização que compreende com mais profundidade esta unidade, não só do ponto de vista tático, como estratégico não será possível viabilizar nem uma vitória sobre o neoliberalismo, muito menos, a transição para o socialismo.

Para nós a viabilização da unidade é fundamental na medida em que, de forma imediata é o elemento determinante para a formação

de um novo pacto social que se contraponha ao neoliberalismo, mas também é do ponto de vista estratégico, pois sem construir a unidade de amplas parcelas do povo, não será possível mudar radicalmente a sociedade brasileira, o que depende da decisão e ação de amplas forças sociais.

No entanto é preciso que avaliemos com mais atenção a luta pela unidade e o seu papel em nosso projeto partidário. Lenin dizia que os aliados são importantes ainda que provisórios e vacilantes. É um ensinamento dos mais valiosos para quem pensa em coordenar os processos políticos, pois afinal é impossível que uma determinada força política tenha o controle de todos os acontecimentos políticos o tempo todo de forma isolada.

No momento atual, pensamos ser correta a união dos setores oposicionistas e que esta



aliança tenha como núcleo a esquerda. Isso nos faz refletir sobre nossa aliança, na atualidade, em muitas situações, e quem sabe nas eleições de 2002, com o Partido dos Trabalhadores, principal força organizada da esquerda no país. Ao que parece, para muitos camaradas não está claro porque o PT. Alguns tentam exemplificar o erro de uma aliança como essa no comportamento estreito e sectário e ou reformista que caracteriza muitas correntes que compõem o PT.

Para compreender a fundo as contradições existentes entre nós e a citada organização é importante analisar e compreender o seu conteúdo de classe. O PT é fruto de contradições de sua formação para a qual comungaram setores da Igreja católica, lideranças sindicais, grupos trotsquistas, intelectuais progressistas simpatizantes do marxismo entre outros. Fruto da ausência de uma visão científica como referência, o marxismo-leninismo, esta organização hoje apresenta com maior nitidez uma postura social-democrata, creditando às reformas do estado burguês a possibilidade de mudanças radicais da sociedade brasileira. No entanto, resta-nos dizer que NESTE MOMENTO a luta desenvolvida por estas forças contra o projeto neoliberal e por medidas seja no campo democrático, pelos direitos sociais e em defesa da soberania, serve ao

cumprimento do programa tático de nosso partido.

Esta idéia advém da compreensão que temos do nosso papel de organização de vanguarda e do acerto que uma política de frente única traz para quem quer dirigir o todo e não uma parte do povo, até porque sabemos que para alcançar o nível de um processo revolucionário é necessário o convencimento de amplas parcelas do povo, que contem com certo nível de coesão, organização e consciência e que tenham no partido comunista uma referência.

Então unidade e luta pela hegemonia se relacionam na medida em que uma deve servir à outra para que a luta, neste momento pela derrota do neoliberalismo, como parte da luta pelo socialismo, possa se viabilizar.

Neste sentido penso que merece destaque o debate abordado pelas teses no que diz respeito a nossa diferenciação em relação a outras organizações, inclusive o PT, e aponta as limitações que temos enfrentado no tratamento deste problema nos 16 anos de legalidade. Acredito que a dificuldade está mesmo no entendimento político e até ideológico da relação entre unidade e hegemonia. Acredito também que as dificuldades em materializar essa diferenciação têm clara relação com o processo de estruturação partidária, com o nível de

amadurecimento de nossas direções, com a experiência acumulada nas ações voltadas ao movimento de massas e também com o grau de integração do conjunto da atividade partidária.

Todos esses aspectos têm dificultado um maior crescimento do partido e sua visibilidade, mas cabe-nos perguntar se ainda não tratamos de forma unilateral a questão da unidade. E se não paira sobre nós uma visão espontaneísta deste processo de busca da hegemonia como se nossa hora fosse chegar num futuro desarticulado da ação presente.

Para viabilizar o projeto tático na atualidade é determinante a unidade dos setores oposicionistas e principalmente da esquerda, mas o núcleo deste núcleo chama-se PCdoB. Assim como não é possível um projeto verdadeiramente soberano, democrático e que defenda as conquistas sociais, em especial o trabalho, sem que as esquerdas (forças populares) hegemonizem esse processo, as esquerdas terão mais ou menos esta condição também na medida do fortalecimento da força mais conseqüente nesta equação. Então, não há contradição. Fortalecer o PCdoB e ocupar mais espaços é fortalecer a unidade e fortalecendo a unidade fortalecemos não só o PCdoB, mas a luta da qual fazemos parte e que faz parte de nosso projeto político.

Para isso já enfrentamos com coragem o desafio de fazer crescer partido, fortalecido politicamente, ideologicamente e organicamente num processo que chamamos estruturação partidária. Para isso concluímos a necessidade de crescer entre os trabalhadores em especial entre a classe operária. Com o objetivo de fortalecer o partido estamos criando uma rede de direções intermediárias fortes, com quadros capazes para que, através desse processo, possamos dirigir milhares de bases. Para isso estabelecemos a íntima relação com o movimento real dos trabalhadores como um dos três aspectos centrais da construção ideológica do partido, que se relaciona com uma política acertada e com a convicção revolucionária de seus membros.

No entanto é preciso aprofundar o nosso entendimento sobre essa questão e estreitar os laços da estrutura partidária para com a nossa ação política e de massas, que têm, pelas características, um alcance incomensurável e pode jogar um papel determinante na luta pela hegemonia e pela unidade. Ou deciframos e dominamos este enigma, ou seremos devorados pela esfinge da história.

*Leila Márcia Santos é do Comitê Estadual do Pará.*

## Construir uma pedagogia comunista

JOCELIN BEZERRA

Inicialmente gostaria de saudar todos os comunistas e o 10º congresso nacional; gostaria também, nesta oportunidade, ensaiar a construção de uma mentalidade que está ligada às variáveis de pensamento do Lenin, Gramsci, Diógenes Arruda e Paulo Freire. Quatro homens em diferentes épocas de contribuição, mas que têm pontos em comum, quando se pensa em luta de idéias, em ruptura da ideologia do estado vigente.

Neste ensaio, quero chamar atenção principalmente dos educadores comunistas; que façam leitura e releitura destes citados, com perspectivas de encontrar esses pontos em comum que favorecem a construção de uma pedagogia comunista.

Surge permanentemente a importância dessa pedagogia em nossa organização, não é uma nova teoria e nem uma nova invenção, mas uma mentalidade e pensamento que já existem e precisam ser sistematizados, com objetivo de ganhar os quadros, militantes do partido e as amplas massas para consolidar a revolução.

Essa mentalidade está ligada aos valores e à disciplina que os comunistas devem ter como princípios de comportamento e ação revolucionária; inclui-se aí as quatro atitudes que atualmente o partido prioriza: estudar, divulgar, atuar e contribuir. Esses são elementos que Diógenes Arruda considera em seu livro Educação Revolucionária de um Comunista. Nesse sentido, é preciso entender que o militante comunista, essencialmente, estará condicionado a ter relações com vários tipos de pessoas, e nessa relações cabe ter humildade, sinceridade, firmeza no que faz e no que diz; porque são valores que devem ser exerci-

tados dentro do partido e fora dele. Acredito que valores humanos podem mudar muitas coisas hoje. A solidariedade deve ser exercitada com os filhos da classe operária e seus descendentes sociais. Destaco ainda a paciência, que é um elemento importante na condução das lutas; e a criatividade da ironia contra os inimigos de classe. Já ouvi falar que Marx considerava duas grandes virtudes de um comunista a paciência e a ironia. Por que dentro do partido? Porque produz unidade e confiança no processo da construção do socialismo, é nessa tarefa que o próprio partido tem como condutor e edificador nesta sociedade; fora do partido, porque são valores dos quais o povo e a classe operária sentem ausência nesta sociedade do capital.

Assim resgatemos a camaradagem comunista e façamos "compreender que todos os atos na vida de um comunista se refletem na vida do partido e na sua fisionomia de vanguarda perante as massas". (Arruda) Nesta realidade em que vivemos, o PCdoB precisa constantemente reproduzir esses valores para produzir quadros do partido; porque "ser comunista é uma opção cotidiana" (Arruda); e os comunistas tem a tarefa de substituir o capitalismo pelo socialismo, e isso não é uma simples tarefa. Só os homens de fé e boa vontade, com valores humanos e essencialmente marxista, poderão concretizá-la – isso não é uma profecia, mas uma hipótese baseada na ciência social. Essa mentalidade pedagógica precisa estar sendo exercitada, ou seja, em constante movimento, onde podemos chamar de ação. Colocar em prática esses valores é estar entre as massas, viver, participar, reunir, mobilizar; colocar em condições para a absorção dos conteúdos das mudanças e aplicar as resoluções do partido.

Para criar as condições para as massas en-

tender nossos objetivos, é preciso dominar várias técnicas. Dentre elas, podemos levar em consideração as de ler e escrever, da oratória, de interpretar e representar os objetivos comunistas.

Hoje, na sociedade da informação, os comunistas devem dominar a ciência. Crescer a sua influência na intelectualidade também é importante, principalmente na intelectualidade juvenil, essa parcela que é manipulada pelos valores do individualismo e egoísmo na sociedade da competitividade. Difundir os valores comunistas nessa parcela social da informação é essencial para o partido, precisamos ter nossos intelectuais orgânicos. Quando falo de intelectuais orgânicos, não são aqueles que ficam presos só à leitura ou enfiados dentro de uma jaula literária, reproduzindo o comodismo da "intelligentsia" burguesa; o intelectual orgânico é aquele que tenta unir a teoria com a prática. O operário pode ser um intelectual orgânico, na sua fábrica; a dona de casa pode ser uma intelectual orgânica na sua comunidade; o estudante na sua escola ou na sua Universidade e nos diversos segmentos sociais em que os comunistas se inserem. É bom lembrar que Gramsci, o formulador desta mentalidade, revela que a burguesia tem seus intelectuais orgânicos, aqueles que ocupam os cargos de grande confiança na sociedade, os verdadeiros incluídos na sociedade do consumo.

Gramsci em sua formulação sobre o novo intelectual (o intelectual da classe operária), expõe as grandes diferenças do intelectual tradicional, porque o intelectual da classe operária, o orgânico, não só pensa, elabora, constrói ao mesmo tempo – ou seja "tudo ao mesmo tempo agora" (titãs).

Entendo que para formar esses intelectuais da classe operária precisamos de uma es-

cola, e a escola é o partido; as aulas teóricas são os cursos, as aulas práticas são as lutas do povo, acumulando experiência. O partido como escola revolucionária cumpre também esse papel. Os dirigentes são os verdadeiros professores da conduta comunista aos militantes e conseqüentemente ao povo. Numa leitura mais geral sobre escola do povo, não podemos esquecer dos ensinamentos de Paulo Freire com seus métodos de ensino. Ele deve estar incluído nessa renovação de pensamento. Acredito que, para construir uma revolução especificamente Brasileira, temos que levar em conta alguns de seus escritos, principalmente aqueles que contribuem com a ruptura da ideologia dominante – Pedagogia do oprimido representa bem a síntese de sua contribuição.

Por último chamo a atenção do edificador desta pedagogia comunista: Lenin. Sim, essa é a peça-chave para nossa mentalidade. Seus escritos sedimentam toda a didática e procedimentos da pedagogia comunista. Acredito que na constante leitura de Lenin encontraremos a base da escola comunista, que é o partido; os seus ensinamentos e suas experiências dentro daquela realidade; fustigando a compreensão da realidade atual.

Aqui termino meu ensaio e contribuição ao 10º Congresso Nacional, com uma reflexão do grande mestre Che Guevara, um dos grandes pedagogos comunista, que a seus filhos escreveu: "Sejam sempre capazes de sentir no mais profundo qualquer injustiça cometida contra qualquer pessoa e em qualquer parte do mundo. É a qualidade mais linda de um revolucionário..."

*Jocelin Bezerra é membro do Comitê Municipal de Natal/RN.*

## Desvios de rumo descaracterizam justos princípios táticos

SOCORRO GOMES

O 10º Congresso é mais um passo significativo no processo de amadurecimento do nosso Partido e de sua consolida-

ção como força atuante no cenário político. As Teses apresentadas pelo Comitê Central, debatidas ao longo de três meses pelo coletivo partidário, são documentos ricos, em que está sistematizada a experiência de nosso

Partido nos últimos anos, e que contem diretrizes ajustadas com as exigências da situação do país e do mundo.

O grande mérito do nosso Partido nas duas últimas décadas e particularmente na

década e meia de ininterrupta atuação legal e política em meio a uma situação complexa, muitas vezes adversa, sempre resultando em saltos e acumulação de forças. Tomando como refe-

rencial teórico o marxismo-leninismo, levando em conta a experiência internacional e sobretudo sintonizando-se com a realidade nacional, o Partido teve aguçado tirocínio político, elaborou uma linha estratégica e tática que lhe permitiu desenvolver-se, elevar seu prestígio, ligar-se a amplas camadas populares.

Podemos mesmo dizer que nas importantes vitórias democráticas do povo brasileiro está indelevelmente marcado o selo da contribuição do PCdoB.

Nas memoráveis campanhas democráticas pelo fim da ditadura militar, na Assembleia Nacional Constituinte, na luta contra o governo corrupto e entreguista de Collor, na atual luta contra o governo neoliberal, antipopular e antinacional de FHC estão contidos importantes conceitos e práticas do domínio da tática elaborados a partir da teoria e da experiência histórica do PCdoB.

Particularmente no intrincado e complexo problema da frente-única e da política de alianças, o nosso Partido tem vivido uma rica experiência que vai ajudando a vincar uma nova concepção da ação política dos comunistas e da esquerda em geral. Sem pretender encaixar a realidade em qualquer moldura teórica, apoiamos-nos nos ensinamentos deixados por Lenin em "As duas táticas..." e "O esquerdismo...", e por Dimitrov quando orientou o movimento comunista dos anos 30 a realizar uma política da frente-única contra ofascismo.

Durante a vigência da ditadura militar, mesmo nos momentos em que os governantes de então praticaram contra o povo o terrorismo de Estado, quando o regime dos generais torturava e assassinava presos políticos e não restou ao nosso Partido e a outras formações revolucionárias outro caminho senão a luta armada, tínhamos a perspectiva da frente única. Quando o movimento antiditatorial estava amadurecendo politicamente,

o nosso Partido foi capaz de propor a UNIÃO DOS BRASILEIROS em torno da luta contra os atos e leis de exceção, pela anistia e pela Constituinte. Durante a campanha pelas diretas, na eleição de Tancredo Neves, na posse de José Sarney, na transição da Nova República, o Partido foi capaz de formular plataformas amplas e propugnar a união das forças democráticas e patrióticas. Tudo isso é um patrimônio, está incorporado ao nosso acervo de experiências e é base para o enriquecimento da teoria revolucionária. Merece, portanto, ser capitalizado ao fazer o balanço de longo prazo da atividade política do PCdoB.

Penso, inclusive, que foi essa experiência acumulada que nos levou a formular, em 1995, quando da elaboração do nosso Programa Socialista, o CAMINHO concreto, tático, para a conquista do poder político. Nesse documento orientador da nossa ação, mais uma vez realçamos que é imperioso formular bandeiras amplas e forjar a frente única, ou seja, a união de amplas forças para levar a cabo a tarefa histórica de conquistar a emancipação nacional e social do povo brasileiro.

Em termos práticos, de política concreta, isso implicou a concertação de alianças tácitas ou explícitas do Partido com forças convencionalmente consideradas de centro-esquerda ou de centro. Durante a ditadura militar, toda a oposição, inclusive os comunistas, encontraram no MDB um canal de expressão política e até um meio de eleger parlamentares naquelas condições tão duras e desfavoráveis. E isso foi correto. Na campanha das diretas, compartilhamos palanques com forças da oposição moderada, o que também foi correto. A adoção de uma tática ampla teve implicações também na atuação eleitoral do Partido. No período de transição democrática imediatamente anterior à conquista da legalidade pelo Partido,

encontramos e soubemos usar corretamente espaço na legenda do PMDB (quando este, é bom frisar, era um partido democrático), o que nos possibilitou eleger a primeira leva de parlamentares, em 1982. Posteriormente à conquista da legalidade, também recorremos a um posicionamento amplo e flexível para contornar as incontáveis armadilhas e restrições antidemocráticas da legislação eleitoral. Era imperioso como etapa de acumulação realizar coligações, num quadro político e eleitoral bastante diferenciado nos diversos Estados e Municípios, o que nos levou a fazer alianças variadas, de acordo com a realidade local, com o PT, o PDT e o PSB, mas também com forças de centro situadas no PMDB e no PSDB, o que também foi correto dentro de certo contexto e nos limites do tempo. Mesmo na atualidade é necessário promover alianças eleitorais.

É precisamente aí que se situa um problema na aplicação da nossa tática. A partir da primeira campanha de FHC à Presidência da República, produziu-se uma mudança qualitativa no comportamento de certos setores políticos que até então estavam situados no centro, mas que, com o novo quadro mundial e a nova realidade nacional formada a partir da aplicação desenfredda do neoliberalismo em nosso país, vieram a tornar-se a nova direita. E nesse enquadramento passaram a situar-se as duas principais formações outrora de centro – o PMDB e o PSDB. Não é o caso de citar nomes, mas são inumeráveis as figuras destacadas desses dois partidos que ontem estavam conosco na luta democrática e hoje no governo, no Parlamento, na imprensa, na academia, na atividade cultural defendem a política neoliberal que tanto infelicitou o nosso povo e o país.

Embora o Partido tenha captado e in-

terpretado bem o fenômeno nacionalmente, até porque sem essa interpretação não teria sido possível atuar corretamente no novo quadro, nem sempre a nossa tática política e eleitoral nos Estados foi justa. Começo exemplificando a partir do Estado em que atuo, o Pará, onde o Partido tardou muito em flexionar sua política eleitoral de acordo com as novas exigências. Permanecemos em aliança com o PSDB mais tempo do que o necessário, rompendo com o governo local desse partido apenas depois do massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996. Na campanha eleitoral de 1994, nacionalmente apoiávamos Lula, mas no Estado fazíamos coligação com o PSDB, partido do candidato FHC, tática que seguramente desnorteou o eleitorado do nosso Partido. O exemplo não é isolado. Ainda hoje, em alguns Estados o nosso Partido apóia ou participa de governos que compõem a base de sustentação política e administrativa do governo de FHC, sendo dentre esses o caso mais flagrantemente injustificável o da participação no governo pefelista de Roseana Sarney, no Maranhão. A crítica que aqui formulo não se dirige apenas aos Comitês Estaduais, uma vez que, segundo nossa metodologia de direção, decisões políticas importantes, como acordos eleitorais e participação em governos, em última instância correspondem ao Comitê Central, pois invariavelmente têm implicações para atuação do Partido em nível nacional.

O Congresso é um bom momento para o Partido estabelecer rumos mais precisos, a fim de que as más exceções não desfigurem a boa regra e os desvios não prejudiquem os justos princípios.

Socorro Gomes é membro do Comitê Central.

# Uma dimensão civilizatória da ação socialista

Luiz Manfredini

**"Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas originais; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, socializá-las por assim dizer; transformá-las portanto em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral".**

(Antonio Gramsci)

O historiador inglês Eric Hobsbawm reconheceu a dificuldade de demonstrar, no "ambiente moral de fins do século XX" (1995: p.161), o heroísmo supremo da luta republicana na guerra civil espanhola, onde "mais de 40 mil jovens de mais de 50 países acabaram indo lutar e muitos morrer num país sobre o qual provavelmente não conheciam mais que o mapa no atlas da escola" (idem). É que – insiste Hobsbawm – "eles foram lutar por uma causa" (ibidem), algo verdadeiramente extemporâneo quando, como na atualidade, "o mercado põe sob seus tentáculos todas as dimensões da vida humana" (Teses do CC, 10º Congresso, 2001: p. 50) tornando irreconhecível – desprezível, até – a generosidade dos que acolhem, como eixo de conduta, as grandes causas da humanidade.

A época é, de fato, miseravelmente adversa. Há uma espécie de imundície cultural asfixiando as sociedades capitalistas. Com efeito, sob a hegemonia neoliberal alastra-se a mediocridade e o cretinismo, a pasmaceira intelectual conformada e confortada num pensa-

mento único autoritário e de horizonte estreito, em que "a liberdade se reduz ao seu precário travestimento encontrado no mercado capitalista, a cultura se transforma em mercadoria da indústria do entretenimento, as pessoas valem pelo que podem comprar, o desenvolvimento nada tem a ver com uma existência melhor" (Benjamin, 1998: p.12), em que, "entre os intelectuais (...) floresce um reacionarismo ilustrado" (Benjamin, 1998: p.13), em que "a acomodação se torna realismo, modismos e slogans passam à condição de paradigmas" (idem). Grassam – socialmente incensados pelas agências ideológicas do capital – o individualismo, a indiferença, o sentimento de impotência, preconceitos de toda ordem, a vulgaridade, o cinismo e outros que tais da mais baixa extração.

Os comunistas devem agir fortemente no campo das idéias, no sentido de contribuir para a construção de uma nova cultura humanista erigida em combate frontal contra os barbarismos teóricos e práticos da ordem neoliberal. Eis uma dimensão eminentemente civilizatória da ação socialista, à qual nenhum comunista autêntico tem o direito de rejeitar. A idéia da revolução social – que não nos deve abandonar jamais e que deve ser sempre a balizadora da nossa conduta e das nossas projeções estratégicas – só ganhará a concretude necessária para a efetiva transformação da sociedade quando houver, pelo menos, a relativa neutralização do ideário neoliberal que anestesia as massas, afastando-as da participação e da política, cingindo-as ao conformismo e à desesperança, tangendo-as à ignorância e à alienação. Os comunistas sempre foram homens e mulheres de cultura, sua ação esteve tradicionalmente ligada à disseminação dos valores humanistas próprios da cosmovisão socialista. Mas a época – já se disse – é miseravelmen-

te adversa e as forças contemporâneas da reação são incalculavelmente superiores às do passado. Assim, este início de século está a exigir muito mais dos comunistas, testando permanentemente sua consciência, sua fibra, sua inteligência, sua sensibilidade e sua capacidade de compreensão ampla e profunda dos dilemas essenciais do nosso tempo e de identificação das alternativas, no campo subjetivo, capazes de fomentar uma cultura transformadora, entranhadamente humanista e, como tal, voltada ao progresso social e ao futuro da humanidade como um todo, radicalmente oposta aos postulados da ideologia de mercado.

Eis um desafio que os comunistas devem enfrentar a partir de suas próprias fileiras atentando, em particular, às novas gerações de revolucionários. Estas possuem, de larga data, um mérito essencial: ao aderirem à luta política e ao Partido, refutam a utopia liberal segundo a qual o interesse coletivo se constrói a partir da busca dos interesses privados, contrapondo-lhe a ética da participação social, da militância política, "uma prática que não visa o lucro e à realização dos interesses próprios, mas aos interesses coletivos e, através deles, aos de todos os indivíduos" (Sader – nome do artigo/Folha de S. Paulo, agosto 2001). Essa refutação não é nada fácil frente a despótica hegemonia do pensamento único sob a qual vivemos, e contém um inequívoco mérito de coragem, discernimento e generosidade. Mas é quase sempre tosca em seu desabrochar, carecendo das lapidações indispensáveis. Este aprimoramento de consciência – à base da ciência e, muito particularmente, da ciência revolucionária do marxismo-leninismo – ocorre (ou deve ocorrer) nas lutas partidárias, como parte integrante (e essencial) da prática cotidiana. E deve centrar-se, a meu ver, na assunção do humanismo socialis-

ta como fundamentação essencial das lutas sociais, econômicas e políticas que conformam a agenda cotidiana dos comunistas, de modo a superar, dialeticamente, motivações particulares, geralmente calcadas em experiências concretas, até mesmo pessoais que, sem deixarem de ser legítimas, ainda estão aquém de uma compreensão mais elaborada, mais consistente, mais estratégica da luta revolucionária.

É claro que a transformação social assenta-se na sucessão de experiências próprias do povo em suas jornadas de lutas, das quais vertem estágios superiores de consciência. Nada disso, no entanto, ocorre espontaneamente, à margem de uma ação de vanguarda no âmbito específico da reflexão e do conhecimento. Este é um campo da subjetividade – abordado com propriedade nas teses do CC, em particular nos itens 133 e 134 – em que os comunistas devem atuar decisivamente não só com sua plataforma política, como também com a riqueza de sua concepção geral de mundo, até por que esta é a arena na qual se jogam os lances decisivos da trajetória revolucionária.

Luiz Manfredini é membro do Diretório Regional do Paraná.

## Referências

- Hobsbawm, Eric. (1995). Era dos Extremos. São Paulo: Companhia das Letras.  
Comitê Central de PCdoB. (2001). Teses para o X Congresso. São Paulo: Anita Garibaldi.  
Benjamin, César et al. (1998). A opção brasileira. Rio de Janeiro: Contraponto.  
Saber, Emir. (2001). Elogio da militância política, in Folha de S. Paulo.

# As escolas e o proletariado brasileiro

ALEX LOMBELLO AMARAL

**A** preocupação de nosso Partido em conhecer cada vez melhor o proletariado brasileiro, do qual é a organização revolucionária, confirma-se nas teses para o 10º Congresso e na prática da realização do Seminário Nacional sobre o Proletariado Brasileiro. Seguindo este caminho de investigação científica precisaremos, certamente, estudar a formação escolar do proletariado brasileiro.

Uma porcentagem cada vez maior do proletariado é escolarizada e a eficiência das escolas para o cumprimento de seus reais objetivos é bem maior do que normalmente se imagina, dado que os reais objetivos das escolas não são conhecidos nem pelos professores, em sua quase totalidade.

De fato, enquanto instituições de ensino, as escolas públicas e particulares faliram. Qualquer professor de universidade ou de pré-vestibular sabe que a realidade da maioria dos alunos recém formados no ensino médio é o semi-analfabetismo e a incapacidade de raciocínio. "Conteudista", podem afirmar aqueles que aceitam o discurso oficial e hipócrita de escolas formadoras de cidadãos. Vejamos o que é que a escola forma.

Os alunos são obrigados a ser freqüentes, ou seja, são treinados para todos os dias acordar cedo, sacrificar-se por várias horas e não ganhar nada em troca (pois não estão aprendendo os conteúdos). São acostuma-

dos a séries de trabalhos repetitivos, odiáveis, resultando em aversão por cálculos e leituras. Aprendem a respeitar e até a bajular "autoridades". São estimulados à concorrência, à desunião e até a entregar colegas mais rebeldes. O ambiente repressivo permite o desenvolvimento de desrespeitos entre estudantes, de maus hábitos, trocas ilícitas, idéias reacionárias. O "cidadão" formado pelas escolas é um animal domesticado, conformado, submisso, preconceituoso, inimigo do raciocínio e dos estudos. Qualquer estudante, pai ou professor pode constatar este fato.

Das escolas, como de qualquer cadeia, só alguns sortudos saem relativamente bem. A aparência física das escolas não é mera coincidência. Portões trancados, telas de aço nos muros, a estrutura física das cantinas, os minutos para tomar sol, a sirene, a numeração, a vigilância e, luxo enorme, um carcereiro para cada sala (sala) superlotada. Para determinada função – enquadrar seres humanos – determinada estrutura: uma prisão.

Quando surgiram as primeiras fábricas, os primeiros operários as compararam com prisões. Não estavam errados, como não estão errados os estudantes que se sentem presos. As escolas são locais onde os futuros operários são amaciados.

Aqui chegamos em um ponto em que o movimento operário e estudantil se juntam. A luta contra a presença obrigatória, estudantil, é a luta contra a domesticação dos

futuros proletários, é a luta dos estudantes proletários, que libertando sua própria classe, libertam todos os estudantes e professores. A presença obrigatória é pedra fundamental da educação capitalista, tão importante que, recentemente, o Parlamento inglês criou uma lei para punir aos pais que não conseguem obrigar seus filhos a ir para a aula. Entre os estudantes a bandeira de fim da presença obrigatória tem apoio garantido e gigantesco, como o prova o desespero em que ficam para que chegue a hora de ir embora, o desespero para sair da sala, a alegria do início das férias, o amor pelos finais de semana. Para os trabalhadores que estudam também seria um enorme alívio. Para os professores, seria o fim de um peso cada dia mais insuportável.

Quantas crianças sonham em tornar-se carcereiro? Trabalho difícil, altamente desgastante, sabe-o qualquer professor. A presença obrigatória significa, na prática, que em toda sala devem existir alunos que não querem estudar, que atrapalham as aulas, ou seja, que ao invés de dar aulas para quem as quer, os professores têm que cumprir outras funções como de babás, carcereiros, pais, carrascos, disciplinadores, policiais etc. Ou o professor permite a algazarra, perdendo quantidade e qualidade da aula, ou adota um método disciplinador, cooperando com a classe que o explora e permitindo a transformação de sua disciplina em algo odiado. A avaliação é a principal arma que os professores dispõem para tal função policial.

Têm se tornado freqüentes as explosões de ódio nas quais alunos atacam professores e colegas. São explosões de um preso contra os carcereiros, de um operário contra os patrões e o governo. Em resposta surgem campanhas pela paz, propondo o impossível desarmamento. O único desarmamento que resultará em paz nas escolas é o fim do poder individual que os professores têm de avaliar e portanto de mandar, de encarcerar. A função individual dos professores deve ser somente lecionar, sendo que as avaliações, até para tornarem-se coisas sérias, devem ser organizadas de forma coletiva, pela escola ou por um conjunto de escolas.

Como espero ter demonstrado, as bandeiras de abolição da presença obrigatória e coletivização dos processos de avaliação (o fim dos odiados diários) são capazes de unificar estudantes e professores em um grande movimento. Também são bandeiras de libertação do proletariado, pois colocam em cheque o Estado burguês, são gritos de guerra, são denúncias contra a exploração e a opressão capitalistas. Como gancho para denunciar o capitalismo, nas escolas, são as melhores bandeiras. Portanto proponho que o Partido Comunista do Brasil as adote.

Fogo nos diários, portões abertos, viva o socialismo, viva a revolução!

*Alex Lombello Amaral é presidente do Comitê Municipal de São João del-Rei, MG.*

## A luta anti-racista

OLÍVIA SANTANA

**S**e a história é a história da luta de classes, a história do Brasil é também fundada na luta surda contra um povo, é a história do extermínio de um povo, de uma cultura, da dignidade, do sentimento do povo negro, um povo negado da condição de ser gente. Separar no Brasil o que foi e é classe e o que foi e é raça, é incorrer em um exercício funcionalista, nada dialético, pois há de se compreender que essa é uma nação que se fez CLASSISTA-E-RACISTA, elementos que têm constituintes diferentes mas que se alimentam mutuamente.

Não é por acaso que o capitalismo no Brasil se firmou com a exploração mais direta do povo negro, explorando-se além de sua força de trabalho, a sua humanidade.

Vivemos num dos países que participou de forma mais significativa do processo de escravidão negra. 40% dos africanos traficados para a América para servir ao trabalho escravo, desembarcaram no Brasil. Os quase 400 anos de escravidão possibilitou não apenas a construção dos principais pilares do Estado brasileiro e da sociedade, como um fantástico acúmulo de capitais que dinamizou o desenvolvimento das grandes potências econômicas neoliberais que hoje hegemonomizam o mundo.

O povo brasileiro foi forjado num processo de desigualdades brutal, uma história que resultou no que alguns estudiosos chamam de racismo universalista. O Estado identificou na mestiçagem da população o elemento que daria legitimidade ao discurso de que aqui pertencemos todos e todas a uma mesma raça, a raça brasileira, em que todos se misturam sobre uma suposta igualdade racial. Passa então o Brasil a ser tido como um "paraíso racial", "a terra da democracia racial", imagem que também serviu para vender a idéia de um povo pacato, avesso aos enfrentamentos sociais.

Um discurso universalizante que mascarou os graves conflitos raciais que sempre marcaram as relações de classe em nosso país. O racismo, assim como a opressão de gênero, é uma questão estrutural. Uma eficiente ideologia de dominação que, ao longo dos 500 anos, desde

a formação da sociedade brasileira, manteve os povos originais (indígenas) e os negros fora do centro das estruturas de poder econômico, político ou jurídico do país, salvo raríssimas exceções – ou seja pinçando-se alguns negros. É inegável a existência de uma hierarquia das raças, que incrementa e aprofunda as desigualdades de classe no Brasil, que nem a decantada mestiçagem foi capaz de superar.

Dados atuais do IPEIA ratificam as inúmeras denúncias que o movimento negro, insistentemente, vem apresentando sobre o brutal fosso que separa negros e brancos na estrutura social brasileira. Em média um trabalhador branco ganha R\$ 573,00 mensais, enquanto que um trabalhador negro ganha R\$ 262,00; mesmo tendo o nível de formação de um trabalhador branco, o trabalhador negro ganha um salário 30% menor. 63, 63 % dos pobres são negros, enquanto que os brancos somam 35,95%; 68% dos indigentes são negros, enquanto que os brancos somam 30,73%.

Há várias formas de interpretar as estatísticas que indicam desigualdades sociais entre brancos e negros. Uma leitura materialista e estrutural tem que ir mais além da leitura comparativa entre trabalhadores, assumindo que se um está "melhor" do que o outro, então vamos fazer uma redistribuição ao nível dos indivíduos – tirar de um para dar ao outro, ou ter políticas de redistribuição da pobreza e igualar todos.

Não deve ser essa a nossa leitura das estatísticas sobre desigualdades sociais entre brancos e negros. Defendemos que as diferenças entre brancos e negros em uma série de dimensões da economia-política e de áreas chamadas de "sociais" como educação e saúde beneficiam o sistema capitalista brasileiro como um todo, rebaixa o preço do trabalho de todos os trabalhadores, colabora para a taxa de exploração de mais valia de todos os trabalhadores.

O Brasil, em um conjunto de 92 países, só perde em termos de concentração de renda para Malawi e África do Sul. Considerando como uma forma de se aproximar das injustiças sociais, analisar a renda média apropriada pelos 10% mais ricos e a distância entre essa e aquela apropriada pelos 40% mais pobres,

tem-se que para um conjunto de 55 países (em 1990), o Brasil apresenta o maior grau de desigualdade entre ricos e pobres (e note-se que entre os pobres, os negros constituem mais de 55%, e entre os ricos, menos de 8%). No Brasil a renda média dos 10% mais ricos representa 28 vezes a renda média dos 40% mais pobres.

A distância social entre brancos e negros necessita também ser lembrada pelo o perigo de se representar a nação sem considerar a heterogeneidade social dessa. Os ajustes feitos ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) calculado por Nações Unidas, considerando-se raça e gênero, bem ilustram esta tese. Em 1999 se considera, por tal indicador que o país ocuparia a 74ª posição na escala mundial. Contudo considerando-se somente a população recenseada como branca, o Brasil ascende para a 43ª posição, e ao se levar em conta somente a população negra, o Brasil baixaria para a 108ª posição. Já, através do Índice de Desenvolvimento reajustado por Gênero (IDG), o país passaria a ocupar a 63ª posição. E, se apenas o caso das mulheres negras é considerado, o Brasil seria rebaixado para a 91ª posição. (1)

A Frente Anti-racista merece especial atenção do nosso Partido quer pelos nossos princípios contra todas as injustiças e desigualdades sociais, quer pelo entrelaçamento que no Brasil se dá entre classe-e-raça, quer porque raça é hoje no país, um tema de disputa ideológica que não devemos deixar ser assumida pelas agências do capitalismo, quer pela potencialidade revolucionária de uma agenda anti-racista com perspectiva socialista.

É preciso construir uma visão do PCdoB acerca de como se caracteriza o racismo brasileiro, qual o lugar estratégico do sistema racista-classista para reprodução do capitalismo, e como nós comunistas devemos nos organizar para combatê-lo.

No movimento negro enfrentamos o embate ideológico com diversas forças políticas reformistas, que pregam exclusivamente a luta contra o racismo, pela inclusão do negro na sociedade capitalista.

Nós da Frente Anti-racista do PCdoB entendemos que a problemática do racismo não

é uma questão que se resume a uma decorrência da sociedade burguesa, a ser superada com a construção do socialismo. Se pensássemos desta forma estaríamos desconsiderando o fato de que o advento do socialismo não significa o completo desaparecimento das classes sociais e nem a transformação, em curto prazo, da cultura historicamente sedimentada de uma determinada sociedade. Desconsideraríamos, também, o fato de que o partido que conduz o processo de construção do socialismo não deixa de ser uma fração da sociedade, sujeito às influências do contexto cultural em que esteve imerso.

Se não houver intencionalidade desde já, em buscar o conhecimento acerca do que foi e o que continua sendo as relações raciais no Brasil, para construirmos um amplo processo de combate ao racismo, fundado na busca da justiça social socialista e na promoção da igualdade, com um acento de classe, entre os sujeitos, teremos um partido pouco representativo das reais necessidades dos homens e mulheres negros, da população indígena, da feição multirracial que tem o povo do nosso país, originada no brutal processo colonizador. Não responderemos ao perverso processo de reelaboração e naturalização das desigualdades sociais fundadas nas raças que o Estado capitalista foi capaz de instituir e sustentar.

É fundamental que os dirigentes e militantes do nosso partido conheçam a história das rebeliões negras. Movimentos como a Rebelião de Malês de escravos muçulmanos, ocorrida em 1835; a Revolta de Búzios (também conhecida como Revolta dos Alfiates), que resultou na morte e esgarçamento de quatro dos seus líderes na atual Praça da Piedade: um movimento muito mais radical e libertário na sua pauta política do que a Inconfidência Mineira, pois pregava, entre outras bandeiras, o fim da escravidão e a instituição do trabalho assalariado com igualdade entre trabalhadores negros e brancos; o Deix de Julho, onde tropas majoritariamente negras lutaram pela Independência e a Independência da Bahia que repercutiu nacionalmente como um fator de consolidação da Independência Nacional. Destaca-se a significativa

experiência do Quilombo dos Palmares que chegou a comportar 30 mil negros, segundo diferentes historiadores. Derrotando diversas expedições genocidas. Foi a única e mais duradoura experiência de organização social, construída por trabalhadores no Brasil, que antagonizou com a exploração do Estado burguês escravista, principalmente por se instituir como um modelo de produção referenciado na socialização, no coletivismo. Como nós comunistas entendemos e nos apropriamos deste legado?

O PCdoB de feição moderna, que mantém firmes os princípios marxistas que fundamentam o seu projeto revolucionário socialista, precisa estabelecer uma maior interlocução com amplos segmentos da população negra oprimida, mergulhar na sua história, mexer com sua auto-estima para ser capaz de mobilizar vontades na direção da transformação social para os homens, as mulheres, os negros e não negros, contemplando o que o capitalismo não foi capaz de contemplar: a instituição de uma sociedade de relações sociais justas e igualitárias.

Os negros constituem 45% dos brasileiros (dados do IBGE-2000). A população ne-

gra cresce a taxas mais altas que a população branca. Entre 1980 e 1991, a população recenseada como branca diminuiu sua representação, que passou de 54,5% para 51,7%. Cresceu a representação da população negra em todas as faixas etárias. Em 1980, a população negra - "pretos" e "pardos" - entre 15 a 24 anos representava 46% da população total e em 1991, 52,1% (In Castro et Alli "Evolução e Características da População Jovem no Brasil", CNPD/IPEA, Brasília, 1998). São mais de 70 milhões de pessoas que vivem as conseqüências do racismo em seu cotidiano. Ignorar esta realidade é um equívoco histórico e político, uma contradição com os ideais que nós comunistas abraçamos. O PCdoB precisa construir o seu projeto político classista-anti-racista que contraste de forma radical com o anti-racismo mentiroso neoliberal. Fernando Henrique entrará para a história como o melhor exemplo de presidente que transformou o reconhecimento da existência do racismo brasileiro numa grande jogada de "marketing". Seu governo propagandeia um discurso anti-racista, investe na cooptação de lideranças do movimento negro para que estas gestem propostas de in-

clusão que não são jamais implementadas, pois não há nenhuma vontade política de que assim seja e porque, como defendemos antes, há limites estruturais no sistema capitalista para uma completa igualdade racial-social. Fernando Henrique também recusou-se a que o Brasil sediasse a Conferência das Américas, um dos mais importantes eventos precedente à III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, que aconteceu em setembro na África do Sul, para não transparecer à comunidade internacional o gritante fosso que há entre seu discurso e sua prática no que se refere ao estabelecimento de políticas sociais favoráveis aos negros, aos pobres às mulheres e trabalhadores da ação organizada dos comunistas no interior do movimento negro, buscando sedimentar uma concepção de luta antirracista que associe classe e gênero numa perspectiva de combate ao capitalismo e de construção do socialismo anti-racista; da discriminação, que está para além do plano da consciência, e oportunizar, instrumentalizar, investir no potencial de muitos e muitas negras e negros para que o partido comunista do povo brasi-

leiro tenha de fato uma feição pública multirracial e sempre combativa os a possibilidade histórica de construção de um socialismo radical classista-movimentista, com lutas em varias frentes que se somam, se fortalecem sem se anularem. Há que mais ousar. Em poucos tempos históricos a luta de classe tanto se diversificou e se confundiu com a luta de idéias e de práticas que combinam lutas no cotidiano com lutas de largo horizonte, ou seja sem perder a perspectiva da construção do socialismo. É responsabilidade nossa fazer história ou ser tragada por ela, porque os negros se estão mobilizando: em que direção? Com que projeto político social? Este é um desafio para os comunistas.

*Olivia Santana é do Comitê Estadual da Bahia.*

Nota

(1) Sant'Anna, Wania "Desigualdades Étnico/Raciais e de Gênero no Brasil: As Revelações Possíveis do IDH e do IDG, Jornal da Rede Saúde n 23.

## Linguagem ao alcance de todos

MAURICIO BRANDÃO CARNEIRO

Alor os textos das Tribunas (2ª e 3ª) lamentei a ausência do meu Estado, o Rio de Janeiro. Tal fato serviu de incentivo para a apresentação desta colaboração com a Tribuna.

Uma questão que sempre me preocupou e continua preocupando é a linguagem escrita utilizada pelos veículos de comunicação do Partido, um pouco distante da capacidade de compreensão da maioria de seus membros. Para citar um exemplo, o Leia e Repasse: So-

bre o terrorismo e a "novíssima ordem", do camarada José Reinaldo Carvalho, que utiliza palavras como: consternação, latitudes, unísono, difusos, dantescas e iniquidade. São palavras do nosso riquíssimo idioma, sem dúvida, porém, incompreendidas pela grande maioria dos nossos camaradas.

Aqui em Niterói, por exemplo, na região oceânica, algumas Organizações de Base por local de moradia, criadas recentemente por camaradas oriundos da luta pela legalização de terras ocupadas, pertencentes à União, que mal conseguiram se alfabetizar, demonstram a

preocupação com a divulgação das publicações recebidas, pois são difíceis de interpretar e, conseqüentemente, de debater. São Bases importantíssimas para o crescimento do Partido na cidade e sentem a falta de material adequado a sua realidade.

Devemos nos esforçar para divulgar ao máximo todas as publicações do Partido junto aos amigos e filiados com uma linguagem mais simples e objetiva.

Somos um país jovem com expressiva riqueza cultural, mas com um grande atraso social. Nosso Partido é dotado da teoria revolu-

cionária capaz de explicar o movimento social e planejar além do limitado horizonte do dia a dia, visando a superação do capitalismo.

Fazer com que toda a militância compreenda esta teoria é imprescindível. Considero o momento oportuno para a reflexão, debate e deliberação sobre a questão da linguagem escrita.

Saudações a todos e que a nossa organização cumpra a sua missão histórica.

*Mauricio Brandão Carneiro é do Comitê Municipal de Niterói/RJ.*

## Um partido de feição popular (final)

WELLINGTON FÉLIX CORNÉLIO (ZUZU)

Continuando nossa análise a respeito do Movimento Social, terminaremos estas reflexões, analisando um pouco esta grande moda de "voluntariado", atualmente instalada em nosso país. Como apontado em nossa análise em artigo anterior escrito nesta Tribuna, existe hoje, uma grande ofensiva ideológica contra os Partidos Políticos. Querem descredenciar-los, colocá-los todos "no mesmo saco", afirmando que todos os Partidos Políticos são iguais e que são os redutos onde concentram os corruptos ou mesmo, finalizando, que somente servem para a época das eleições.

Em contrapartida, querem elevar excessivamente o papel das ONGs e de sua atuação, reduzindo, obviamente de forma proposital, o compromisso dos governos e das instituições governamentais. Tal propaganda desvia as atenções do povo, quanto ao verdadeiro papel

do Estado (Governo Federal, Estadual e Prefeituras), maquiando a atuação (ou melhor, a não atuação) destes governos, na maioria das vezes, de perfil conservador e governista. Tal atributo ideológico contribui para duas questões importantes: o aumento cada vez mais progressivo da acomodação da máquina estatal, nas resoluções dos anseios do povo, criando governantes "preguiçosos", para não dizer displicentes, negligentes e corruptos; e a realização de trabalhos e atividades, cada vez maiores, por pessoas e cidadãos sem a mínima aptidão técnica e profissional, como por exemplo, no Projeto "Amigos da Escola", que visa claramente descredenciar a função do Educador /Professor, criando as figuras dos voluntários, que mostram ridiculamente um juiz pintado as paredes de uma escola, ou um empresário ensinando futebol, ou uma mãe cozinhando, entre outras demagogias. Já vimos um advogado fazendo uma cirurgia médica, ou um médico defendendo um réu, ou um pintor sendo dentista ou vice versa, ou mes-

mo um engenheiro sendo pintor, ou este sendo pedreiro? Portanto, é inadmissível uma pessoa assumir uma função de um profissional da educação (professor, pedagogo, diretor, servente, cozinheira) sem ser um profissional. Na verdade, esta campanha, encabeçada pela Rede Globo, trata-se de um total desrespeito a estes profissionais, ratificando a 1ª questão mencionada acima da formação no país de governantes medíocres.

Entretanto, devem estar se indagando, o que esta questão do voluntariado tem haver com o Título acima? Na verdade, iniciei este texto, alegando a ofensiva ideológica, no sentido de que ocorra cada vez mais o esvaziamento da atuação do povo nos Partidos Políticos e em contrapartida, a grande campanha para que participemos desta "onda" de voluntariado. Portanto, temos que reagir, lutar para uma contra ofensiva, ou seja, defendermos as instituições partidárias enquanto ente modificador e revolucionário na luta incessante pela busca pe-

lo poder com a finalidade de um país melhor e socialista e ainda, denunciar esta farsa de voluntariado despolitizada que visa iludir o povo, criando falsas perspectivas.

Concluindo, finalizamos estas humildes contribuições a serem compartilhadas pelo restante do coletivo partidário, insistindo que somente traremos o povo para militância partidária, se este órgão partidário for um órgão de reivindicação, vivência e convivência popular (Como assim foi dissertado na 1ª parte deste artigo publicado na edição anterior). Estes são alguns de nossos desafios, desafios para nossa organização interna, para nossa atuação externa, para aperfeiçoarmos nossa tática eleitoral e por fim, para construirmos um PCdoB de feição popular, cada vez mais forte rumo à construção do Socialismo!

*Advogado, Presidente do Comitê Municipal do PCdoB de Uberaba/MG.*

## A ofensiva neoliberal e as correntes conciliadoras

JOÃO MANOEL LEITE RIBEIRO

Quero começar me solidarizando com o camarada Renato Gomes dos Reis do Comitê Municipal de Birigui-SP, reforçando a idéia de que cientistas e professores assim como proletários fabris, apesar de naturezas diversas, têm a mesma importância na luta de classes.

Temos que lembrar que esta luta de classes não começou a partir da teoria Marxista ou da Revolução Industrial e sim desde que o homem existe na Terra. Pois, conflitos entre do-

minados e dominantes nos leva a períodos remotos da história da Humanidade, quando da luta dos escravos pela liberdade nos distantes regimes egípcios imperiais.

Porém, não se nega que a luta de classes não está tão presente quanto esteve nos últimos dois séculos. E, hoje, vemos uma enorme ofensiva de idéias neoliberais e/ou de correntes conciliadoras no mundo todo. Pessoas falam: "Desde que mundo é mundo sempre existiu fome, miséria, pobreza e coisas do gênero. E não é o socialismo que resolverá, pois olhe o que aconteceu na Rússia: hoje o povo

russo passa grandes necessidades. A solução é a social democracia: haja visto o desenvolvimento dos EUA, Inglaterra e outros países capitalistas desenvolvidos". Evidentemente esta é uma visão pobre da questão, pois o Socialismo Científico foi a maior invenção das ciências humanas de todos os tempos comparável ao Cálculo Infinitesimal criado por Newton e as ciências exatas.

O Socialismo hoje é a única forma capaz da Humanidade se libertar dos ciclos de selvageria e barbárie desde os seus primórdios e que perduram de forma mais cruel e sofistica-

da do que nunca no chamado Neoliberalismo, no qual as pessoas têm a mais absoluta liberdade, o que resulta na sobrevivência do mais forte, igualmente ao que acontece na selva entre os animais irracionais. Fica claro que nenhuma forma conciliadora como a social democracia, que nega a revolução socialista, é capaz de libertar a Humanidade de seus mais horribéis males.

*João Manoel Leite Ribeiro é membro da base da UFG, Goiânia/GO.*



# Atualidade da luta pelos direitos humanos

ANA GUEDES

**A** realização do 10º Congresso do PCdoB encontra pela frente grandes desafios. Os acontecimentos dos ataques terroristas aos Estados Unidos e, em ato contínuo, a guerra contra o Afeganistão, colocou ainda mais a nu as contradições entre a política imperialista americana e dos seus aliados e o quadro de exclusão social que atinge grande contingente populacional, principalmente, dos chamados países do terceiro mundo. Estes temas, detalhadamente analisados nas teses do 10º Congresso e em outros documentos do partido, são alvo de discussões no processo de preparação da sua plenária final e têm ocupado o centro da discussão política nos nossos debates.

O cenário atual, apesar de trágico e cada vez mais complexo e imprevisível, também aponta para a perspectiva da elevação da consciência política das massas, traduzida nas inúmeras manifestações que vêm ocorrendo no mundo inteiro, tanto a partir do movimento social organizado como também de forma espontânea que, a depender de como se desenvolvam, podem jogar papel significativo no combate à hegemonia e à agressividade política e militar do Estados Unidos.

Este momento vem ao encontro de uma realidade pré-existente, onde a relação entre explorados e exploradores, ao longo da existência humana, é traduzida pela constatação de que, para metade da população mundial (seis bilhões de pessoas), são negados os direitos básicos de alimentação, moradia, educação e saúde. A política colonial do passado e a dominação imperialista vigente deixaram uma herança nefasta para inúmeros povos que até hoje lutam por sua sobrevivência. A ganância do lucro e da propriedade dos grandes países capitalistas levou a uma política cada vez mais excludente. Na América Latina, existem 410 milhões de habitantes e destes, 224 milhões são de pobres e 90 milhões de miseráveis. Dos quase 170 milhões de habitantes existentes no Brasil, 32 milhões estão na categoria de miseráveis e 54,1 milhões são pobres.

A política neoliberal agrava mais ainda este quadro e atinge conquistas históricas, políticas, econômicas, sociais e culturais da humanidade. Cria a lógica do Estado mínimo, ameaça a soberania das nações, enfim, estende seu domínio de tal forma atingindo a consciência coletiva e dificultando ações políticas do campo opositor.

A mudança desse rumo no Brasil, como diz nossas teses, "implica na necessidade incontornável da formação de um extenso e massivo movimento cívico ... em torno de um programa de reconstrução nacional". Esta grande articulação pressupõe o envolvimento e a participação dos mais variados setores organizados da vida nacional.

A qualidade do vínculo do partido com as massas passa a se tornar um grande desafio nesse particular, principalmente pela compreensão de que o propósito das diversas frentes de massa não deve se esgotar em si mesmos, já que a luta por direitos, numa sociedade orientada pelo neoliberalismo, implica em medidas que dizem respeito a mudanças políticas de fundo.

Nesse sentido, cresce de importância a definição mais adequada de nossa política junto aos movimentos sociais, estes hoje enfrentando dificuldades em função do desmonte da política neoliberal também praticada em relação a esses movimentos. Nos últimos tempos, muitos desses movimentos se tornaram agentes de ações desvinculadas da perspectiva política de transformação social, se constituindo muitas vezes em parceiros eficientes da estrutura de poder montada pelo governo brasileiro, substituindo funções de obrigação do Estado e comprometendo sua independência.

O PCdoB tem na ligação com as massas um pressuposto básico da sua existência e compreende seu papel como de elevar o nível de consciência dessas massas a partir da sua intervenção consciente como integrante legítima desses movimentos. Em decorrência disto acumulou uma considerável experiência histórica que se constitui em um patrimônio do nosso partido.

Na história mais recente do período da Ditadura Militar foi a luta pela Anistia, Ampla Geral e Irrestrita que colocou o nosso partido no centro do enfrentamento do regime militar na década de 70, quando jogou importante papel de direção política, comprovando, na prática, a justiça da nossa proposta que encontrou respaldo no seio das mais variadas correntes de opinião que se colocavam contra a Ditadura.

A luta pela Anistia foi decisiva para a conquista de um regime democrático e abriu espaço para um movimento mais amplo e centrado no âmbito dos Direitos Humanos. Vale lembrar que a temática dos Direitos Humanos é, muitas vezes, utilizada para legalizar a interferência em assuntos internos de países de-

pendentes por parte de países imperialistas, mas vale também fazer o diferencial e desenvolver ações no sentido de valorizar este conceito, fazendo com que seja voltado para a defesa dos interesses das amplas massas.

Como muitas das frentes de massas, este movimento no Brasil tem se constituído a partir de ONGs e ocupado espaço na sociedade civil. A intervenção do partido nessa frente é ainda localizada em alguns Estados (Grupos Tortura Nunca Mais, Comissão de Direitos do Cidadão de Salvador-Ba. e outros), mas essa experiência indica a importância de nossa participação, devido ao privilégio que o tema possui como instrumento de luta política. A temática dos Direitos Humanos é ampla do ponto de vista do seu conteúdo, mas essa mesma temática se traduz e comporta temas específicos que se constituem em vigorosas bandeiras de luta que questionam e combatem práticas hediondas da ação política do poder constituído no Brasil.

Esse movimento deu continuidade à luta pelo esclarecimento dos desaparecidos políticos da Ditadura Militar, tarefa árdua, particularmente na questão dos desaparecidos políticos na Guerrilha do Araguaia empreendida pelo nosso partido.

O quadro de violação dos Direitos Humanos é caótico no nosso país, traduzido por: violência política (particularmente durante o regime militar), violência policial, ação dos grupos de extermínio, desumano sistema carcerário, discriminação das chamadas minorias (negros, mulheres, homossexuais, povos indígenas), trabalho escravo e outros. A prática da tortura, apesar de se constituir em crime inafiançável (lei nº 9.455, de 07 de abril de 1997), é cotidiana no Brasil. Comprovadamente, as delegacias de polícia, os módulos policiais, as penitenciárias, as viaturas, se constituem em palcos de cenas cotidianas de tortura.

No Brasil, ainda é incipiente a movimentação da sociedade civil organizada em torno da divulgação desses crimes junto à comunidade internacional. Dentre os países da América Latina, o Brasil é o que menos tem tomado iniciativas dessa natureza. Países como a Argentina e o Peru têm denunciado mais freqüentemente violações de Direitos Humanos junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA. Essas denúncias são importantes, pois possibilitam medidas concretas de pesquisa e apuração de crimes desta natureza, gerando relatórios e criando fatos políticos de grande re-

percussão internacional, a despeito da referida Comissão ser um organismo intergovernamental submetido a muitas pressões dos governos, principalmente dos Estados Unidos.

O Brasil é signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamada pela ONU há mais de 50 anos e ratificou os mais importantes tratados internacionais de Direitos Humanos no período pós-ditatorial. No entanto, a realidade cruel de violação desses direitos, além de nos envergonhar e causar profunda indignação, demonstra o verdadeiro caráter dos sucessivos governos brasileiros no combate a estes crimes.

A existência do Programa Nacional de Direitos Humanos do governo brasileiro não assegura o alcance da Justiça Social. Este programa tem se mostrado incompatível com a política neoliberal de caráter excludente vigente no nosso país.

Importante papel tem jogado a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, juntamente com o Movimento Nacional de Direitos Humanos e outras entidades de Direitos Humanos do Brasil. Por solicitação desse fórum, esteve no Brasil no ano 2000 o Relator Especial em Tortura das Nações Unidas, Nigel Rodley que, ao término do seu levantamento sobre tortura no Brasil, elaborou um relatório que foi lançado em Genebra, em 11/04/2001, durante a plenária da 57ª Sessão da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, sobre a situação de tortura no Brasil.

A luta pelos Direitos Humanos alcançou algumas vitórias no Brasil, as quais resultantes da atuação do movimento organizado como as indenizações aos familiares dos desaparecidos políticos, abertura dos arquivos da Ditadura em alguns Estados e mais recentemente o reconhecimento dos direitos de todos os anistiados como: indenizações, contagem do tempo de perseguição para aposentadoria e cálculo de pensões.

Na atualidade, a bandeira dos Direitos Humanos representa a luta pela conquista de direitos a partir de um amplo movimento de caráter político. Incorpora também o amplo movimento pela paz mundial frente ao belicismo dos Estados Unidos, gestado pelo sentimento universal antiimperialista e pela autodeterminação dos povos.

Ana Guedes é membro do Comitê Estadual da Bahia.

## Aliar para ampliar a luta do Povo

ALBETISA MOREIRA

**O** 10º Congresso do PCdoB se propõe a discutir vários aspectos da atuação do partido, entre eles as chamadas alianças políticas eleitorais.

O PCdoB em diversos momentos conjunturais tem decidido realizar alianças políticas eleitorais com setores que não possuem a mesma visão programática dos comunistas. O objetivo destas alianças é aglutinar forças para o enfrentamento de outros grupos mais reacionários. Exemplos dessa política ampla foi à campanha das Diretas já, a constituinte de 88, a luta pela retomada do sindicalismo combativo e autônomo do final da década de 70. Antes da legalidade em 1985, vários comunistas foram eleitos para espaços institucionais através de partidos como MDB.

Após a legalização o partido começou a participar de campanhas eleitorais e fez diversas alianças com diversos partidos e conse-

guiu colocar comunistas em cargos executivos e aumentou a sua representação parlamentar.

Vemos que a ocupação de espaços no parlamento permitiu uma maior proximidade com as massas através da defesa de propostas nas áreas de Saúde, Educação; Reforma Agrária e Urbana etc.

O resultado desta participação também produz aspectos negativos. Vemos que os camaradas que ocupam cargos nas instâncias do executivo tem dificuldade de dar visibilidade a propostas partidárias.

As ações executivas são decididas em gabinetes e muitas vezes se contrapõem às orientações partidárias para resolução de determinados problemas. Exemplo: diversos movimentos grevistas dos trabalhadores no Serviço Público não tiveram um tratamento adequado pelos comunistas que foram nomeados interlocutores da negociação pelo governo do Piauí.

Os comunistas no governo muitas vezes são porta-vozes de medidas reacionárias e não consultam as bases partidárias sobre di-

versas questões de interesses dos trabalhadores.

Outro aspecto negativo é que essa participação propiciou um crescimento artificializado do partido, houve a elevação da base numérica, mas sem elevação qualitativa, onde o debate, a formação e o estudo ficam secundarizados.

Outro elemento negativo é a tendência de amortecimento da atuação dos comunistas na luta social, pois as massas sempre lutam para obter benefícios negados pelo governo do qual participam os comunistas, que tem de justificar publicamente a demora ou o não atendimento das reivindicações.

A conjuntura posta para o próximo período leva o PCdoB a discutir as formas de alcançar o poder para transformar o Brasil num país socialista.

Fica claro que um dos desafios é corrigir os aspectos negativos e transformar toda e qualquer participação institucional em uma tribuna de aproximação das massas,

mesmo contrariando forças ou grupos aliados.

Outro desafio é determinar os limites das concessões feitas pelo partido na realização de futuras alianças.

As instâncias de debate e decisão do PCdoB devem ter funcionamento regular para poder analisar o tema e tomar a melhor decisão no sentido do crescimento partidário que aponte no rumo da construção da sociedade comunista.

A participação do PCdoB em governos constituído por forças políticas diversas deve servir para ampliar a relação social do partido com setores sociais mais amplos, elaborando propostas que garantam espaços para forças populares, incrementando a democratização da gestão pública, educando o povo no sentido da construção de uma sociedade igualitária.

CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

Albetisa Moreira é do Comitê Estadual do Piauí.

# A construção de uma ética socialista

ANTONIO RANGEL JUNIOR

*"Não acreditamos na moral eterna, denunciamos a mentira de todas as lendas forjadas em torno da moral. A moral serve para que a sociedade humana se eleve a maior altura, para que se desembarace da exploração do trabalho".*

Lenin

**E**m seu processo de formação comunista o indivíduo estabelece uma luta permanente de enorme envergadura. A luta interior contra os valores burgueses inculcados pela classe dominante e introjetados ao longo de toda a vida. Este processo de luta, no entanto, não se dá no campo individual somente, como atitude individual, isolada. É um processo que se desenvolve essencialmente no campo da atividade coletiva, da militância partidária, dos mais singelos momentos de enfrentamento, de luta econômica, às grandes batalhas gerais por objetivos de classe e nacionais e nas relações desenvolvidas entre os comunistas e não-comunistas e entre os próprios camaradas nas fileiras partidárias. Dessa forma, o indivíduo que adentra as fileiras partidárias vai construindo para si, pela experiência individual e coletiva, um novo conjunto de valores morais, um novo padrão de conduta ética, uma nova forma de ver o mundo, uma nova prática. É o que se espera.

Conforme afirmava Álvaro Cunhal "o ideal político comunista é inspirador de uma moral superior. A prática revolucionária dos comunistas é uma escola de elevada educação moral e de formação do carácter" (1985:195) Fundamentado nestas idéias gostaria de chamar a atenção para a questão da disciplina partidária e do processo de crítica e autocrítica desenvolvidos nas teses ao 10º Congresso principalmente nos itens 178 a 183.

A atividade livre do partido, a ausência do tensionamento e vigilância ideológica e disciplinar exigidos pela clandestinidade, a experiência relativamente nova e

ainda incipiente de aglutinar no Partido, amplos segmentos da classe operária e dos trabalhadores, a necessidade premente de participação no parlamento burguês corrompido e corruptor e de uma política de alianças cada vez mais ampla num sistema partidário tão camaleônico, são fatores que têm contribuído significativamente contra a corrente no sentido de segmentar nas fileiras do Partido um verdadeiro espírito revolucionário. Junte-se a isso a dificuldade e a quase ausência durante quase uma década de um plano consistente e organizado de formação teórica revolucionária e poderemos chegar próximo das raízes de muitas das dificuldades do nosso Partido. Isso, em minha opinião é, ao mesmo tempo, causa e consequência, de vários problemas como o liberalismo, a exacerbação de práticas individualistas, a fragilidade e desnível entre os quadros dirigentes e a base e ainda, o pior, entre os próprios quadros dirigentes intermediários em âmbito nacional.

Como desenvolver o espírito solidário nas fileiras partidárias em meio à propaganda imperialista que injeta segundo a segundo doses cavalares da ideologia capitalista? A moral capitalista fundamenta-se na concorrência, competição desenfreada e destrutiva, no egoísmo, na rapinagem, no domínio ilegítimo do mais forte economicamente e no desprezo pelos outros seres humanos. A mentira, a perfídia, a falsidade e a hipocrisia são o seu esteio. Sua solidariedade se traduz na esmola transvertida em ajuda fraterna, a caridade, geralmente fundada em sentimentos de comoção e pena, tão apregoados em nosso país pelo cristianismo. Não tem caráter de classe.

Como desenvolver nas fileiras partidárias o sentimento e a consciência de uma moral superior? Como fazer a emulação estribada na moral revolucionária? Como estimular o desenvolvimento de relações interpessoais e sociais baseadas na generosidade, na isenção, no respeito pelos outros e pela verdade, na coragem no enfrentamento das adversidades, no sacrifício e no heroísmo em nome do Partido e da Classe Operária sem parecer pieguice, doutrinarismo, pregação fundamentalista? Para fazer esta emulação é preciso desenvolver nas

fileiras do partido o verdadeiro espírito proletário-revolucionário, a luta permanente, sem tréguas, contra os vícios da ideologia burguesa, desenvolver no militante o sentimento e a compreensão consciente de que o seu aperfeiçoamento como ser humano, a sua verdadeira opção por ser comunista é resultante de uma opção cotidiana. Ele é um indivíduo igual aos de sua classe, mas com idéias, ideais e práticas mais evoluídas em relação à maioria e pratica a verdadeira fraternidade e camaradagem com os de sua classe e os membros do seu Partido. Ser comunista é algo a ser algo afirmado e reafirmado cotidianamente, como asseverava Diógenes Arruda.

A solidariedade socialista não se baseia em sentimentos de consternação e comoção diante da necessidade e da miséria imposta pelos exploradores ao povo. Assenta-se em nobres sentimentos de classe, forjados na luta contra a opressão e a exploração do ser humano como fenômeno social e, por outro lado, revela-se na força do exemplo como ação individual.

Neste sentido o Partido deve buscar uma sintonia com sua temporalidade, mas não pode em momento algum arrefecer em sua disciplina quando se trata de combater os vícios que podem desfigurá-lo como uma praga numa árvore frondosa subindo pelo tronco e contaminando seus galhos mais tenros e preciosos, que assegurarão sua continuidade e sobrevivência como árvore.

O Camarada Diógenes Arruda afirmava que "a crítica, e só a crítica, do coletivo partidário (grifo meu), ausente de conciliação e amiguismo, porém cheia de calor e camaradagem comunistas, ajuda, alimenta e estimula a quotidiana construção proletário-revolucionária do combatente de vanguarda que deseja honestamente de desenvolver como um autêntico marxista-leninista". Esta experiência dialética precisa ser resgatada e desenvolvida radicalmente em todas as instâncias partidárias.

A consciência comunista somente poderá ser desenvolvida com uma sólida formação teórica e prática. O Partido da Classe Operária precisa permanentemente oferecer aos seus membros novos e antigos, cobrar

de todos, inclusive, uma formação política permanente. Esta deverá acontecer pela inserção do militante em uma organização de base funcionando conforme as necessidades da política e os princípios do marxismo-leninismo e uma formação teórica atualizada, assentada principalmente no desenvolvimento criativo e vivo do socialismo científico. A formação teórica deve estar acompanhada da experiência concreta nos órgãos do Partido, sem a qual torna-se estéril. O PCdoB vem de uma experiência riquíssima de formação política que é o Ciforma. É preciso aperfeiçoá-la e desenvolvê-la, dotando o Partido de uma experiência de formação permanente, acompanhada, centralizada e, ao mesmo tempo, dinâmica, flexível, verdadeiramente dialética.

É possível adotar uma prática socialista na vigência do capitalismo?

Lenin referia-se à luta interna contra os princípios, práticas e vícios herdados da cultura burguesa como uma revolução "mais difícil, mais essencial, mais profunda e mais decisiva que o derrubamento da burguesia". Esta vitória, representada na mudança de costumes e práticas seria uma vitória conseguida sobre "a nossa própria inércia, sobre a indisciplina, sobre o egoísmo pequeno-burguês, sobre os hábitos que o maldito capitalismo deixou de herança". Na busca pela revolucionarização permanente da sociedade é preciso construir, dialeticamente, um processo de revolucionarização permanente dos comunistas, buscar, como afirmava o próprio Lenin referindo-se à necessidade de preservar e primar pela sinceridade na política, a "correspondência, perfeitamente verificável, entre palavras e atos". Eis alguns dos pilares de uma ética socialista. O tema não se esgota.

O PCdoB trilha o caminho justo no sentido de honrar seus ideais de classe e, a despeito das polêmicas sobre as inovações visuais, jamais trairá sua bandeira socialista e revolucionária. Viva o Partido do Socialismo!

Antonio Rangel Junior  
é membro do Comitê Estadual/PB.

## Na internet a luta de idéias é mais importante do que se pensa

PAULO CASSIS

**A**s teses sobre o Partido situam a importância da Internet no debate de idéias. Informações que circulam dão conta de que o número de internautas brasileiros talvez chegue a milhões. Há milhões de sítios e páginas (tradução rebeliana de sites e home pages) na Internet, dezenas e talvez até centenas de milhares em português e originadas do Brasil.

Além dos sítios e páginas há inúmeros instrumentos que podem ser utilizados para a veiculação e o debate de idéias: os fóruns, as listas de debate, os sítios de bate-papo, etc. É fonte de muita informação, inclusive marxista-leninista. Chega a quase cem o número de partidos leninistas (pelo menos assim se consideram) com sítio na Internet, a maioria ao menos com uma versão em inglês. Pode-se acessar diariamente em português ou espanhol notícias diretas de Havana ou de Beijing. Milhares de sindicatos em todo o mundo tem seus sítios. Até o movimento comunitário apresenta em grande número de países centenas de páginas. A notícia em tempo real sempre se faz presente. A música inclusive revolucionária pode ser ouvida e transmitida. Você pode ouvir discursos do próprio Che Guevara ou as palavras finais

de Allende antes de ser assassinado durante o golpe militar no Chile.

Instrumento muito importante são as listas de debate. Muito se discute na Internet. Alguns sítios para listas de debate, como o yahoogroups, proporcionam inclusive espaço para bate papo em tempo real, até com viva voz, gratuitamente, além de manterem arquivadas todas as mensagens, dispensando o seu arquivo próprio caso não tenha espaço ou permitindo que faça pesquisas de opinião. São centenas e talvez milhares as listas políticas no Brasil, onde tudo se debate. Recolhe-se também muita informação não veiculada pela mídia tradicional nas mensagens dessas listas, inclusive da luta popular e revolucionária em todo o mundo.

Tem sido pequena a participação dos comunistas brasileiros nesse debate de idéias. Muitos demonstram incompreensões e limitações que precisam ser corrigidas. O debate das idéias progressistas e revolucionárias não se dá somente dentro do Partido Comunista. Dentro dele debatemos organizadamente nossa linha programática, estratégica e tática, para firmar de forma democrática uma orientação única, a partir da qual definição todo o Partido atua como uma só voz e uma só prática. Mas no debate com a sociedade temos que estar preparados para derrotar todo o tipo de

concepção errônea, sejam da direita, sejam sociais democratas, trotsquistas ou de toda sorte. Não podemos imaginar que as idéias se confundam com as criaturas e que seja impossível o mudar de opinião. Por outro lado em listas de que participam às vezes centenas de pessoas muitos são os que acompanham o debate sem concepção previamente cristalizadas e que podem vir a simpatizar pelas idéias marxistas.

Muitos fogem das listas alegando o acúmulo em suas caixas postais, não dispondo de conhecimento técnico suficiente para saber participar do debate, que pode permitir o recebimento de todas as mensagens diárias numa única mensagem, ou a leitura somente na web (N.R. não encontrei termo em português podem corrigir se tiverem opção). Por exemplo, participo de cerca de cem listas que chegam a cerca de mil mensagens diárias, mas recebo em minha caixa postal algumas dezenas (não mais que 50) diárias; em contrapartida quando resolvo divulgar algum texto importante do Partido ou do movimento progressista, envio até dezenas de milhares de pessoas através dessas listas; caso algum tema me interesse, ou queira saber da repercussão de um texto do Partido que divulguei, através dos instrumentos de pesquisa rapidamente tenho es-

colhidas as mensagens que persigo. Essas as possibilidades do trabalho individual na Internet. Caso organizado o trabalho mais coletivo as possibilidades são de uma imensidão sem fim.

Temos que atuar na Internet objetivando atingir com nossas idéias os milhões de internautas que por lá transitam. Isso requer muita técnica, muita disposição para debater as questões centrais com todas as correntes de opinião, sabendo que dessa forma através do debate com centenas de debatedores (participantes ativos do debate) atingiremos dezenas e centenas de milhares de espectadores (participantes passivos do debate) ou até mais, levando, o que interessa, a nossa opinião, as nossas idéias, as avaliações e propostas de nosso Partido Comunista. Para isso temos que romper com toda estreiteza, todo sectarismo, toda a falta de disposição e até mesmo a preguiça de debater.

É importante um portal que centralize os sítios e páginas comunistas. Mas a atividade dos comunistas não se resume a isso e não pode se resumir a isso.

Paulo Cassis é do Comitê Regional do Distrito Federal.



capacidade de realização e de iniciativa; e disciplina, colocando os interesses do Partido antes dos interesses pessoais.

O Partido precisa definir claramente qual a prioridade para cada quadro:

- a) tarefa de direção do Partido;
- b) tarefa no movimento sindical e popular;
- c) tarefa no Parlamento ou no governo.

É possível e às vezes necessário que um militante tenha duas ou três tarefas, por isso é preciso sempre definir qual a tarefa prioritária.

Também é através de uma política de quadros que dirigimos a construção do Partido e garantimos o fortalecimento das direções.

Os comitês do Partido precisam passar por uma renovação progressiva. É importante formar e promover os quadros mais jovens, futuros dirigentes do Partido. Prepará-los, ou seja, preparar o futuro próximo, é tão importante quanto a luta presente.

É possível promover os jovens mesmo mantendo-os na tarefa partidária de direção da União da Juventude Socialista, UJS, que é uma tarefa de grande responsabilidade. A promoção de quadros mais jovens deve ser feita sem esvaziar a UJS, sem retirar da organização juvenil os seus melhores e mais experientes dirigentes (estes, em regra, deveriam ficar

até os 29 anos). A UJS deve ter uma política de quadros própria.

O critério de compromisso prático com a unidade do Partido deve ser um critério importante para a promoção de quadros. É preciso também o reforço da disciplina no Partido, como condição para que ele cumpra seu papel de vanguarda, mantenha sua unidade e sua capacidade de mobilização e de luta. Disciplina significa ter a consciência da necessidade de um melhor e mais eficiente trabalho prático, ter a compreensão do valor da unidade do Partido e entender a importância do combate às práticas liberais e desagregadoras.

Precisamos trabalhar melhor a construção da unidade do Partido enquanto unidade ideológica, unidade de vontade, unidade política e unidade na ação. Para isso é preciso sistematizar e generalizar os problemas concretos, e encarar esta tarefa com prioridade. As causas concretas da divisão devem ser corretamente combatidas para evitar a descaracterização e para permitir o desenvolvimento do Partido.

*Ricardo Abreu (Alemão) é membro do Comitê Central e da OB da Vila Mariana, São Paulo/SP.*

# Legalidade, direções estaduais e unidade política

NAMY CHEQUER

Os 15 anos de legalidade foram uma experiência única do partido. A legalidade em si já fora uma conquista extraordinária, impusera-se sobre o histórico e crescente reacionarismo de uma elite submissa a um imperialismo que atribui ao Brasil valor estratégico nos seus planos hegemônicos. O partido soube valorizar a legalidade arrebatada num sem número de batalhas que procurou adequar às diferentes fases da luta contra o regime militar. Estruturou-se em todo País, desenvolveu cultura própria no trato com outros partidos e forças políticas. Procurou combinar o obrigatório zelo pela legislação com preservação da inquebrantável honra revolucionária.

O PCdoB legal desafiou um aparente paradoxo: erguer partido em todos os estados, nos marcos da legalidade, não significaria ter que construir relações regionais mais ou menos estáveis com outras forças e, em nome desta estabilidade, eventualmente se defrontar com dificuldades na aplicação das orientações nacionais? Ou seja, como compatibilizar, sempre, as questões estaduais concretas com a orientação nacional? Afinal, no nosso campo, só o nosso partido tem objetivos estratégicos claros, que permitem variações táticas correspondentes às necessidades da realidade, sem que por isso fique desorientado. Todas as demais agremiações convivem com acentuadas diferenças de uma seção estadual para outra. Nós, ao contrário, temos ideologia definida, centro único de decisão e instrumentos para universalização da orientação partidária. Isso, num país onde formação partidária em larga medida é condicionada pela política regional, é um elemento importante para aferir como saldo.

A geração de comunistas que opera o partido no seu mais longo período de legali-

dade tem a responsabilidade de evitar o isolamento ao tempo em que preserva, no âmbito do PCdoB, o controle de nossas próprias decisões políticas. Nos estados, o partido não pode ser transformado em sublegenda de ninguém, sob o pretexto de buscar amplitude política. Nem sacrificar a orientação nacional em função de arranjos locais. Essa preocupação ganha relevo quando já não mais se imagina nosso partido sem sua legalidade e, decorrente disso, a necessidade de estruturação num continente como Brasil. A constatação apresentada nas teses do 10º Congresso de que o investimento na consolidação de direções estaduais começa apresentar resultados confirma a pertinência da questão. O fortalecimento das direções estaduais é a maior garantia de esmero na execução da linha política nacional dos comunistas. Somos não só o mais antigo e experiente partido político do País, mas também o mais genuinamente nacionalizado.

É fundamental que no Brasil exista um partido exatamente como o nosso. Na medida em que a implantação do projeto neoliberal no Brasil segue fracassando, vai aumentando a responsabilidade de um partido com as nossas qualidades. Por ter política nacionalizada o PCdoB tem um papel insubstituível. A compreensão de que não haverá solução isolada para a crise em nenhum estado da federação e a consciência de que só mudanças de rumos no País podem se converter em respostas para os problemas nos estados são patrimônios acumulados pelos comunistas.

O que se passa no Espírito Santo é emblemático, mesmo não sendo aqui um grande centro de definições políticas. Senão vejamos. A privatização, tomada como um dos traços característicos da aplicação do projeto neoliberal no Brasil e no mundo, fez em nosso estado um estrago sem paralelo. É que as maiores empresas eram exatamente as estatais

CVRD, CST, Aracruz Celulose, Samarco Mineração, Escelsa, Telest, e o maior complexo portuário da América Latina. Com a lei Kandir, a maioria não paga mais um centavo de ICMS para o governo estadual. Depois, foram todas reprivatizadas em negócios feitos ao largo do território e dos interesses dos capixabas. Até mesmo o governador só toma conhecimento da mudança de controle delas pela imprensa. Agora, chegou a vez das aquisições das maiores empresas privadas: Chocolates Garoto, terceira maior do Brasil no ramo, está à venda para uma multinacional européia; Braspêrola, maior fábrica de linho do mundo, está sendo comprada por uma empresa italiana; e a Rede Roncetti de Supermercados, a maior do estado e que controlava 46% do mercado foi adquirida pelo Carrefour.

A corrupção, outro importante componente das políticas neoliberais, também instalou-se no Espírito Santo de forma avassaladora. O governador José Inácio (expulso do PSDB e hoje no PTN) perdeu completamente as condições de continuar a frente do executivo estadual, em razão de sucessivos escândalos. O abandono das políticas compensatórias, outra característica do projeto neoliberal, também não está ausente do estado, bem como ainda o arrocho brutal em cima dos servidores públicos. Nem mesmo a desagregação política das bases originais da direita, fenômeno nacional, deixou de se apresentar. Enfim, tal como deve ter acontecido em todos os estados onde o neoliberalismo impôs sua ação, o Espírito Santo é só decepção e revolta, estado de espírito que anima o povo brasileiro.

E é aí que mora o perigo. Surgem logo os salvadores da pátria. As principais lideranças se apresentam para a disputa e não raramente optam pelo discurso mais fácil do combate acirrado às forças situacionistas locais. Muitas vezes abordam a crise superficialmente, tentando mostrá-la como consequência da falta

de qualidades morais e incompetência dos governantes atuais, sem ligá-la à problemática nacional. É neste momento que a intervenção do partido se faz fundamental. Cabe ao PCdoB empreender esforços para que o conjunto das forças oposicionistas assumam a certeza de que o primeiro compromisso de quem pretende governar é com a mudança nos rumos do Brasil. Assim estaremos transformando nossa ação em critério político para a definição das alianças. Na prática estaremos ligando as crises dos estados à crise nacional. E com isso criando oportunidade para que sejam conferidas verdadeiramente as propostas de rompimento com a política neoliberal levada a cabo pelo condomínio de poder que reúne o governo de FHC e o FMI, com ramificações em todos os estados.

Conforme muito corretamente consta das Teses, nenhum partido é vanguarda por auto-proclamação, por definição desligada do contexto. Ele o será se suas proposições não estiverem limitadas ao horizonte mais estreito, circunscrito às esferas estaduais e municipais, por mais importantes que sejam. Será vanguarda se souber explicar e dar sentido maior às lutas do cotidiano. A questão é ligar as contendas secundárias à principal, e esta a concepção de ruptura anticapitalista. A realidade de termos um partido caracteristicamente nacional nos proporciona o reconhecimento como destacamento avançado, faz a diferença. Sobretudo se esse reconhecimento trouxer consigo a responsabilidade intransferível de nos enraizarmos no movimento operário, melhorar à compreensão teórica-ideológica, enfim, sermos a justificativa viva da necessidade da existência de um partido tipo leninista no nosso tempo.

*Namy Chequer é presidente do Comitê Estadual/ES.*

## O tema do proletariado nas teses ao 10º Congresso

NEREIDE SAVIANI

Está em curso, no Partido, a realização do SEMPRO (Seminário Nacional sobre o Proletariado), visando desenvolver estudos e pesquisas de longo alcance sobre O Proletariado Brasileiro Hoje e, de imediato, contribuir para enriquecer os debates do 10º Congresso. Corretamente, sua programação não inclui a discussão das teses, o que se reserva às dinâmicas estabelecidas na estrutura partidária.

Como integrante de um dos grupos presenciais de estudo e tendo registrado as reflexões compartilhadas acerca do texto básico e da bibliografia de apoio, senti-me provocada a

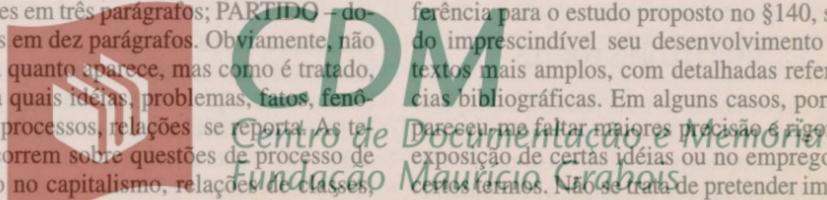
retomar as teses à luz daquele estudo. Desse esforço pessoal resultou o apontamento de aspectos importantes, merecedores de aprofundamento. Resolvi utilizar-me da *Tribuna de Debates* para socializar algumas considerações, ainda preliminares.

Início pelo parágrafo 140, da tese sobre o PARTIDO, que afirma: "Impõe-se um estudo cuidadoso do perfil do proletariado brasileiro, que vem passando por sucessivas modificações". Penso que esta formulação deve transformar-se em Resolução e vejo no SEMPRO um dos meios de contribuir para seu cumprimento.

Mas, o que se entende por proletariado e como este se configura, hoje, nas condições

do capitalismo no mundo e no Brasil? As teses trazem preciosas formulações a esse respeito. Num exercício apenas ilustrativo do emprego dos termos proletariado e proletário, registro seu aparecimento nas teses: SITUAÇÃO INTERNACIONAL - três vezes em dois parágrafos; SITUAÇÃO NACIONAL - três vezes em três parágrafos; PARTIDO - doze vezes em dez parágrafos. Obviamente, não importa quanto aparece, mas como é tratado, isto é, a quais idéias, problemas, fatos, fenômenos, processos, relações se reporta. As teses discorrem sobre questões de processo de trabalho no capitalismo, relações de classes, perspectivas de superação desse regime, papel do Partido nessa superação. Outras "palavras-

chaves" despontam como fundamentais para a conceituação de proletariado: trabalho, força de trabalho, trabalhador, operário, classe operária, classes, frações de classes, luta de classes, movimentos, organizações, entre outras. No geral, elas aparecem em profundas formulações, que, a meu ver, devem ser ponto de referência para o estudo proposto no §140, sendo imprescindível seu desenvolvimento em textos mais amplos, com detalhadas referências bibliográficas. Em alguns casos, porém, pareceu-me faltar maiores precisão e rigor na exposição de certas idéias ou no emprego de certos termos. Não se trata de pretender imprimir às teses o rigor (ou rigorismo?) acadêmico (ou academicista?), mas de explicitar os



pressupostos e princípios que sustentam as idéias defendidas e os rumos traçados.

Devo ainda aprofundar minhas reflexões, mas já adianto alguns pontos da análise até aqui esboçada. Noto que falta precisão, em alguns casos, nas referências e adjetivações a proletariado, classe operária, trabalhadores, com certa confusão ou pouca distinção entre os dois primeiros termos, o último utilizado de forma genérica. Face aos limites deste artigo, não vou transcrever nem comentar passagens que assinalei, mas convido os camaradas a examinar, por exemplo, os parágrafos 44, 45, 46, 81, 91, 93, 115, 116, 120, 137, 140, 143, 175, 180, 186.

As noções de classes e frações de classes também se apresentam, às vezes, de forma genérica e até confusa. Aparecem, indiscriminadamente, os termos: camadas, setores, segmentos, parcelas, forças. Ver, entre outros, os parágrafos 19, 81, 84, 89,

90, 100, nos quais figuram expressões como: "camadas numerosas de pessoas", "camadas intermediária e proletária", "setores sociais dominantes", "segmentos compostos por uma camada minoritária na sociedade", "marginalização de parcelas maiores da população", "forças dominantes". E, ainda, as noções de massas, povo, população, seus adjetivos e derivados: "amplas massas trabalhadoras" - § 44; "massas populares" - § 124 e outros; "conjunto da população" - § 101; "aspirações de seu povo" - § 103; "interesses populares" - § 108 e outros.

Por fim, as menções a trabalho, processo de trabalho e força de trabalho. Sem entrar na polêmica da diminuição ou não do proletariado, registro uma contradição entre as teses SITUAÇÃO INTERNACIONAL e PARTIDO: enquanto uma afirma que o capital "reduz relativamente a força de trabalho

(§18), a outra pondera que a "generalização do trabalho assalariado e de suas formas precarizadas pode indicar a tendência de crescimento do proletariado" (§ 139). Chama a atenção, também, a afirmação de que os comunistas "valorizam o trabalho produtivo contra a exploração e a especulação parasitária ..." (§ 133). Em Marx, "Trabalho produtivo ... é o que - no sistema de produção capitalista - produz mais valia para o empregador ou que transforma as condições materiais de trabalho em capital e o dono delas em capitalista, por conseguinte trabalho que produz o próprio produto como capital". (Produtividade do Capital. Trabalho produtivo e improdutivo, p.391. In: *O Capital*. Livro 4 - Teorias da Mais Valia. Volume 1. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987). Nessa concepção, será possível "o trabalho produtivo contra a exploração" do capital? É certo que Lenin, em *Uma Grande Iniciativa (O-*

*bras Escolhidas*. Volume 3. São Paulo: Alfa-Omega, 1980), fala de produtividade do trabalho em condições de cooperação, mas referindo-se aos sábados comunistas, já no socialismo. Uma vez que a tese está tratando da "construção ideológica do partido revolucionário" na realidade brasileira atual, não me parece adequada aquela formulação.

Considero, no entanto, que os aspectos assinalados neste artigo não comprometem o conteúdo principal das teses, que têm tudo para nortear com firmeza a vida partidária no próximo período. Impõe-se empreender os melhores esforços para garantir seu estudo, visando seu conseqüente cumprimento.

*Nereide Saviani é do Comitê Municipal de São Vicente, do Comitê Estadual de São Paulo e membro da Comissão Nacional de Formação*

## Precisamos nos preparar

JOSÉ VIERA LOGUERCIO

Os traços centrais da realidade social no mundo e no Brasil exigem que a vanguarda marxista eleve a um patamar superior a luta econômica, política e teórica do proletariado.

Para a luta econômica, é necessário compreender um traço particular da crise atual do capitalismo - já é uma crise do neoliberalismo, demonstrando seu fôlego curto e a instabilidade que gera.

No esforço de superar o desastre de 1929, os principais Estados-Nação capitalistas adotaram na economia, embora com regimes políticos diferenciados, o keynesianismo. Ou seja, uma certa participação e controle do Estado sobre a economia. Iniciou e se espalhou um processo de regulamentação econômica. Não evitava a anarquia na produção e as crises cíclicas, mas, como pretendia Keynes, buscava minorar seus efeitos. Este cenário se completava com a presença da URSS (e seu planejamento estatal) e as diversas lutas e conquistas da classe operária em todo o mundo.

Quando da crise dos anos 70 (e a questão do petróleo), as principais potências capitalistas ao invés de adotar um keynesianismo ainda mais radical, com investimentos enormes em infra-estrutura (como em certa medida pretendeu o governo Geisel) e maior controle dos Estados Nacionais sobre a economia, tomaram um caminho inverso, um caminho mais fácil e de lucros imediatos, que se consubstanciou em 1982 nos 10 pontos do chamado Consenso de Washington - o neoliberalismo.

De lá para cá o que se viu foram as privatizações, as desregulamentações, retrocesso nos direitos dos trabalhadores, crescimento das dívidas dos países dependentes, uma redução gigantesca da capacidade global de consumo. Ou seja, uma enorme dificuldade de realização da mais-valia encoberta com a capa de financeirização da economia.

Ora, como foi possível que poderosos países capitalistas da Europa e o Japão, bem

como economias relativamente fortes como as do México, Argentina e Brasil, embarcassem em um projeto que levava a estagnação e recessão econômica?

Parece que a resposta está na política. Diferentemente de outras crises vividas pelo capitalismo no século XX, quando existiam Nações ou blocos de nações, com poderes relativamente equivalentes, esta crise deu-se em um cenário na qual existia um poderoso Estado-Nação Imperial.

Ironicamente não é um "ultraimperialismo" devido a fatores econômicos como previa Kautsky. Mas um Estado-Nação ultraimperialista por fatores extra-econômicos, como assinalava Lenin. Ou seja, os EUA, na década de 90, abocanharam fabulosos super-lucros devido ao seu domínio político. E os últimos acontecimentos apenas trouxeram à superfície, aos olhos do mundo, aquilo que já estava acontecendo nas profundezas.

É evidente que o imperialismo continua sendo fator de guerras, reação em toda linha (supressão de liberdades e direitos dos trabalhadores) e domínio colonial (das nações 'fortes' sobre as 'fracas') como insistia Lenin.

Mas a particularidade da crise atual é o curtíssimo fôlego da solução econômica neoliberal (porque impossibilita em grande escala a realização da mais-valia), ancorada no domínio sem precedentes em termos de capitalismo monopolista de uma única potência: os EUA. É claro em condomínio com sócios menores.

Isto coloca na ordem do dia a luta pela Paz, Soberania das Nações, Democracia e Direitos Sociais, e contra o Hegemonismo. Mas, sobretudo, gera uma enorme instabilidade. Uma instabilidade assim, generalizada em várias regiões do mundo, pode ocasionar, embora ainda numa fase de resistência, o surgimento de situações revolucionárias em lugares que não se imaginava. E o Brasil não está imune a esta possibilidade. Portanto, é uma necessidade que a vanguarda esteja preparada. Do contrário, essas situações não levarão à mudança de sistema.

Tudo isto coloca na ordem do dia novas e velhas questões teóricas. A começar pelo

Sistema de Pensamento no qual está estribada a teoria da vanguarda do proletariado - a dialética hegeliana. É preciso que a vanguarda domine este Sistema de Pensamento para poder abordar e enfrentar com êxito as principais questões teóricas. Sem dominá-lo, como entender, por exemplo, que uma mercadoria - fruto do trabalho social - mesmo perdendo seu valor-de-uso e seu valor-de-troca, continue possuindo valor? E como entender que além do trabalho produtivo e improdutivo do ponto de vista capitalista, há o trabalho criativo do ponto de vista histórico? E como entender, que a circulação capitalista é uma retorta geral na qual quase tudo pode se tornar mercadoria? (Van Gogh jamais pintou para capitalistas, entretanto, qualquer quadro seu pode ser trocado pelo equivalente a de milhares de trabalhadores).

É verdade que a humanidade vive uma onda de irracionalismo. Mas não basta o sistema de pensamento lógico para entender o que se passa. É preciso recorrer àquele sistema que abarca e ultrapassa a lógica - a dialética hegeliana. No enfrentamento dos intricados problemas teóricos de seu tempo, assim fizeram e nos ensinaram Marx, Engels, Lenin e outros revolucionários.

Sem a dialética como entender, por exemplo, que o modo de produção capitalista cada vez mais organiza a parte (várias empresas já utilizam o *just in time*), mas em detrimento do todo (como bem demonstra o apagão). E como entender que o neoliberalismo exacerba a anarquia na produção, o crescimento desigual de ramo para ramo e de região para região, assim como as crises cíclicas próprias do capitalismo?

E como entender que o proletariado é mais numeroso, concentrado e esclarecido (pelo menos do ponto de vista da educação formal), do que em qualquer outro período, porque o capital (leia-se produtividade do trabalho social) é maior, mais concentrado e exige mais conhecimentos que antes?

Sem a dialética como compreender que a vanguarda é necessária exatamente porque não estão dadas no capitalismo todas as premissas do comunismo?

É evidente que a preparação da vanguarda se dá no estudo e na luta, na teoria e na prática. Mas para enfrentar os dias tumultuados que se aproximam é necessário uma preparação especial. Neste sentido, me parece descabido o esforço de diferenciar a vanguarda do proletariado de outras forças. O que nos cabe é saber afirmar sua identidade.

Nosso Partido precisa manter-se na vanguarda da luta de classes, tanto quanto às posições políticas como na capacidade de aglutinar diversas forças e mobilizar as massas. Cinco postulados são indispensáveis:

O Partido não pode perder suas características centrais: um Partido da luta de classes do proletariado, vale dizer, que cultiva a sã ortodoxia marxista e se funde com as massas, em particular com a classe operária.

Um Partido que sabe fazer alianças, sabe não se isolar. O inimigo sempre quer isolar o Partido para melhor atingi-lo e impedir que ele cumpra seu papel de vanguarda.

O Partido é um abandeirado da Nação Brasileira. Defende mais que qualquer outra força ou instituição, a Soberania do Brasil. Compreende que o Socialismo em nosso país terá forçosamente particularidades brasileiras.

O Partido continuará estudando com afinco pois sabe que existem importantes questões teóricas que reclamam respostas. Dentre elas, a própria situação da classe operária na atualidade. O trabalho social atingiu uma produtividade gigantesca, mas alterou o perfil do proletariado. É urgente conhecê-lo em detalhe, pois foi e continua sendo cada vez mais, a classe capaz de dirigir a transição ao socialismo e sua edificação.

O Partido precisa tornar-se FORTE política, ideológica e organicamente. Precisa estar estruturado nos centros vitais da luta de classes. Cuidar da estruturação do Partido é exigência da situação brasileira. Não haverá avanços significativos sem um PCdoB forte.

*José Viera Loguercio é membro do Comitê Estadual do Rio Grande do Sul.*

## A ação de massas do PCdoB e o novo rumo para o Brasil

PAULO LOPES PONTES

A experiência de uma década de implantação do neoliberalismo no Brasil deixou uma trajetória de retrocesso nas múltiplas esferas da vida nacional, aprofundando o ciclo de dependência e colocando na ordem do dia a ameaça de neocolonização. Na

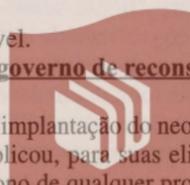
atualidade, torna-se primordial a tarefa de mudar o rumo imposto ao país, rompendo com a atual lógica liberalizante. A profundidade das transformações que o quadro atual requer está a exigir um aumento qualitativo da atuação política das massas, em especial dos trabalhadores, condição esta para a qual o PCdoB é pressuposto indis-

pensável.

**Um governo de reconstrução nacional**

A implantação do neoliberalismo no Brasil implicou, para suas elites dominantes, o abandono de qualquer projeto de reconstrução nacional. Capitaneada pela oligarquia financeira transnacional dos países centrais, es-

sa política teve como resultado o desmonte do Estado Nacional, a desnacionalização da economia, o ataque aos direitos dos trabalhadores, instrumentação para a soberania e proteção nacional, aprofundando as condições de dependência da sociedade brasileira. O ciclo de dependência se aprofunda, trazendo ao país a ameaça de neocolonização.



A gravidade do quadro atual acirra o desgaste do Governo FHC e do modelo neoliberal, criando um clima de mudança entre o povo e abrindo perspectivas de vitória das forças democráticas e populares no pleito eleitoral de 2002. Contudo, o saldo trágico da implantação do neoliberalismo não permite que o possível futuro Governo com essa composição social e política se limite aos marcos da ordem institucional existente (se bem que seja esse o desejo das elites, como fica patente nas iniciativas de "blindagem" da economia, que reduzem o poder do Estado e na "satanização" da oposição, que tem provocado vacilações em setores da esquerda). Longe disso, a realidade atual exige um Governo de Reconstrução Nacional, não para retornar ao quadro pré-neoliberal, mas para dar um novo rumo ao país, na contramão da maré atual, numa perspectiva ainda não experimentada na nossa história.

### Reforçar a ação de massas

A magnitude do desafio e o autoritarismo das elites não farão desse percurso uma trajetória fácil. Como bem assinala o camarada João Amazonas, "quando se sentem ameaçadas, as elites dirigentes não titubeiam em violar a Constituição e erigir governos autoritários. O inimigo não permite o rompimento com a estrutura social e econômica desumana e a libertação do país... Não é possível ver o futuro como uma calmaria" (A Classe Operária, nº 204).

Esse desafio torna-se ainda maior ao considerarmos o atual período de defensiva estratégica, onde predomina os valores

neoliberais, o apoliticismo, o anticomunismo, a ação institucional, apesar do crescimento do sentimento mudancista e das lutas populares.

O caminho que se apresenta é o da construção de um "extenso e massivo movimento cívico, ou de uma campanha com esse caráter - centrada nas forças de esquerda e capaz de unir a maioria da nação brasileira em torno de um programa de reconstrução nacional, de ampliação democrática e de defesa dos interesses populares" (item 108 das Teses do 10º Congresso).

É preciso deslocar o eixo principal da luta para a ação de massas. Mas, o movimento de massas, em particular o movimento operário, em si, espontaneamente, é economicista, particularista, tendo uma ação limitada aos marcos do capitalismo. Daí a necessidade do partido proletário, organização de vanguarda capaz de unir a teoria socialista ao movimento operário, politizando a ação das massas e unificando as aspirações dos trabalhadores em torno da luta pela conquista do poder político e da construção do Estado socialista. Essa organização, no Brasil, é o PCdoB.

### A Construção do PCdoB

A construção do PCdoB é, portanto, tarefa essencial para elevar a um novo patamar a ação dos trabalhadores e das massas com o objetivo da conquista de um Governo de Reconstrução Nacional. Essa construção se desenvolve sob três aspectos: político, ideológico e organizativo.

Se o balanço da atuação do partido nesses 15 anos de legalidade é bastante positivo, de

outro lado, há uma série de debilidades e desafios que precisam ser superados para se combater as "ameaças de descaracterização partidária" e garantir o aumento da influência do partido entre os trabalhadores. O ponto de partida deve ser o espírito crítico e autocrítico, que combata a acomodação e rompa com a atuação nos marcos do possível. Pois, a atuação do partido no curso dos acontecimentos não significa ir a "reboque" dos mesmos.

Quanto à construção política do partido há grande subestimação da ação de massas, que se reflete no descompasso entre a elaboração tática e a sua aplicação pelo conjunto da militância. Ficamos presos ao cotidiano, ao pragmatismo e a tantos outros nocivos "ismos". Importante fator disso é a compartimentalização da sua atuação. Como unificar as lutas populares em torno de um extenso e massivo movimento cívico sem unificar a atuação política do partido? Outro fator dificultador é o desequilíbrio entre a ação institucional e a de massas. Desafio maior é o enraizamento do partido na classe operária, que precisa ser assumido por todo o coletivo partidário.

Na construção ideológica, houve avanços importantes no trabalho de formação, os quais precisam ser aprofundados e atingir um contingente ainda maior de militantes. Contudo, a propaganda junto às massas da ideologia do partido precisa ser feita com mais ousadia (como mostra recente pesquisa que aponta a identificação do socialismo ao PT).

Já na construção organizativa, avançamos no tratamento direto dos seus problemas, através dos planos de estruturação partidária, mas ainda há muito a ser feito. Basta dizer que

grande parte das direções intermediárias funcionam precariamente, além de que um grande contingente de comunistas, muitos dos quais ingressos nos últimos anos, estão dispersos, sem organismo de base, o que representa um enorme desperdício de energia.

É preciso valorizar mais a construção do partido, de forma integrada e completa, enquanto instrumento indispensável à superação do capitalismo. Essa deve ser a tarefa primordial de todo o militante comunista. Para tanto, se faz necessária a adesão consciente de cada um a esse esforço (militantes e, em boa parte, quadros), o que requer um grande debate ideológico no interior do partido, armado da mais tenaz crítica e autocrítica marxistas, capazes de remover os obstáculos ao crescimento do PCdoB.

A construção do partido proletário é necessidade da luta do nosso povo e para o fortalecimento do movimento de massas, em especial do movimento operário, com vistas à derrota histórica do neoliberalismo. "Nas condições do Brasil atual, a proposição de um governo de reconstrução nacional, constituído por amplas forças democráticas e populares, se insere nessa perspectiva antiimperialista, podendo se aproximar do objetivo maior conforme o papel e a dimensão da hegemonia que vier a ocupar o Partido Comunista do Brasil e as correntes de esquerda mais consequentes e o nível de organização alcançado pelos trabalhadores e as demais camadas do povo no desenvolvimento da luta antineoliberal" (item 115 das teses do 10º Congresso).

Paulo Lopes Pontes é membro do Comitê Universitário de Salvador/BA.

# Desmistificar o anticomunismo

ALEXANDRE CRUZ

Claramente as resoluções do 9º congresso mostram a sabedoria e a coerência em que o partido prossegue na sua luta histórica, com êxitos incalculáveis.

Prova de um partido de quase um século, que rompe as barreiras do esquecimento e chega forte e decidido, em sua intervenção, em pleno século XXI.

A atual conjuntura recoloca a bandeira do nosso último congresso; dá-lhe UNIÃO DO POVO, até mesmo porque nos encontramos agora, num leque maior de forças de oposição - lembrando que quanto maior a oposição, maior a dificuldade da unidade. No conjunto das forças de esquerda terá o PCdoB principal papel de aglutinar o maior número de forças em torno de uma candidatura popular de massas, ampla e ativa, para retermos o projeto neoliberal. Ou será que contamos com a barbárie?

Mas tratemos de outros aspectos. Nós, Comunistas, sentimos na pele o ataque da repressão ideológica dos imperialistas e burgueses! Estes sim usam da lavagem cerebral para deturparem a verdadeira intenção dos comunistas para com os povos de todo o mundo.

Por conta destes fatos, atribuo a atenção

deste artigo no que diz respeito à nossa IDENTIDADE POPULAR. É isso mesmo, identidade popular: como a grande massa entende e reconhece o Partido, principalmente, analisando as expressões que, por ventura, não nos são favoráveis. A Guerra Fria, como sabemos, foi a principal chaga para o desencadeamento da teoria e o movimento anticomunista. Apesar de nossos esforços, nos encontramos em grande desvantagem do ponto de vista numérico de meios para o esclarecimento popular. Vejamos algumas expressões hostis que colaboram para o avanço do ANTICOMUNISMO:

- A COISA TÁ RUSSA!
- ESSES CARAS COMEM CRIANÇINHAS!
- É SÓ LEVAR SABÃO E XAMPU QUE VOCÊ PASSA BEM EM CUBA!
- VOU TER QUE DIVIDIR MINHA CASA COM MENDIGOS?
- OS COMUNISTAS NÃO ACREDITAM EM DEUS!
- O PARTIDO DO ESCOVÃO; SÓ DE LAVAGEM CEREBRAL!
- A FOICE E O MARTELO SÃO SIMBOLOS SATÂNICOS!
- FERNANDO HENRIQUE ?! AQUELE COMUNISTA!

Bem, faremos outras suposições interligadas à nossa conjuntura atual, já apontando as eleições federais e estaduais. Supondo a vitória parcial do bloco de esquerda no 1º turno (bloco este tencionado pelos comunistas), compreendemos que entraremos com reais chances de levar as eleições no 2º turno, momento este que vai polarizar oposição e situação de fato. Momento também de assegurarmos a garantia de conseguir governar (será que deixarão a esquerda governar?). Teremos, então, um novo desafio: o de compreender e valorizar a nossa identidade, pois os ditos ALIADOS HISTÓRICOS, aqueles que nos chamam de ALIADOS NATURAIS, se tornarão os novos INIMIGOS HISTÓRICOS.

Detalhe: estes propagam o anticomunismo, tanto quanto os neoliberais.

Venho através deste artigo, discutir com o conjunto dos companheiros do partido, o que já sentimos no dia a dia da luta, nos sindicatos, nas entidades populares, nos parlamentos, nos bares, enfim, no cotidiano, o que é este massacre ideológico sem fundamento e sem conteúdo histórico (ou algum camarada nunca foi confundido com um petista, terrorista ou ateu?).

Creio que devemos, junto à agitação

e propaganda e à juventude em toda a sua ala cultural e científica, estruturar um calendário nacional, numa campanha de desmistificação dos comunistas, em sua história; em suas músicas; em suas conquistas; em suas intervenções e hoje, mais do que nunca, nos cursos de formação para massas, através de vários informativos (1 jornal por OB), valorizando o debate de uma candidatura própria (para diferenciarmos as nossas propostas e o nosso programa), e promovendo debates de temas ousados (religião, política, ciência).

Mudar o conceito popular é apontar a verdadeira alternativa de sociedade. Ou é melhor a opinião pública relacionar os comunistas aos sociais democratas?! Ou será depois mais fácil mudar estes conceitos no governo social democrata ?!

Valorizar nossa identidade, será tão importante como detectar os fenômenos sociais e como as dar respostas de ação. Viva a nossa identidade, viva o nosso congresso, viva o Partido Comunista do Brasil !!

Alexandre Cruz (Animal) é da base Campo Grande-Gonzaga/Santos-SP.

# Revolução e socialismo já!

CHRISTIAN KRAMBECK

Estamos num momento de encruzilhada histórica para o país e talvez para o mundo e o Partido Comunista do Brasil tem o dever de avaliar qual o seu papel nas transformações que se aproximam, sob pena de continuar atuando como coadjuvante na política nacional e no cenário da América Latina. Não adianta, para nos sentirmos um pouco melhor, alegar que o Partido é o único que mantém coerência programática, combatividade e a crença no socialismo, além de ter uma bela história pois, com quinze anos de legalidade, crescemos muito pouco e não é possível esperar mais cin-

quenta anos para que o PCdoB simplesmente figure entre os maiores partidos do Brasil.

Devemos aproveitar a realização do 10º Congresso para fazer uma avaliação dura e profunda da construção partidária neste período de legalidade. De forma fraterna devemos fazer e aceitar as críticas serenamente e sempre com o objetivo de corrigir os erros e não só achar culpados.

Não podemos mais perder tempo com elogios e adulações, longos e penosos protocolos e principalmente com análises e diagnósticos relativos e otimistas, precisamos encarar que não tivemos o êxito necessário na luta pelo socialismo. É o momento de identificar o

nosso objetivo principal, que deve ser a construção do socialismo através da revolução liderada com pulso firme pela classe trabalhadora, sem pudores, purismos e resquícios de comportamentos baseados na ética burguesa. Dentro dessa perspectiva é nossa responsabilidade histórica dar o murro na mesa e conduzir nosso partido para junto dos trabalhadores, sendo sua vanguarda no processo revolucionário e traçando estratégias e táticas para a tomada do poder o mais rápido possível, já que o tempo está do lado do capitalismo.

Muitos falam no fim da história, no predomínio do capitalismo e do individualismo, falam ainda que o comunismo está superado e os comunistas são dinossauros e atrasados.

Será que estão certos? A veracidade dessas palavras está intimamente ligada a nós, comunistas, dependendo fundamentalmente de nossas crenças e atuação. Se somos comunistas para integrar um partido político de esquerda como outro qualquer, a fim de disputar o poder através da via institucional seguindo as regras do sistema burguês, então a resposta é sim, o comunismo acabou.

Em contrapartida se atuamos na organização dos trabalhadores fazendo brotar sua consciência de classe, se estudamos permanentemente e profundamente os clássicos transportando seus conceitos para a realidade com a convicção de que o marxismo não é uma doutrina de puro alcance acadêmico, reti-



rando suas conclusões da marcha objetiva da sociedade, inclusive da prática das lutas sociais orientando as transformações sociais então a resposta é não, estamos vivos e lutando até a vitória, sempre!

Camaradas, é hora de tomar o poder das mãos sujas da burguesia, vamos para o 10º Congresso do Partido Comunista do

Brasil com propostas radicais e firmes, vamos com coragem e tranqüilidade para defender um novo projeto para o Brasil, um modelo de sociedade socialista construída através da verdadeira revolução dos trabalhadores, onde devemos destruir todos os vestígios do Estado burguês e sua estrutura de poder e opressão. Não devemos nos

iludir achando que é possível reformar o capitalismo, como muitas correntes de esquerda acreditam, algo que tem como pressuposto principal a exploração da força de trabalho, a mais valia, o consumismo e o individualismo não pode ser reformado, deve ser destruído para que toda a humanidade tenha acesso ao que a natureza

oferece em abundância e o homem transforma e produz, sem uma única exceção. Isto deve ser compromisso de todos os cidadãos.

*Christian Krambeck é membro da Direção Municipal de Blumenau/SC.*

# Novas tecnologias e divisão do trabalho

ROQUE ASSUNÇÃO DA CRUZ

**E**m sua notável caracterização do capitalismo, o Manifesto Comunista de 1848 já assinalava a vocação desse sistema para revolucionar constantemente as forças produtivas. "Tudo que é sólido se desmancha no ar". A concorrência entre capitalistas e a permanente contradição com o trabalho coloca o capital em ininterrupta tensão – obriga-o a transformar métodos, técnicas, máquinas e processos industriais, produzindo mais-valia relativa.

Durante parte do século XX chegou-se a pensar, contudo, que o sistema capitalista poderia afinal ter encontrado, ao menos sob certo ângulo, uma espécie de platô no qual permaneceria estabilizado. O conjunto de procedimentos industriais enquadrável sob a denominação de taylorismo parecia corresponder ao modo de organização do trabalho inerente ao capitalismo e, na condição de ponto de chegada de uma evolução, passaria a acompanhar a existência do capitalismo como uma marca definitiva.

Não foi preciso mais que duas décadas desde o final da II Segunda Guerra Mundial, para que surgissem sinais de que o capitalismo começava a produzir modificações também nesse campo. O Japão, premido pela concorrência com os EUA, impossibilitado de obter vantagens pela via da ampliação da produção em escala, começou a elaborar certas inovações, inicialmente sob a forma de novas tecnologias de estoques, foi possível alcançar vantagens na concorrência pela via da diversificação dos produtos.

Posteriormente, uma inovação bem mais marcante iria incidir sobre o rumo dessas mudanças. O uso da microeletrônica criaria a base técnica adequada ao desenvolvimento desses padrões flexíveis de produção. As tecnologias organizacionais ("ilhas" de produção, qualidade total, entre outras), iriam encontrar uma base técnica mais ajustada às tecnologias de automação flexíveis: máquinas reconversíveis à base do complexo microeletrônico, anunciando para o velho taylorismo, já numa faixa visível do horizonte, a sentença da sua superação.

Essa flexibilização abre sobre o nosso tempo novas possibilidades para o avanço das forças produtivas: primeiro, porque permite encerrar os motos na utilização das máquinas, transformando-os em tempos produtivos; segundo, porque viabiliza a reprogramação da maquinaria com enorme rapidez, elevando a novas dimensões a diversificação da produção e a possibilidade de atendimento imediato às demandas mais específicas e mais individualizadas: algo inimaginável dentro dos padrões rígidos que caracterizaram durante um tempo histórico a produção em bases eletromecânicas.

Com os equipamentos de automação flexíveis, uma instalação básica elementar passa a admitir incontáveis alternativas de reprogramação; a produção sob encomendas ganha um novo significado, gerando-se a possibilidade de uma integração muito estreita entre o demandante (até individual) e a capacidade de pronto atendimento por parte do complexo produtivo.

Tendencialmente vislumbra-se a necessidade de um outro tipo de formação ou capacitação técnica dos trabalhadores, na medida em

que venham a disseminar-se as exigências de um preparo mínimo para operar as instalações básicas, e de uma simultânea capacidade para operar as reprogramações subseqüentes.

Em síntese, a chamada terceira revolução industrial, em curso nos países capitalistas centrais na atualidade, traz pelo menos duas conseqüências, se analisada sob o ângulo aqui proposto:

1) introduz tecnologias flexíveis e, nessa medida, aproxima de tal forma a estrutura da produção das demandas sociais (e individuais) que torna realista admitir-se a possibilidade de uma futura "volta" (num sentido dialético, como superação, em nível superior) ao sistema de encomendas artesanais;

2) combina instalações básicas com a prerrogativa de sua reconversão ou reprogramação, tendo em vista a elaboração dos mais diversos produtos; em conseqüência, passa a exigir trabalhadores com preparo bastante distinto do trabalhador taylorista. Enquanto tendência, introduz a exigência de uma formação básica generalista associada a uma capacidade de criar adaptações especializadas de modo a viabilizar a diversificação produtiva.

## Marx e Engels

Deixemos de lado, agora, o terreno no qual nascem essas transformações, quer dizer, a sociedade capitalista, e coloquemos a discussão no terreno abstrato de uma futura sociedade socialista avançada. Questionemos, assim, as repercussões que tais mudanças já em curso nas forças produtivas da sociedade podem provocar sobre certos axiomas marxistas relativos à futura sociedade.

Por exemplo: uma das passagens da obra *A Ideologia Alemã* de mais forte apelo utópico é aquela na qual Marx e Engels associam o comunismo ao fim da divisão natural do trabalho. Essa última (a divisão natural do trabalho) seria produto da sociedade de classes, permaneceria durante o socialismo apenas como herança em extinção, mas seria definitivamente superada na etapa superior do comunismo. Textualmente: "Com efeito, desde o momento em que o trabalho começa a ser repartido, cada indivíduo tem uma esfera de atividade exclusiva que lhe é imposta e da qual não pode sair; é caçador, pescador, pastor, ou crítico e não pode deixar de sê-lo se não quiser perder os seus meios de subsistência. Na sociedade comunista, porém, onde cada indivíduo pode aperfeiçoar-se no campo que lhe aprouver, não tendo por isso uma esfera de atividade exclusiva, é a sociedade que regula a produção geral e me possibilita fazer hoje uma coisa, amanhã outra, caçar de manhã, pescar à tarde, pastorear à noite, fazer crítica depois da refeição, tudo isto a meu bel prazer, sem por isso me tornar exclusivamente caçador, pescador ou crítico".

Mesmo em momentos nos quais os escritos de Marx eram assimilados incondicionalmente, essa passagem de *A Ideologia Alemã* era aceita com alguma dificuldade. Dado o próprio método materialista, que vincula as visões do futuro às tendências já visíveis no presente, uma previsão como essa podia sugerir uma mera ficção. Marx, por certo, pôde sentenciar essa caracterização do futuro porque discorria em alto grau de abstração, projetando para a futura sociedade sem classes aquilo que, em níveis baixíssimos de condições materiais, teria e-

xistido nas precedentes comunas primitivas. Sua base de sustentação era, aparentemente, as formas econômicas rudimentares do passado e não o presente concreto do capitalismo, uma vez que, em meados do século XIX, não se encontrariam fatos para respaldar semelhante incursão sobre o futuro.

Porém, depois de mais de cento e cinquenta anos de escrita *A Ideologia Alemã*, as transformações em curso no interior da sociedade capitalista nos permitem reavaliar o problema, considerando as forças produtivas hoje disponíveis e os respectivos horizontes por elas abertos. O extraordinário desenvolvimento tecnológico havido no decorrer desse século e meio nos coloca num patamar de tal modo elevado que, já ao se observarem as tendências em andamento diante de nós, torna-se intuitivamente admissível, enquanto perspectiva, a utopia comunista da divisão voluntária do trabalho.

Está óbvio que as tecnologias de automação flexível estão ainda nascendo e imensas mudanças ainda precisariam ocorrer para tornar a divisão voluntária do trabalho algo concreto. O que importa ressaltar, no entanto, é que a possibilidade do referido cenário futuro passa a encontrar respaldo embrionário (concreto) nos fatos atuais. O domínio coletivo sobre os conhecimentos básicos e a possibilidade de desenvolvimento desses conhecimentos para atender às necessidades das reconversões tecnológicas rápidas, abre (em tese) um cenário para a realização da utopia comunista: quando a sociedade regulará a produção geral e permitirá ao trabalhador individual variar suas atividades ao seu bel prazer.

## A planificação e o comunismo

O fracasso do socialismo soviético deu grande impulso ao questionamento à própria viabilidade da planificação econômica. A disfunção generalizada da planificação soviética estava diretamente ligada à burocratização do Estado, ao estabelecimento de um centro tutelar que interpretava as necessidades sociais e, pela via da estimativa, ou sob a inspiração de interesses particulares da própria burocracia, as traduzia no Plano.

Uma das vertentes de crítica à experiência soviética, apoiada no marxismo clássico, contrapunha à planificação burocrática e tutelar a planificação social. Mas, no embate com os áulicos do capitalismo, a defesa da eficácia da planificação social parecia perder argumentos capazes de aceitação intuitiva sempre que esses críticos levantavam uma tese inspirada no senso comum: o atendimento às demandas sociais pelo Plano Econômico seria impraticável exatamente pelo fato de serem essas demandas, por natureza, mutáveis e inúmeras (portanto, não enquadráveis em qualquer Plano prévio).

O debate esteve, pelo menos até os últimos anos 70, às vésperas da crise final da URSS, ceceado por força de uma circunstância histórica: não havia, então evidências concretas que pudessem ilustrar a oportunidade da planificação social. A defesa da planificação alternativa aparecia como postulado ideológico, como credo, sem no entanto encontrar bases empíricas de fácil demonstração. Embora parecesse óbvio que o Plano deveria ser traçado a partir das necessidades

sociais e não a partir das estimativas da burocracia, restava esclarecer de que modo as necessidades sociais poderiam revelar-se a tempo para lograr sensibilizar a parafernália produtiva e promover com eficiência os efeitos esperados.

Oskar Lange observou certa vez (O computador e o Mercado) que cabia ao computador fazer no socialismo aquilo que o mercado faz na sociedade capitalista: a informática daria consistência à mão visível dos planejadores, cruzando as inúmeras demandas sociais com os insumos produtivos disponíveis. Ainda assim, permanecia um cenário complicado para a planificação socialista, dada a rigidez do aparato da produção. Cada mudança na demanda social exigiria tempo até que o complexo de máquinas disponíveis pudesse receber os sinais indicadores das novas demandas e, o que é mais importante, até que pudesse se reaparelhar para atendê-las, superando o obstáculo decorrente do caráter mutante e do dinamismo das necessidades humanas.

As inovações que o capitalismo cria na atualidade, ao introduzir na cena tecnologias de automação flexível, admitem (em tese), no entanto, uma recuperação, em nível altamente superior, dos antigos processos de produção artesanal. O atendimento às encomendas pode atingir o nível de personificação que, no passado, marcava os produtos dos artesãos. Uma imagem algo fantástica de um futuro possível insinua-se no horizonte, onde um complexo industrial altamente desenvolvido poderá ser capaz de atender rapidamente às mais detalhadas e variadas demandas individuais.

Concluímos com a consideração de que a planificação social pode, portanto, ser vislumbrada como eficaz por conta dos embriões atuais das novas tecnologias, atribuindo mais um toque de realismo a diversas teses marxistas acerca do comunismo: sobretudo, as tendências em desenvolvimento dão nova base material às teses sobre a planificação econômica e – para retomarmos a *A Ideologia Alemã* – permitem um novo ângulo através do qual se pode reler a clássica passagem de Marx e Engels quanto à futura divisão voluntária do trabalho.

Assim sendo, neste início de século e novo milênio, e por mais de cento e cinquenta anos depois de escrita, nada mais adequado do que reafirmar a inteligência daquela célebre evocação do futuro. Vale repetir: "...Na sociedade comunista, porém, onde cada indivíduo pode aperfeiçoar-se no campo que lhe aprouver, não tendo por isso uma esfera de atividade exclusiva, é a sociedade que regula a produção geral e me possibilita fazer hoje uma coisa, amanhã outra, caçar de manhã, pescar à tarde, pastorear à noite, fazer crítica depois da refeição, tudo isto a meu bel prazer, sem por isso me tornar exclusivamente caçador, pescador ou crítico". (Marx e Engels, 1845).

Estudar e compreender a necessidade de aprofundar e desenvolver a ciência marxista é uma tarefa fundamental dos defensores do novo homem e da nova mulher, e do verdadeiro humanismo calcado no socialismo científico que sem sombra de dúvidas derrotará a barbárie do capitalismo.

Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

Roque Assunção da Cruz (Tarugo)  
é militante operário em Salvador/BA.

## FORMAÇÃO

# Finanças – desafio ideológico, político e econômico

RONALD FREITAS\*

No 9º Congresso do Partido foi feita uma Intervenção Especial sobre o Trabalho de Finanças, cujo conteúdo tem sido a linha orientadora do trabalho nessa frente. Nela buscamos diagnosticar a situação, estabelecer fundamentos e apresentar propostas no rumo de uma Política de Finanças que fosse ao mesmo tempo uma consequência de nossa política geral e também um fator ativo em sua implementação. Desde então temos buscado dar um tratamento orgânico-partidário à questão das nossas finanças, que eram vistas e tratadas de forma muito secundária.

Procuramos estabelecer os fundamentos político-ideológico-organizativos do trabalho de finanças e partimos para uma intensa atividade de propaganda em torno do tema. Distribuímos aos membros do Partido um carnê personalizado para que eles contribuíssem sistematicamente com o Partido. Essa ação teve uma expressiva repercussão no meio partidário.

No Partido não havia a prática e a discussão da “questão de finanças” como um problema político. As questões relativas à manutenção material do Partido (de como pagava a suas contas ou de como conseguiria recursos para pagá-las) não entravam na pauta de discussão da absoluta maioria das direções. As bases dessa situação eram, e em larga medida continuam sendo, uma atitude espontânea e voluntarista. Envidamos esforços no sentido de politizar a tarefa de finanças e de introduzi-la na pauta de discussão das direções partidárias em todos os níveis. Ao mesmo tempo colocamos ao alcance de cada militante um sistema seguro e eficiente de contribuição.

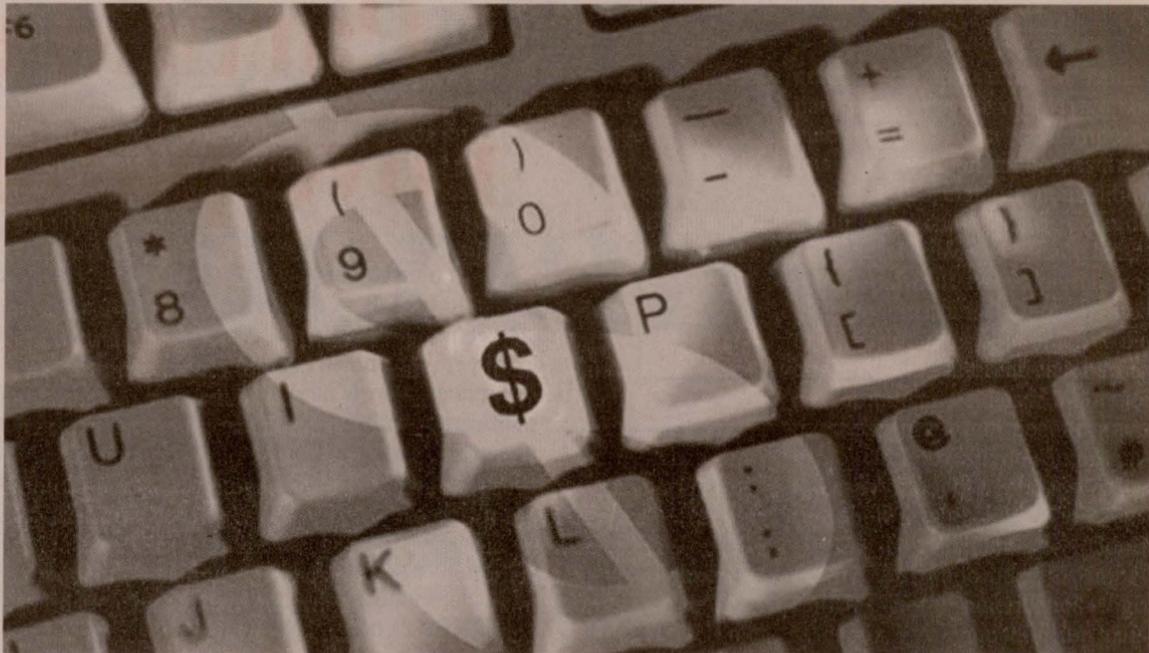
Foram realizados quatro En-

contros Nacionais de Finanças e vários Encontros Regionais. O problema foi discutido no Comitê Central e estabelecemos normas que vinculam a participação plena do membro do Comitê Central em suas reuniões a estar em dia com a sua contribuição partidária. Tudo isso fez parte do processo para engajar o Partido na construção de um Sistema de Finanças capaz de garantir suas condições de existência de forma auto-sustentada. O assunto está sendo progressivamente assimilado como tema político relevante pela maioria dos membros das direções.

A elaboração dos Planos Integrados de Construção Partidária decorreu da ação conjunta das comissões nacionais de Organização, Propaganda, Formação e Finanças. Isso permitiu um amplo e seminal trabalho de discussão com o Partido. As tarefas de construção orgânica passaram a ser tratadas como atividades conjuntas das quatro comissões nacionais e procurou-se difundir e infundir na militância a compreensão e prática de que ser militante exige as atitudes de ATUAR, ESTUDAR, DIVULGAR e CONTRIBUIR. A tarefa de Finanças foi assumida no mesmo patamar do que as demais, realçando a sua importância política.

No combate ao amadorismo e no enfrentamento da necessidade de profissionalizarmos a tarefa de finanças construímos um eficiente serviço de controle e recepção das contribuições, que nos permite informar a cada Estado o membro que contribui, com quanto e de que maneira o faz.

A luta pela construção de uma base material a altura do nosso Partido exige por parte das direções a montagem de um Sistema de Finanças que, tendo por base a Contribuição do Militante, desenvolva amplas finanças de massas, realize atividades de captação en-



tre amigos e simpatizantes, conte com a contribuição de parlamentares e demais detentores de cargos por indicação partidária e arrecade recursos no curso da luta política.

Hoje a questão de finanças está fundamentalmente incorporada à agenda das direções e tem havido um movimento no sentido de ampliar essa discussão com a militância. No terreno organizativo foram constituídos vários Comitês Estaduais de Finanças e alguns municipais. Inicia-se um processo de planejamento integrado de contribuição, estabelecendo metas de novas filiações, realização de cursos, divulgação de materiais e contribuições financeiras, racionalizando o trabalho do Partido. Hoje não há resistência ao Sistema Nacional de Contribuição Militante (Sincom). Ele é um fato político constante da vida partidária e um elemento aglutinador da discussão e prática da construção de uma política de finanças no Partido. Mas do ponto de vista financeiro e orgânico os resultados obtidos deixam muito a desejar – o núme-

ro de contribuintes continua pequeno.

Muito está por ser feito. É fundamental que os dirigentes partidários, em todas as instâncias, contribuam financeiramente com o Partido. Deve haver rigor na exigência de o dirigente estar em dia com suas contribuições para participar plenamente das reuniões, evitando que essa decisão seja banalizada.

Os avanços na politização e profissionalização da Frente de Finanças ainda são limitados e enfrentam na visão idealista em relação à questão das bases materiais do Partido um freio expressivo que necessita ser compreendido e superado. A questão de finanças é parte do processo de construção orgânica do Partido e também é um expressivo elemento explicitador da real compreensão que temos do quadro político do país e de nossa linha de intervenção nesse cenário. A luta de resistência ao neoliberalismo, além de nos privar de aliados que nos ajudem no terreno financeiro, tem exigido do Partido uma inter-

venção política de razoável sofisticação técnica e significativos gastos operacionais. Se as direções em todos os níveis e os quadros mais destacados não se empenharem na construção de uma política de finanças que supra nossas necessidades será uma demonstração de idealismo diante da luta, uma manifestação de oportunismo na ação dirigente.

Fazer política no Brasil é muito caro. São programas de TV; edição de jornais e revistas; viagens de assistência e acompanhamento; viagens de representação internacional; encontros nacionais por áreas de atuação; reuniões do Comitê Central e a realização de congressos. Cada atividade exige recursos. Limitarmos sua realização por insuficiência de fundos denota uma debilidade que exige empenho, interesse e participação do conjunto partidário, mas com destaque para a direção e mais ainda para os dirigentes mais destacados.

\*secretário de Finanças do PCdoB

## Comunistas soteropolitanos discutem desdobramentos da crise internacional

EGBERTO MAGNO

Mais de 300 pessoas, entre militantes e simpatizantes do Partido, professores, estudantes, líderes sindicais e membros da União da Juventude Socialista (UJS), lotaram o auditório da Fundação Visconde de Cairu, no dia quatro de outubro, quinta-feira à noite, em Salvador, para participar do debate entre o vice-presidente do PCdoB, Renato Rabelo e o professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Ufba, Muniz Ferreira, sobre “A conjuntura internacional”, particularmente os desdobramentos dos atentados terroristas que atingiram dois dos maiores símbolos do imperialismo norte americano, o World Trade Center e o Pentágono, em Nova Iorque e Washington, respectivamente. O evento foi parte da programação de atividades relaciona-

das ao 10º Congresso do PCdoB. A mesa dos trabalhos, composta pelo presidente estadual do PCdoB e vereador de Salvador, Daniel Almeida, pela deputada estadual do partido, Alice Portugal e pela professora aposentada da Ufba e dirigente do PCdoB no estado, Loreta Valadares, foi dirigida pelo presidente do partido na capital, Geraldo Galindo.

No início de sua intervenção, Renato Rabelo afirmou que os comunistas condenam o terrorismo como método de luta política “porque transformações sociais mais profundas só serão possíveis com o envolvimento das amplas massas populares”. Para ele, os atentados do dia 11 de setembro expuseram ao mundo a atual situação internacional em que se exacerba o hegemonismo norte americano nos terrenos político-diplomático, econômico e militar.

Ainda segundo Renato Rabelo, os ataques anunciados pelo governo de George W. Bush, em represália ao terrorismo, têm como real interesse a ocupação de uma estratégica região do planeta, a Ásia Central (o Afeganistão faz fronteira com a China). “Não somos ingênuos. O objetivo dos Estados Unidos é conter o avanço da China que, diferentemente dos países que seguem a cartilha do FMI, cresce a passos largos. O que eles buscam é a ampliação do seu domínio, ou seja, do mundo unipolar”, afirmou Rabelo.

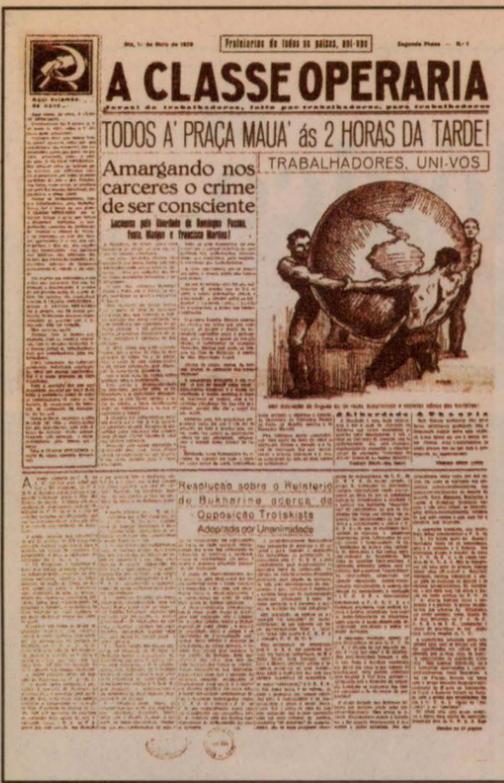
Já o professor Muniz Ferreira, para quem o “PCdoB dá sinais de vitalidade e capacidade de articulação com a sociedade ao realizar debates como esses no processo do seu 10º Congresso”, acredita que os atentados de 11 setembro trouxeram novidades no quadro da geopolítica internacional e ex-

pôs a existência de contradições entre os países centrais e periféricos do capitalismo, que se expressam na desigualdade social e na hierarquização entre esses países. Para Muniz, “os Estados Unidos vêm intensificando seu hegemonismo no planeta. O resultado é o seu isolamento em questões importantes como o não acatamento do tratado de Kyoto e sua retirada da Conferência anti-racista, na África do Sul, recentemente”. O professor Muniz Ferreira acredita também que o governo norte americano toma decisões e adota ações que ferem as regras do direito internacional, secundarizando organismos como a Organização das Nações Unidas (ONU) no que se refere ao ordenamento e ao concerto entre as nações.

Após o debate, Muniz Ferreira e Renato Rabelo foram entrevistados pelo jornalista Maurício Grubios.

acentuaram que existem saídas para o impasse em que vive a sociedade capitalista contemporânea. Na opinião de ambos, está em processo a formatação mais nítida de um amplo movimento, liderado pelas forças progressistas e avançadas, partidos de esquerda, governos soberanos e movimentos de várias matizes cujo objetivo é a busca de uma alternativa à barbárie capitalista. “É nesse ambiente que se insere a luta por um novo rumo para o Brasil, de rompimento com o modelo neoliberal”, disse Rabelo.

O vice-presidente do PCdoB finalizou dizendo que “Os imperialistas norte americanos logo atacarão o Afeganistão, um país arrasado, que não tem o que ser destruído. O saldo trágico será a morte de milhares de pessoas”. Três dias depois, no domingo, o ataque se consumou.



Nonon

# Fortalecer o jornal comunista, colocar o Partido em novo patamar

No curso dos trabalhos do 10º Congresso do PCdoB, **A Classe Operária**, órgão central do Partido, alcançou a meta de tiragem estipulada para este ano: 20 mil exemplares. Neste número estamos publicando a última edição da *Tribuna de Debates* do Congresso.

País continental, de enormes dimensões geográficas e diferenças regionais, o Brasil não tem tradição de um jornal impresso de caráter nacional, inclusive pela dificuldade de noticiar o que acontece em cada Estado e de distribuir a publicação. Para o Partido Comunista, por seu objetivo (organizar a vanguarda do proletariado e a aliança operário-camponesa e estabelecer a ampla união das camadas populares e progressistas visando construir o socialismo), existe a necessidade de divulgação nacional de sua linha política e de unificação das lutas em que atua. A Classe tem se empenhado nessa tarefa, apesar das inúmeras interrupções em sua periodicidade ao longo de seus 76 anos de existência. Muitas dessas suspensões de circulação deveram-se à repressão política e à falta de liberdades democráticas no país. Em algumas ocasiões, porém, as interrupções ocorreram por dificuldades econômicas. Mesmo quando o Partido teve condições de manter publicações voltadas para setores mais amplos da sociedade, como os jornais de massa (a *Tribuna Operária* foi a mais recente), **A Classe Operária** continuou insubstituível no seu papel de órgão central, unificador político dos comunistas; elo de ligação direta entre o Comitê Central e os militantes das mais variadas regiões deste país gigantesco.

Desde maio de 1997, **A Classe Operária** vem sendo publicada com pelo menos uma edição por mês. Seu papel como transmissor das análises e orientações do Comitê Central para o coletivo partidário e de unificador da ação política comunista é imprescindível. O PCdoB utiliza também outras formas e instrumentos de comunicação, como os programas de rádio e TV, as publicações das instâncias regionais e locais do Partido, boletins e informativos de parlamentares etc. Porém esses veículos não substituem e nem cumprem o papel do órgão central. A forma atual do jornal é fruto de um projeto estratégico e reflete também as deficiências partidárias. Vem se consolidando como instrumento da direção para a militância,

publicando documentos e análises do Partido e chegando aos militantes em número nunca antes alcançado, desde que o Partido teve seu registro cassado em 1947. O projeto futuro é torná-lo um jornal impresso (com a produção da parte nacional enviada através da Internet) em várias regiões, para superar as distâncias do país. Assim, será possível se tornar um material nacional e local ao mesmo tempo.

Nossos recursos materiais e humanos ainda são débeis e não é fácil conseguir recursos humanos fora do Partido. Mas é fundamental insistir na estruturação do trabalho de propaganda e no fortalecimento da Classe. Os problemas da propaganda estão visceralmente ligados ao conjunto da atuação do Partido e não se resolvem isoladamente.

Atingir a consciência social é elemento fundamental para a atuação comunista e a luta de idéias é decisiva nessa atividade. "Sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário", dizia Lenin. Os comunistas precisam difundir a teoria revolucionária. O povo e os trabalhadores só terão condições de sustentar a luta revolucionária se tiverem consciência do processo que se desenvolve na sociedade.

Vinculado a esse desafio está o fortalecimento do Partido, portador dessa consciência revolucionária, que não nasce espontaneamente do movimento do capitalismo. A consciência social vem de fora e o Partido é seu agente. Ele precisa ser reforçado para cumprir este papel histórico. Sem isso, o processo não avança. A função do órgão central é estar a serviço da construção da unidade de pensamento e de ação do Partido. As direções intermediárias e os militantes de base têm, na **A Classe Operária**, o veículo para conhecer o pensamento e a análise da direção a respeito dos mais importantes acontecimentos. Não se trata de um jornal propriamente noticioso, mas um jornal de análise da situação nacional e internacional e das frentes de atuação partidária e de divulgação das principais atividades e propostas comunistas. Além de trabalharmos com as idéias justas, é necessário levá-las adiante, procurando desenvolver as melhores formas de apresentá-las ao povo — essa é uma tarefa permanente da propaganda.

A **A Classe Operária** tem reproduzido, em que pese suas debilidades, os principais traços da atuação do PCdoB. É incansável opositora ao governo de Fernando Henrique Cardoso e, em suas páginas, a política neoliberal é desvendada para o coletivo partidário. Trabalha por esclarecer o militante das mais variadas regiões sobre o ca-

ráter do atual governo e o sentido de suas ações — não faz apenas agitação, mas opera na elucidação da realidade política e econômica do país, apontando o socialismo como solução para os problemas vividos pelo Brasil, que têm se agravado com o atual governo. A Classe divulga os projetos organizativos e as orientações financeiras do Partido. Mais da metade dos membros do Comitê Central já publicaram artigos no órgão central, possibilitando que a militância conheça opiniões de seus dirigentes provenientes dos vários Estados da federação. Notas do Comitê Central, posicionamentos de alcance maior dos comitês regionais e municipais e matérias envolvendo reuniões e atividades dos comunistas integram permanentemente o conteúdo do jornal. Há empenho também na divulgação da ciência, história e cultura progressistas, em especial a produção brasileira.

A mudança de sua periodicidade para um período inferior a um mês é um dos desafios colocados no momento, bem como o aumento da equipe de redação, para possibilitar a análise e o noticiário dos principais acontecimentos ocorridos entre uma e outra edição. Mas o jornal tem abordado as principais atividades internas e as batalhas desenvolvidas pelos comunistas (plano de estruturação partidária formação da frente oposicionista, atividades das frentes partidárias, estudantis, sindicais, de moradores e de entidades ligadas ao Partido).

Além de inúmeros militantes, colaboradores e simpatizantes comunistas, publicaram artigos os seguintes integrantes e suplentes do Comitê Central: Adalberto Monteiro, Aldo Arantes, Aldo Rebelo, Altamiro Borges, Ana Rocha, Carlos Augusto Diógenes (Patinhas), Dilermando Toni, Edmilson Valentim, Edson Silva, Edvaldo Nogueira, Eduardo Bomfim, Eron Bezerra, Haroldo Lima, Inácio Arruda, Jamil Murad, Jandira Feghali, Javier Alfaya, Jô Moraes, João Amazonas, João Batista Lemos, José Carlos Ruy, José Reinaldo, Jussara Cony, Liêge Rocha, Luciano Siqueira, Luís Chaves, Luís Fernandes, Madalena Guasco, Nádia Campeão, Nivaldo Santana, Olival Freire Jr., Orlando Silva Jr., Pedro de Oliveira, Renato Rabelo, Renildo Souza, Ricardo Abreu (Alemão), Ronald Freitas, Sérgio Barroso, Sérgio Benassi, Sérgio Miranda, Socorro Gomes, Vanessa Grazziotin, Vital Nolasco, Walter Sorrentino.

Devido ao trabalho partidário, a tiragem d'**A Classe Operária** está crescendo. Em dezembro de 98 foram impressos 8 mil exemplares. Em dezembro de 99 foram 13 mil exemplares (10.062 enviados através de mala direta para 11 Estados). No ano seguinte, sua tiragem foi de 15 mil exemplares, retraindo para cerca de 12 mil durante o período eleitoral. Em fevereiro de 2001, o Encontro Nacional de Comunicação, Propaganda e Agitação Política do PCdoB, com participantes de 19 Estados, indicou como meta atingir o patamar de 20 mil exemplares. Essa meta foi atingida (a edição de junho de 2001, que trouxe a convocação do Congresso, superou os 50 mil exemplares).

Tais êxitos reforçam a necessidade de o Partido fortalecer ainda mais seu órgão central, alocando mais recursos materiais e humanos e dedicando maiores cuidados na sua elaboração, para que tenha maior presença na vida de Partido e transmita experiências positivas da atividade partidária e das frentes de massa, além de abordar aspectos da vida operária — perfil, problemas, lutas, cotidiano e desafios colocados para a classe que tem papel de vanguarda na luta pelo socialismo.



Nonon



Nonon



IMPRESSO



CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois  
Rua Adoniram Barbosa, 53 - Bela Vista  
CEP 01318-020 - São Paulo - SP  
Tel.: 0XX11 3104 4140